



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



VINÍCIUS KLEYTON DE ANDRADE BRITO

**TRABALHO ESCRAVO E TRABA-
LHO LIVRE NO PROJETO DE INDUS-
TRIALIZAÇÃO DO BRASIL: O CASO
DA IMPERIAL COMPANHIA SERO-
PÉDICA FLUMINENSE (1844-1862)**



Vinicius Kleyton de Andrade Brito

Título: Trabalho escravo e trabalho livre no projeto de industrialização do Brasil: o caso da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1844-1862).

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História. Área de Concentração: Cultura, Poder e Representações.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Keila Grinberg

Rio de Janeiro

2021

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

B862 Brito, Vinícius Kleyton de Andrade
Trabalho escravo e trabalho livre no projeto de industrialização do Brasil: o caso da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1844-1862) / Vinícius Kleyton de Andrade Brito. -- Rio de Janeiro, 2021.
137f

Orientadora: Keila Grinberg.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

1. Indústria. 2. Trabalho Escravo. 3. Trabalho Livre. 4. Seropédica. 5. Sociedade Anônima. I. Grinberg, Keila , orient. II. Título.

Vinicius Kleyton de Andrade Brito

Título: Trabalho escravo e trabalho livre no projeto de industrialização do Brasil: o caso da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1844-1862).

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História. Área de Concentração: Cultura, Poder e Representações.

Aprovado em: // .

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Keila Grinberg (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Prof.^a Dr.^a Claudia Regina Andrade dos Santos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Prof.^a Dr.^a Fabiane Popinigis
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

AGRADECIMENTOS

Pouco mais de dois anos e meio separam o dia de hoje da primeira aula que tive enquanto mestrando do PPGH-UNIRIO. Os acontecimentos ocorridos nesse intervalo impactaram diretamente os rumos da pesquisa e este resultado final. A pandemia do coronavírus somada à crise política que vivemos ceifaram vidas, impediram os encontros, instauraram a incerteza. Por isso, dedico esse espaço à todas e todos que estiveram presentes, mesmo que distantes, e apoiaram a realização deste trabalho.

Agradeço à minha mãe, Alessandra, meu pai, Marcelo, meus irmãos, Lorena e Marcellinho, e minha vó, Itamar, por tudo que sou. Aqui, agradeço, também, a Demetryus, que tem feito meus dias mais felizes.

Agradeço à Keila Grinberg, que gentilmente topou me orientar e cuja contribuição foi de enorme importância. Agradeço à Prof.^a Cláudia Santos e à Prof.^a Fabiane Popinigis pela participação na banca e pelos comentários que ampliaram os alcances da pesquisa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço a concessão das bolsas que viabilizou a execução desta dissertação.

À Marcela, Marília, Carol, Larissa, Jéssica, que acompanharam essa jornada de perto e contribuíram, cada qual a sua forma, para que fosse possível a finalização desse texto, agradeço de todo meu coração. Agradeço, também, aqueles que cruzei na UNIRIO, especialmente à Mari, Alice, Marcinha, Wilson que são historiadores extremamente competentes.

Aos amigos e amigas de longa e curta data: Ramon, Marlon, Erica, Fiama, Mari Lunz, Rodrigo Amaral, Gabriel, Rodrigo Borges, Leonam, Daniel, Mariana Sampaio, Yago, Raquel, Danilo; agradeço todo suporte, carinho, inspiração e risadas.

BRITO, Vinicius Kleyton de Andrade. *Trabalho escravo e trabalho livre no projeto de industrialização do Brasil: o caso da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1844-1862)*. 2021. 137 f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória da Imperial Companhia Seropédica Fluminense no que tange às questões ligadas as ações de seus administradores em prol da manutenção e desenvolvimento do estabelecimento e ao quadro de trabalhadores empregados. Localizada em Nossa Senhora da Conceição do Bananal, distrito do município de São Francisco Xavier de Itaguaí, o empreendimento funcionou entre as décadas de 1840 e 1860. Seu fundador, José Pereira Tavares, contou com a proteção e o auxílio da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro e da presidência da província que, em 1855, incorporou o estabelecimento em uma sociedade anônima, administrada por uma diretoria e financiada pela venda de ações, tendo como principal acionista D. Pedro II. No interm dessas mudanças administrativas, surgiram novas formas de exploração dos trabalhadores que, neste caso, se apresentavam de forma múltipla - livres e escravizados; imigrantes e nacionais; homens, mulheres e crianças. Esses trabalhadores atuaram no mesmo espaço e desempenhando funções variadas, com uma defesa direta, tanto por parte dos homens que compuseram a administração como pelas autoridades provinciais, da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre.

Palavras-chave: Indústria, Trabalho Escravo, Trabalho Livre, Seropédica.

BRITO, Vinicius Kleyton de Andrade. *Slave and Free labor in the industrialization project in Brazil: case study Imperial Company Seropédica Fluminense (1844-1862)*. 2021. 137 f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the trajectory of the Imperial Company Seropédica Fluminense regarding issues related to the actions of its administrators in favor of the maintenance and development of the industry and the workforce. Located in Nossa Senhora da Conceição do Bananal, district of the municipality of São Francisco Xavier de Itaguaí, the project operated between the 1840s and 1860s. Its founder, José Pereira Tavares, had the protection and assistance of the Legislative Assembly of the Province of Rio de Janeiro and the presidency of this province, which, in 1855, incorporated the establishment into a joint-stock society, managed by a board and financed by the sale of shares, having as main shareholder D. Pedro II. In the meantime of these administrative changes, new forms of exploitation of workers emerged, which, in this case, were presented in a multiple way - free and enslaved; immigrants and nationals; men, women and children. These laborers worked in the same space and performing many different functions. All them from the men who made up the administration, by the provincial authorities substantially defended the replacement of the slave worker until free work.

Keywords: Industry, Slave Labor, Free Labor, Seropédica

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

GRÁFICO:

Gráfico 1. Escravizados e livres empregados na Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1846-1862).....	92
Gráfico 2. Trabalhadores extraordinários, menores inválidos, colonos e escravizados (1859)	103
Gráfico 3. Trabalhadores extraordinários, menores, colonos e escravizados (1860)	104
Gráfico 4. Trabalhadores extraordinários, menores, colonos e escravizados (1861).....	104

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Atividades exercidas na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (1850-1860).....	39
Tabela 2. Número de acionistas da Imperial Companhia Seropédica fluminense e o valor arrecadado pela diretoria entre 1855 e 1862.	52
Tabela 3. Relação dos colonos distribuídos pela Associação Central de Colonização de acordo com o Porto de embarque	77
Tabela 4. Faixa etária, naturalidade e estado civil por gênero entre os trabalhadores livres da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1858).....	110
Tabela 5. Ocupação dos trabalhadores livres por gênero na Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1858)	114
Tabela 6. Ocupação dos trabalhadores extraordinários por gênero na Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1858).....	117
Tabela 7. Ocupação dos trabalhadores escravizados adultos por gênero dos Escravizados da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1858).....	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – De estabelecimento privado à sociedade anônima: a trajetória da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1844-1862)	17
I.1 O “industrioso” José Pereira Tavares e sua criação de bicho-da-seda.....	20
I. 2 A Imperial Companhia Seropédica Fluminense e suas diretoria	36
I. 3 A decadência e liquidação de uma empresa: o fim da Imperial Companhia Seropédica Fluminense.....	51
CAPÍTULO II –“Quanto lucrará o serviço, e a moralidade com a substituição dos escravos por braços livres”: debates e propostas acerca da substituição da mão de obra na Imperial Companhia Seropédica Fluminense	59
II. 1. As primeiras experiências de trabalhadores livres europeus no estabelecimento de José Pereira Tavares	64
II. 2. A substituição da mão de obra na Imperial Companhia Seropédica Fluminense.....	67
II. 3 A atuação da Associação Central de Colonização no centro das discussões e medidas para atrair imigrantes para o Brasil	72
II. 4. Meios de reprimir: a relação entre a administração da Imperial Companhia Seropédica Fluminense e os imigrantes portugueses contratados	81
CAPÍTULO III –Livres, colonos e escravizados: trabalhadores e relações de trabalho na Imperial Companhia Seropédica Fluminense.....	90
III. 1. Livres e escravizados empregados na Imperial Companhia Seropédica Fluminense	91
III. 2. Do acordo entre as partes: contratos e arranjos de trabalho estabelecidos na Imperial Companhia Seropédica Fluminense	100
III. 3. Os trabalhadores da Imperial Companhia Seropédica Fluminense.....	109
CONCLUSÃO.....	125
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

No dia 17 de abril de 1849, os vereadores da câmara municipal de São Francisco Xavier de Itaguaí enviaram um ofício a Luiz Pedreira Coutinho Ferraz, presidente da província do Rio de Janeiro.¹ A intenção era apresentar a autoridade o produto extraído de um estabelecimento localizado na região cujo o progresso seria de “interesses reais para o país”: uma indústria da seda. Diziam eles que,

A amoreira vegeta neste município maravilhosamente e torna aproveitável o terreno que a deu e que não dá vantajosamente o café, e sua folha se renova tantas vezes quantas as arvores são desfolhadas. O *bombix* se desenvolve em todas as estações do ano, e assegura de oito a nove criações anuais. Os casulos dão melhores que os da Europa, como V. Ex. verá no demonstrativo junto: a seda é superior.²

O estabelecimento em questão começou a ser construído entre 1838 e 1839 por José Pereira Tavares no segundo distrito do município, denominado Nossa Senhora da Conceição do Bananal.³ Na década de 1840, o proprietário assistiu a expansão de seus negócios após estabelecer relações com o governo de província, o que acarretou numa série de medidas legislativas em benefício do desenvolvimento da produção. Posteriormente, o estabelecimento foi incorporado a uma sociedade anônima sob a alcunha de Imperial Companhia Seropédica Fluminense, com financiamento feito a partir da venda de ações e a administração por intermédio de uma diretoria.⁴ A seda, julgada como superior pelos vereadores de Itaguaí, era produzida por um grupo diversificado de trabalhadores escravizados e livres.

A Seropédica de Itaguaí é o objeto de estudo desta dissertação. Ela faz parte de um conjunto de estabelecimentos que compuseram o setor de transformação da economia brasileira oitocentista. Após a chegada da família real no território brasileiro e, principalmente, após a independência, este setor passou a receber estímulos por parte do Estado.⁵

¹ O documento foi publicado na edição do dia 17 de maio do *Correio Mercantil*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=>> Acesso em: 28 de julho de 2021.

² Ibid.

³ FROÉS, José Nazareth de Souza. *O Brasil na rota da seda: uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí e do Estado do Rio de Janeiro*. Seropédica: EDUR, 2000. p. 35-36

⁴ O estatuto da Imperial Companhia Seropédica Fluminense foi criado pela assinatura do decreto 1342 do dia 02 de março de 1854. De acordo com o documento, a Companhia tomara pra si a “criação do bicho da seda, e cultura da amoreira, estabelecida no Município de Itaguaí”, e sua administração seria dirigida por uma diretoria “composta de um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro, um Superintendente, um Procurador e dois ajudantes”. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64004&norma=79908>>

⁵ O setor secundário brasileiro teve um crescimento expressivo na década de 1840 e se intensificou na década de 1860, quando 1146 fábricas foram cadastradas na Província do Rio de Janeiro. SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” no Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p. 148.

Ao longo do século XX, pesquisadores realizaram investigações acerca da economia brasileira desde a época colonial, desenvolvendo modelos que pudessem explicar o porquê do atraso em relação aos países desenvolvidos da época. Esses modelos influenciaram uma série de pesquisas posteriores. No que tange ao estudo dos estabelecimentos fabris do século XIX, alguns autores partiram de uma base argumentativa consolidada por esses modelos, enquanto outros buscaram novas abordagens analíticas para compreendê-los.

Na década de 1970, Delso Renault afirmou que a situação econômica do Brasil no século XIX sofreu as consequências da política adotada por Portugal no período da colonização: enquanto outras potências caminhavam em direção ao liberalismo, o império luso tinha como pilar o monopólio comercial e a administração centralizada, cuja meta era prosperar à custa da produção de seus domínios.⁶ No Brasil, prevaleceu uma produção de cunho agrícola marcada pela escravidão. Deste modo, a produção industrial⁷ estava à margem dos interesses do grupo dominante.

Segundo o autor, ocorreu um “surto industrial” acionado pela tarifa Alves Branco de 1844, que fixou taxas de 20 e 60% para produtos importados.⁸ Entre as décadas de 1850 e 1860, Renault observou a proeminência da atuação de Mauá em defesa dos que queriam desenvolver o país a partir do fortalecimento do setor industrial e coletou o seguintes dados: a instalação de 62 empresas industriais, 20 companhias de navegação, 23 de seguro, 4 companhias de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte, 2 de gás, 8 ferrovias, 14 bancos e 3 caixas econômicas.⁹ Contudo, Renault acredita que esse surto foi breve e se estancou devido aos obstáculos encontrados, sobretudo, a oposição dos cafeicultores, a ausência de capitais e infraestrutura, e a dificuldade em se conseguir mão de obra qualificada.¹⁰

Eulália Maria Lobo, em 1978, argumentou que entre 1800 e 1840 o setor de transformação possuía uma pequena dimensão e era marcado pelo artesanato e manufatura, devido ao caráter agroexportador da economia. De acordo com Lobo, artesanato era a atividade em que o indivíduo, por meio de técnicas manuais e tendo posse dos instrumentos e da matéria prima, trabalhava sob encomenda; enquanto que a manufatura era marcada por uma divisão do trabalho em operações ainda manuais e pela necessidade de capitais, pois atendia um mercado

⁶ RENAULT, Delso. *Indústria, Escravidão e Sociedade: uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.p. 9-10.

⁷ Para o autor, o termo indústria é utilizado enquanto conjunto de operações necessárias para a transformação da matéria prima, pois, no século XIX, “predomina a atividade manufatureira, mas já no último quartel de século surgem as primeiras máquinas à vapor e depois a eletricidade”. *Ibid.*, p. 5.

⁸ *Ibid.*, p. 39.

⁹ *Ibid.*, p. 42.

¹⁰ *Ibid.*, p. 39-40.

interno mais extenso.¹¹ Além da Tarifa Alves Branco, Lobo analisou a documentação da Junta do Comércio e investigou os processos de concessão de empréstimos chegando a números que vão muito além aos apresentados por Renault: entre 1840 e 1860, as atividades fabris mais importantes do Rio de Janeiro estavam ligadas à produção de chapéus, calçados, tecidos, fundições e serralherias, cervejas, selins, móveis, velas e produtos químicos.¹²

A documentação da Junta também foi analisada por Geraldo Beauclair na década de 1990, gerando uma importante contribuição para o tema ao incluir esses estabelecimentos no processo histórico de formação da indústria no território nacional. O autor argumentou que no final do século XVIII, o Brasil se tornou espaço onde floresceu um número considerável de agroindústrias. Não obstante, apesar de existirem medidas e fábricas que aproveitaram os incentivos governamentais - entre 1808 e 1860 -, elas funcionaram de maneira isolada e desligadas e, devido a isso, são pré-industriais.¹³ Para entendê-las, o autor aproximou-se das quatro categorias propostas pelo estudo das organizações pré-industriais europeias de Braudel: 1ª) oficinas familiares; 2ª) oficinas dispersas, mas ligadas entre si; 3ª) manufaturas aglomeradas; 4ª) fábricas equipadas com máquinas.¹⁴

Luiz Carlos Soares, em artigo de 2015, analisou a proliferação das indústrias têxteis no Rio de Janeiro defendendo o argumento de que as atividades capitalistas existiram no contexto socioeconômico marcado pela dependência do setor agrário e da escravidão, mesmo que limitadas pelos interesses do grupo dominante.¹⁵ Para o autor, o entendimento do desenvolvimento da indústria no Brasil deve considerar as fábricas têxtil que proliferaram no Rio de Janeiro a partir da década de 1840, caracterizadas por uma organização manufatureira.¹⁶

Enxergá-las como “surto” é, para o autor, ignorar o dinamismo da economia brasileira baseada na escravidão e na exportação de produtos agrícolas que passou, a partir de 1840, a atrelar-se a uma economia mundial dominada por centros capitalistas. Segundo Soares, a economia escravista, particularmente após a abolição do tráfico, concentrou sua produção nas “atividades agro-exportadoras principais, possibilitando que diversos empreendimentos de

¹¹ LOBO, Eulália Maria. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. v.2. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p. 108.

¹² *Ibid.*, p. 170-179.

¹³ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S ed., 1992. p. 18.

¹⁴ *Ibid.*, p. 15.

¹⁵ SOARES, Luiz Carlos. A indústria na sociedade escravista: um estudo das fábricas têxtil na região fluminense (1840-1880). *Travesía*, v. 17, n.1, 2015. p. 56.

¹⁶ *Ibid.*, p. 57.

natureza capitalista (bancos, empresas de serviços urbanos, algumas fábricas, etc.) pudessem ser estabelecidos. (...)”.¹⁷

Tomar as fábricas por “pré-indústria” é, para Soares, analisar a história de uma perspectiva evolucionista. O interesse do autor, portanto, é compreendê-las a partir de suas próprias características, levando em consideração a complexidade do processo em que se inseriam, marcado por medidas imperiais que as estimularam. Além disso, através do cruzamento de informações entre os documentos da Junta do comércio, dos Relatórios de Presidente da Província e do *Almanak Laemmert*, o autor observou que o uso de escravos em espaços industriais, seja em oficinas artesanais ou grandes manufaturas, exigia que eles dominassem as etapas de produção. No caso das manufaturas, por ser um espaço com dimensões maiores, existia uma divisão do trabalho marcada pela existência de tarefas especializadas “que necessitavam de trabalhadores qualificados”.¹⁸

Deste modo, pensar o desenvolvimento da indústria e seus incentivos no século XIX a partir de seus próprios termos, da perspectiva das disputas em torno do tipo de exploração do trabalho e dos processos produtivos adequados são questões fundamentais nas pesquisas recentes sobre estabelecimento fabris oitocentistas. Nos últimos anos, pesquisadores se dedicaram a estudos de casos específicos, observando a ação de administradores que buscaram, individual ou coletivamente, ajuda governamental para o desenvolvimento de suas produções.

Os autores têm demonstrado que as transformações políticas e sociais em andamento atuaram diretamente sobre os arranjos de trabalho e o perfil dos trabalhadores nesses estabelecimentos. Buscando traçar quem eram esses sujeitos, as interações que estabeleciam entre si e os padrões, às respostas as frequentes situações de exploração, essas investigações contribuem para uma compreensão mais ampla acerca das relações de trabalho em localidades distintas. Dessa forma, a partir de questões que conectam o estudo de uma instituição, das relações de trabalho lá desenvolvidas e da exploração imposta aos trabalhadores, as pesquisas tem permitido o aprofundamento da compreensão de experiências que envolvem escravidão e liberdade, com base em novas narrativas, agentes e tensionamentos.¹⁹

¹⁷ Ibid.

¹⁸ SOARES, 2007, op. cit. p. 147.

¹⁹ NETO, Mario Danieli. *Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica São João de Ipanema- Sorocaba (SP)-1765-1895*. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo; MOREIRA, Aline Silvestre. *Liberdade Tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na fábrica de pólvora da estrela, serra da estrela/Rio de Janeiro (1831-1870)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo; CASTRO, Adler Homero Fonseca. *A pré-indústria e Governo no Brasil: iniciativas de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. 2017. Tese (Doutorado em História) –

Nesse processo, os avanços realizados no âmbito dos debates acerca da escravidão e liberdade nos mundos do trabalho do Brasil são fundamentais. A partir da década de 1980, sob a influência teórica de E. P. Thompson, a aproximação dos debates entre a história da escravidão e a história do trabalho e os questionamentos feitos à historiografia da transição do trabalho escravo para o trabalho livre de outrora, criaram uma agenda de pesquisa com novas questões, métodos e temas sobre o assunto.²⁰ Essas pesquisas mostram que os mundos do trabalho oitocentistas era composto por “um mosaico de arranjos de trabalho compulsório que sugere que a liberdade jurídica não estava associada à autonomia dos trabalhadores ou a relações de trabalho assalariado”.²¹

Isto posto, o objetivo central deste trabalho é compreender de que forma os homens que compuseram a administração da Imperial Companhia Seropédica Fluminense pensavam as diversas formas de exploração do trabalho e interpretavam trabalho escravo e trabalho livre no interior desse projeto de desenvolvimento da indústria. Para isso, o texto que segue está dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo pretendemos localizar historicamente a trajetória da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, conectando-a às medidas de desenvolvimento da indústria do Governo Imperial. Nosso objetivo será apresentar quem eram os homens que estavam à frente desse projeto de indústria, bem como investigar como eles se articulavam na defesa, manutenção e desenvolvimento da atividade industrial, em disputa com outros projetos de desenvolvimento econômico do Brasil. Dessa forma, nos interessa aqui reconstruir a trajetória do estabelecimento, do princípio a decadência.

No interim das mudanças administrativas sofridas pelo estabelecimento surgiram novas formas de exploração dos trabalhadores que, neste caso, possuíam condições jurídicas distintas,

Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e trabalho no século XIX: O Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d'Areia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro; COELHO, Matheus Sinder Nunes Herdy. *A indústria fabril nos oitocentos: escravidão, economia nacional e história e historiografia da indústria no Brasil (1808-1850)*. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro; SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita. Raízes escravas da indústria no Brasil. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leira, 2020. p. 93-120; RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. *História Social*, nº 4/5, 29-42, 1998.

²⁰ POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo. Historiografia da Escravidão e do Trabalho no Brasil: avanços e desafios. In: ROMANO, Rossana Barragán; RANCE, Amaru Villanueva; MURILLO, Cristina Machicado (orgs.). *Trabajo e Trabajadores em América Latina (siglos XVI – XXI)*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2019. p. 123-148.

²¹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORETINO, Manolo (org). *Tráfico, escravidão e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 391.

atuando no mesmo espaço e desempenhando funções variadas. É importante ressaltar que a trajetória do estabelecimento é atravessada pelas mudanças políticas, sociais e econômicas em curso durante meados do século XIX. Os administradores que lá estavam, assim como as autoridades, defenderam diretamente a substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre. Buscamos discutir no segundo capítulo como a questão da substituição era debatida entre esses sujeitos, assim como as estratégias traçadas para efetua-la.

Durante todo período de funcionamento, seja quando propriedade privada ou sociedade anônima, o estabelecimento aqui analisado organizou seu funcionamento a partir do uso de mão de obra escravizada e livre. No terceiro capítulo, buscaremos investigar como se dava essa organização. Abordaremos o perfil dos trabalhadores, a divisão de gênero e racial em vigor, as diferentes modalidades de contrato, assim como averiguar como esses elementos repercutiam sobre os trabalhadores e as formas de resistências geradas.

Para realizar o disposto acima, utilizaremos como fonte um conjunto de documentos oficiais do governo, produzidos no estabelecimento e notícias veiculadas em periódicos da época. Analisaremos os relatórios elaborados por José Pereira Tavares – no período em que a empresa era privada- e pela diretoria da Imperial Companhia Seropédica Fluminense; relatórios da presidência da província do Rio de Janeiro; anais da assembleia legislativa da província; leis, decretos e estatutos; e, por fim, publicações no *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Auxiliador da Industria Nacional*.

Esperamos desenvolver a hipótese de que a Imperial Companhia Seropédica Fluminense figurou entre os principais estabelecimentos industriais na província do Rio de Janeiro devido as políticas de incentivo à produção manufatureira do contexto e pela atuação de seus administradores e das autoridades políticas locais. Nesse sentido, as decisões que buscavam o progresso do empreendimento poderiam partir das decisões individuais de seus gerentes como também poderiam ser impostas pelo governo. Nessa conjuntura, o estabelecimento se torna um laboratório fértil para a análise do funcionamento de iniciativas semelhantes que sofreram influência das transformações em torno das relações de trabalho do período. Ela é, ao mesmo tempo, um exemplo real de um projeto de indústria de seu tempo, um espaço para debate sobre outras formas de desenvolvimento econômico, e lugar no qual se verificam experiências das múltiplas formas de exploração do trabalho no século XIX e da pluralidade de perfis de seus trabalhadores.

CAPÍTULO 1 – De estabelecimento privado à sociedade anônima: a trajetória da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1844-1862)

Rio de Janeiro, 21 de abril de 1836. Uma nota publicada no *Diário do Rio de Janeiro* informa que, dali a oito dias, um bergantim que partira do Rio Grande do Sul chegaria à Corte. Em suas acomodações encontravam-se, ao menos, seis passageiros. Dois deles, José Pereira Tavares e Padre Antonio Costa Guimarães, eram “presos remetidos ao Illm.º e Exm.º Sr. Ministro e Secretario d'Estados dos Negócios da Justiça”.²²

A prisão de ambos se deu na tarde de 26 de março de 1836, quando uma multidão em protesto tomou conta da cidade de Pelotas. Treze pessoas foram presas, porém, somente duas delas, Tavares e o Padre Guimarães, foram enviados ao Rio de Janeiro. No dia 5 de maio, José Pereira Tavares apresentou uma petição de liberdade às autoridades²³ e essa documentação é aqui tomada como referência para a reconstrução do ocorrido. Em seu depoimento, o suplicante solicitava às autoridades a confecção de uma ordem de Habeas Corpus que lhe restituísse a liberdade que “violenta e ilegalmente foi privado pelo Presidente da Província do Rio Grande, Dr. Jozé d'Araújo Ribeiro”.²⁴

Tavares relatou que estava no exercício de suas funções empregatícias quando foi preso, sem que lhe fosse apresentada uma ordem legítima de prisão, nem que pudesse ir à sua casa buscar o necessário ou providenciar os arranjos de sua mulher e filhos. Na época, ele trabalhava como tabelião público do Judicial e Notas em Pelotas, cargo que passou a ocupar após sua formação em Direito.²⁵ É provável que os saberes adquiridos ao longo de sua carreira tenham influenciado seu comportamento no ato de prisão. Segundo o que consta, Tavares chegou a exigir um documento que atestasse a ordem de prisão, recebendo como resposta a informação de que a ordem partira diretamente do presidente da província. A ausência desse documento guiou a defesa elaborada pelo seu advogado. Dizia ele,

Quantas arbitrariedade se não encontrão na simples exposição deste fato. Onde existem as Leis, para que servem elas se não para serem executadas? Que segurança pode contar ter o cidadão tranquilo e respeitador das Leis, e das autoridades, quando vê escrito nas Leis que não poderá ser metido numa prisão sem certas solenidades prescritas nelas, se o contrário se pratica, como aconteceu ao suplicante?²⁶

²² DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1836. n. 400016, p. 4. 1821-1858. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=tavares&pagfi s=18159> Acesso em: 15 de abril de 2021.

²³ ARQUIVO NACIONAL. *Habeas Corpus*. Relação do Rio de Janeiro - 84, caixa 2329, número 771. AN.

²⁴ Idem, fl. 2 (frente).

²⁵ FRÓES, José Nazareth de Souza. *O Brasil na rota da seda: uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí e do Estado do Rio de Janeiro*. Seropédica: EDUR, 2000. p. 32.

²⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Habeas Corpus*. op. cit., fl. 2-3.

Embasando sua exposição em diversos artigos do Código Criminal, o advogado apresentou alguns fatos que apontavam para a ilegalidade da situação. Em primeiro lugar, o suplicante não foi preso em flagrante delito nem em consequência de algum processo. O envio de Tavares para Corte, inclusive, o privou do benefício de ser interrogado sobre as acusações. Logo, em caso de “não haver culpa tomada, a prisão não pode ser executada se não por autoridade legítima”²⁷. Na ausência de uma ordem ou mandato por escrito, só houve, nas palavras do advogado, “infração da Constituição”.²⁸

Por que, então, o presidente da província do Rio Grande do Sul insistiu em prender e deportar Tavares? De acordo com a documentação, os presos José Pereira Tavares e o Padre Antonio da Costa Guimarães foram remetidos à Secretaria de Polícia da Corte com um ofício do presidente que atestava que eram “perigosos, e muito influentes no partido anarquista”²⁹. Vale lembrar que o episódio que gerou a prisão de Tavares está inserido no contexto de rebeliões que ocorreram diversas províncias do império brasileiro na década de 1830, durante o período regencial. No sul do país, os rio-grandenses se rebelaram contra a administração monárquica instaurada no pós-independência e lutaram por dez anos contra a dominação central, defendendo ideais republicanos.³⁰

O objetivo do presidente era que os dois prisioneiros permanecessem retidos na Corte até que as circunstâncias locais permitissem a organização dos respectivos processos, uma vez que diversas povoações da província encontravam-se sob o domínio de rebeldes.³¹ Sobre a acusação apresentada pela autoridade provincial, o advogado de defesa afirmou que o suplicante declarava “perante Deus, o Mundo, e o Trono de V. M. I. que não tem parte, nem correspondências com alguma dessas pessoas, que tem reduzido a Província do Rio Grande ao deplorável estado, em que se acha”.³² A ausência de provas garantiu sua absolvição.

Nos anos que se sucederam, a vida de José Pereira Tavares trilhou rumos diferentes daqueles anteriores à prisão. Abandonou seu local de origem e, junto a sua família, estabeleceu-se na província do Rio de Janeiro, especificamente no segundo distrito do município de São Francisco Xavier de Itaguaí, Nossa Senhora da Conceição do Bananal, ainda na década de 1830. Segundo José Fróes, Tavares adquiriu uma data de terras de 160 braças quadradas nessa

²⁷ Ibid., fl. 3 (verso).

²⁸ Ibid., fl. 3 (verso).

²⁹ Ibid., fl. 5 (verso).

³⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 233-267.

³¹ ARQUIVO NACIONAL. *Habeas Corpus*, op. cit., fl. 6 (frente).

³² ARQUIVO NACIONAL. *Habeas Corpus*, op. cit., fl. 4 (verso).

região.³³ Entre as décadas de 1840 e 1860, investiu seu tempo e fortuna numa atividade que nada tinha a ver com sua formação em Direito: a construção de uma fábrica de seda.

José Pereira Tavares é peça central na análise da trajetória do estabelecimento que viria se chamar Imperial Companhia Seropédica Fluminense, em meados da década de 1850. Entre a construção dos primeiros prédios e a liquidação da companhia, Tavares participou ativamente do processo de expansão do estabelecimento, ora como proprietário, ora como administrador interino. O proprietário firmou relações com autoridades políticas do império a nível municipal e provincial e angariou altas quantias dos cofres públicos em função de um projeto de indústria que contou com a proteção do imperador, D. Pedro II.

Neste capítulo, pretendemos localizar historicamente a trajetória deste estabelecimento, conectando-o às medidas de desenvolvimento da indústria no Brasil oitocentista. Nosso objetivo será apresentar quem eram os sujeitos que, junto à Tavares, estiveram à frente desse projeto, assim como investigar como eles se articulavam na defesa, manutenção e desenvolvimento da atividade industrial, em disputa com outros projetos de desenvolvimento econômico do império.

Para tanto, dividimos esse período em três momentos. O primeiro, de 1844 e 1854, foi a época em que este ainda era uma propriedade privada, que contou com a concessão de verbas estatais para seu pleno desenvolvimento. Entre 1855 e 1862, nosso segundo momento, a trajetória do estabelecimento foi marcada pela incorporação da propriedade de Tavares em uma sociedade anônima, sob a alcunha de Imperial Companhia Seropédica Fluminense. Por fim, encerraremos nossa discussão abordando os motivos que levaram a decadência e liquidação da empresa.

Dentre os documentos consultados, utilizamos: relatórios de presidentes da província do período; publicações em periódicos de grande circulação no Rio de Janeiro; anais da assembleia legislativa provincial; leis, decretos, portarias e estatutos aprovados em benefício do prosseguimento da produção; relatórios elaborados por seus administradores e por avaliadores; entre outros.

³³ FRÓES, op. cit., p. 33.

1.1. O “industrial” José Pereira Tavares e sua criação de bicho-da-seda

“Se prosperar no império, como se supõe, este importante ramo da indústria, será ele certamente de imensa vantagem para a riqueza pública, e particular.”³⁴ Assim se encerrava as considerações sobre o estado em que se encontrava “a criação de bicho da seda, e preparo d’ela” de José Pereira Tavares, presentes no relatório de presidente da província do ano de 1846. Esse comentário concluía a análise do relatório que Tavares havia remetido às autoridades provinciais em 28 de janeiro daquele ano, como forma de atender exigências adquiridas no contrato firmado com a província em 1844.

Após estabelecer-se em Itaguaí no final da década de 1830, Tavares investiu sua fortuna na construção de edificações destinadas ao preparo da seda. A propriedade adquirida na região passou a ser ocupada com espaços que compreendiam o processo integral da produção do tecido, isto é, um local destinado à produção da amoreira e edifícios que abrigavam o bicho da seda e os instrumentos necessários para a fiação. A fortuna investida resultou num estabelecimento com as seguintes características: um local para plantação de amoreiras de diferentes espécies; a construção de três edifícios - um viveiro para a criação do bicho da seda, um prédio de dois pavimentos para abrigar os “*casuleiros* (esteiras) e *cançadas* (varais)” e as estufas para a incubação, e um edifício que funcionava como laboratório de fiação -; a casa do proprietário; e um depósito para maquinário.³⁵

Esgotados seus recursos privados na criação de um estabelecimento de tal magnitude, Tavares recorreu às autoridades provinciais no intuito de dar continuidade a produção. Em 22 de maio de 1844, a assembleia legislativa provincial aprovou o decreto n. 342 que concedia seis loterias de 120 contos de réis cada ao empresário, cuja finalidade era estabelecer, no município de Itaguaí, “a cultura da amoreira, criação de bicho da seda e preparo dela”.³⁶ Para tanto, Tavares se comprometia a ter o estabelecimento montado em 1847 para a criação de duzentas onças de ovos de bicho da seda, com utensílios, máquinas e trabalhadores “práticos e necessários” para o preparo do tecido.³⁷

A partir de 1848, a terça parte do produto líquido arrecadado pelo estabelecimento seria destinado aos cofres provinciais, como forma de abater o valor recebido pela extração das

³⁴RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, 1846. p. 83. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=12&s=0&cv=74&r=0&xywh=-572%2C0%2C3174%2C2996>>. Acesso em: 16 de abril de 2021.

³⁵ FRÓES, op. cit., p. 35-36.

³⁶ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1844, edição 06772, p. 1. 1821-1858. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=tavares&pagfis=27777>. Acesso em: 16 de abril de 2021.

³⁷ Ibid.

loterias. Essa quantia seria aplicada à manutenção de casas de caridades. No caso de não responder ao que era estipulado pelo decreto no tempo determinado, Tavares deveria devolver o produto extraído até aquele momento, que seria dedicado integralmente às casas de caridade. Além disso, ficou acertado que fazendeiros e lavradores poderiam examinar a propriedade e que o empresário publicaria uma memória sobre a sericultura na província.³⁸

Em janeiro de 1846, Tavares enviou um relatório que apresentava os resultados obtidos após a assinatura do contrato em 1844. Naquela época, três loterias já haviam sido extraídas. A verba foi aplicada nas obras do viveiro, edifício para armazenamento das folhas da amoreira e os utensílios para a manutenção delas, que se encontrava quase pronto. De acordo com o que consta, o viveiro, construído em pedra e cal, possuía 200 palmos de frente, 50 de fundo, e 30 de pé direito. As amoreiras, plantadas em número de 80.000, correspondiam a proporção do viveiro. O laboratório de fiação, local onde se acomodariam os equipamentos para a extração da seda, cujo tamanho equivalia a metade do viveiro, também se encontravam em fase de conclusão. A expectativa era que ambos os edifícios estivessem prontos no final de 1846, após a extração das duas loterias estipuladas para esse ano.³⁹

Além das questões ligadas à infraestrutura do estabelecimento, o relatório apresentado informava os avanços científicos da produção. Segundo Tavares, esforços foram feitos para o aperfeiçoamento de uma raça de bicho-da-seda mais apropriada ao clima do país. As experiências geraram uma raça cujos ovos se desenvolviam simultaneamente dez dias após a postura, gerando casulos brancos e amarelos. A notícia foi recebida com entusiasmo pelas autoridades provinciais, pois, como afirmava Tavares, “muito ganhou o país com este resultado, que em nenhuma outra parte tem sido alcançado”.⁴⁰ Isso porque, para fiação da seda branca, reconhecida como a melhor nos mercados europeus, “é mister a raça ordinária, a qual não só não nasce simultaneamente, como mesmo leva muito tempo (sete, e mais meses) a nascer”.⁴¹ Para fins de comprovação, Tavares remeteu à presidência da província algumas meadas de seda branca e amarela, produto dos primeiros ensaios realizados.

Desse modo, no intervalo de aproximadamente dez anos, Tavares passou da condição de preso remetido à Corte acusado de republicanismo, para a de um bom empresário conduzindo um negócio promissor. Negócio este que representava um avanço no sentido de

³⁸ Ibid.

³⁹ RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, 1846. p. 82. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/tiles/18412&s=0&cv=73&r=0&xywh=572%2C0%2C3174%2C2996>>. Acesso em: 16 de abril de 2021

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid.

estabelecer um importante ramo da indústria no país, nas palavras do presidente da província do Rio de Janeiro da época. Para tanto, o mecanismo acionado pelas autoridades em benefício da produção foi a concessão de loterias à um particular. Tal mecanismo, no contexto abordado, fazia parte de um conjunto mais amplo de possibilidades encontradas por particulares interessados em desenvolver algum ramo industrial cuja manutenção e desenvolvimento teve influência direta dos poderes públicos.

Este caso particular de aparente sucesso, portanto, é evidência da ação de estímulo do governo brasileiro ao setor de transformação, mesmo no interior de uma economia predominantemente agrário-exportadora. Aliás, a existência de atividades ligadas a este setor remete à época colonial. De acordo com Geraldo Oliveira, a ascensão nos índices de movimentação global das exportações entre os anos de 1796 e 1807 (3 milhões e 200 mil esterlinos para 3 milhões e 800 mil), na fase de declínio da economia aurífera pode ser explicado pelo estímulo à diversificação da produção, especialmente de produtos agrícolas, que, ao todo, somavam 126 nas pautas da época.⁴² O fim do período colonial se tornou, assim, um espaço propício ao florescimento de um número considerável de agroindústrias, cuja produção poderia ser destinada à exportação ou ao mercado local, estimulando, consigo, a criação de novos ofícios.⁴³ No Rio de Janeiro, dentre as atividades de transformação ou beneficiamento dos produtos advindos da terra ou do mar, destacavam-se:

(...) [a] construção naval (privada e militar), a ourivesaria e todos os demais ofícios urbanos, as vinculadas ao beneficiamento do arroz (descação e polimento), o coturme, a produção de aguardente, a elaboração do anil, a cordaria, a fiação da seda (as culturas das amoreiras fora estimulada por Lavradio), o preparo do sal e a extração do óleo, barbatanas e espermacete das baleias.⁴⁴

A chegada da família real no Brasil é compreendida como um marco para a implementação de medidas significativas de estímulo ao setor secundário. No dia primeiro de abril de 1808, João VI, na época príncipe regente do reino, aprovou um alvará que permitia o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil. Revogava-se, com esta medida, o alvará aprovado por D. Maria I, em 5 de janeiro de 1785, que, supostamente, extinguiu todas as

⁴² OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense (1808-1860)*. Rio de Janeiro: Studio F&S ed., 1992. p. 26-27.

⁴³ *Ibid.*, p. 28.

⁴⁴ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *op. cit.* p. 30. Além de citar a diversidade do setor de transformações, o autor destacou com mais profundidade a organização e derivações de três atividades. A atividade salinera que, na época, era monopólio da Coroa, foi desenvolvida sobretudo na região da lagoa de Araruama com um modo de produção semelhante aos praticados pelos indígenas que habitavam tal localidade. Já os subprodutos da caça à baleia, dentre eles: o óleo – cuja utilização ampla atingia desde a iluminação urbana até as atividades de construção e embarcações - e a carne, assim como as manufaturas derivadas das armações das baleias – ferraria, tanoaria e carpintaria – apresentavam uma variedade de ofícios alocados. E, por fim, à construção naval desenvolvida pelo Arsenal da Marinha. As duas últimas atividades eram, para o autor, manufaturas concentradas, na qual diversas oficinas se articulavam. Ver: OLIVEIRA., *op. cit.*, p. 30-35.

fábricas e manufaturas de ouro, prata, seda, algodão, linho, lã etc., sob a justificativa de deter os excessivos contrabandos praticados nos portos e no interior das capitanias.⁴⁵ Dessa forma, no ano de 1808, a Coroa passou a reconhecer as manufaturas como meio de promover a riqueza nacional, uma vez que “melhoram e dão mais valor aos gêneros e produtos da agricultura e das artes e aumentam a população dando que fazer a muitos braços”⁴⁶. Seguiu-se a ele o alvará de 28 de abril de 1809, que previa a isenção de taxas à todas as matérias primas necessárias as manufaturas nacionais - sujeitas a exames e averiguações da Real Junta do Comércio -, a liberação de impostos de exportação aos produtos manufaturados do Brasil, assim como o estímulo a produção mediante a utilização de fardamento de tropas reais advindas das fábricas nacionais. Além disso, concedia-se privilégios exclusivos por um período de 14 anos aos “inventores e introdutores de alguma nova máquina” e permitia-se a distribuição de uma soma anual de sessenta mil cruzados da Loteria Nacional do Estado a favor das manufaturas, principalmente as de lã, algodão, seda e fábricas de ferro e aço.⁴⁷

Na historiografia, as interpretações sobre as causas e efeitos desses dois alvarás foram diversas. Para Nícia Vilela Luz, a política industrial de D. João VI sofria influência direta dos ideais liberais de João da Silva Lisboa. O futuro Visconde de Cairu realizou um estudo sistematizado sobre o estabelecimento das fábricas no Brasil, cuja influência advinha da fisiocracia francesa, defendendo que a postura do Estado deveria ser no sentido de priorizar a atividade agrícola.⁴⁸ Lisboa acreditava que as fábricas apropriadas ao contexto brasileiro eram aquelas que se associavam aos interesses da agricultura e que a industrialização deveria ser gradual, sem danos eventuais aos tradicionais estabelecimentos agrários.⁴⁹

De todo modo, Luz argumenta que esses esforços iniciais de estímulo à atividade industrial implementados por D. João VI se tornaram infrutíferos quando da assinatura do tratado com a Grã-Bretanha em 19 de fevereiro de 1810. Por meio desta nova determinação, os produtos manufaturados ingleses passaram a ser taxados em 15% - abaixo até mesmo daqueles estabelecidos aos produtos portugueses, 16% -, estendidos, posteriormente, a outras nações. Na impossibilidade de concorrência, uma nova oportunidade para uma política de proteção à

⁴⁵ ARQUIVO NACIONAL. Alvará de 5 de janeiro de 1785. Disponível em: <http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674&catid=145&Itemid=286>. Acesso em: 18 de abril de 2021.

⁴⁶ ARQUIVO NACIONAL. Alvará de 1 de abril de 1808. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_22/alvara_2.4.htm>. Acesso em: 18 de abril de 2021.

⁴⁷ BRASIL. Coleção das Leis do Brazil de 1809, p. 44-45. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>> Acesso em: 18 de abril de 2021.

⁴⁸ LUZ, Nícia Vilela. Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro: os esforços em prol da Industrialização. *Revista de História da USP*, v. 15, n. 32, p. 359.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 359.

indústria nacional só teria espaço no cenário brasileiro na década de 1840, período de prescrição dos tratados comerciais.⁵⁰

Por outro lado, Geraldo Oliveira defende que o pensamento econômico brasileiro da primeira metade do século XIX possuía contornos originais. Mesmo sendo o único sistematizado, Oliveira argumenta que o pensamento de Cairu não deve ser levado como paradigma.⁵¹ Para apreender esse pensamento original se faz necessário ampliar o olhar, levando em consideração as questões levantadas nos documentos oficiais acerca dos setores da economia e da importância da diversificação produtiva, e das discussões feitas em instituições do governo, como a Junta do Comércio e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Essas instituições, especialmente a Junta do Comércio, foram espaços onde se “discutiam os pontos críticos de uma economia de base não-industrial”,⁵² e, também, onde foi possível localizar o funcionamento prático do alvará de 1809.⁵³

A Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação iniciou seus trabalhos em 1809 e teve seu fim em 1850, com a publicação do Código do Comércio e a criação do Tribunal do Comércio. A estrutura administrativa era formada por um presidente, um secretário, um fiscal, um juiz e deputados e, de acordo com Oliveira, foi a “expressão mais acabada (...) de uma prática favorável ao setor secundário”.⁵⁴

Na década de 1830, um parecer emitido pela entidade em resposta à uma consulta realizada pelo então regente, Bernardo Pereira de Vasconcelos, é, para Oliveira, uma evidência importante para “esclarecer de modo lógico e ordenado o pensamento do grupo burocrático da Junta de Comércio a respeito do setor secundário da economia”.⁵⁵ Nesta documentação é encontrado consideração mais amplas sobre a política econômica nacional, destacando-se a importância de todo os ramos, seja ele agrícola, comercial ou fabril. Dentre os aspectos destacados, Oliveira considera que, para os representantes da Junta, no que tange a condução da política econômica nacional, existia uma preocupação com o crescimento integral do conjunto nacional. Conforme o autor,

(...) diversificação, irradiação do desenvolvimento a todo Império, racionalidade nos processos de isenção de direitos sobre matérias primas e nos de atribuição de prêmios, estabelecimento de reciprocidades entre a agricultura e as fábricas (“que a essa podem dar e de lá receber alimento e vida”), estímulo às comunicações, mormente à navegação a vapor, estímulo à fabricação de máquinas dentro do país, todo esse conjunto de ideias, afinal, configuraria muito mais uma preocupação no sentido de integrar a

⁵⁰ Ibid., p. 359-60.

⁵¹ OLIVEIRA, op. cit., p. 47.

⁵² Ibid., p. 48.

⁵³ Ibid., p. 49.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid., p. 50.

produção e o consumo internos do que a de articular a economia ao mercado internacional, através de poucos produtos de exportação.⁵⁶

No tocante as atividades do setor fabril, a concessão de benefícios previstos no alvará de 1809 passava diretamente pela Junta. O proprietário do estabelecimento deveria fazer o requerimento, que era encaminhado ao tribunal da Junta através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. A emissão do parecer sobre pretensão do requerente era feita após o estudo do caso, que envolvia uma visita ao estabelecimento com a finalidade de descrever o estado em que se encontrava a unidade produtiva. O parecer era enviado aos demais membros da Junta que se reuniam para a opinião final. Caso fosse aprovado, era feito um documento final, chamado provisão, que dava ao requerente os direitos e garantias estabelecidos na legislação.⁵⁷

A provisão, nesse sentido, era exigência prévia para a concessão de privilégios. No entanto, é válido apontar que a quantidade de pedidos que consta no registro de provisões não pode ser interpretada como a soma total dos estabelecimentos do setor de transformação em todo território. Primeiramente, porque havia a possibilidade de o requerimento do proprietário ser negado, o que não invalidava uma nova tentativa. Em segundo lugar, existiam aqueles que optaram por não recorrerem à Junta em busca dos privilégios que de lá poderiam se valer. Dessa forma, a provisão não funcionava como autorização para a instalação de um estabelecimento. Em terceiro, existiam, também, aqueles que receberam assistência por outros meios, como é o caso de José Pereira Tavares, cujo auxílio partiu diretamente das autoridades da província.

Mesmo assim, sendo a Junta do Comércio a entidade do governo onde se desenvolveu medidas favoráveis ao setor secundário, além da importância que tinha na orientação da política econômica nacional, se torna importante levar em consideração as discussões acerca deste mecanismo. Analisando essa documentação, Oliveira apontou que a maior parte dos estabelecimentos que receberam a provisão eram radicados na província do Rio de Janeiro, principalmente pelo fato da sede da Junta se localizar na Corte.⁵⁸ Dentre eles, o autor direcionou suas considerações aos ramos de chapéu e sabão e velas, que recebeu o maior número de provisões deferidas no período de funcionamento da Junta, e ao ramo de fundição e máquinas, “pelo papel que poderiam desempenhar numa transição ao sistema industrial”.⁵⁹

Mais recentemente, Matheus Coelho, analisando os pedidos de provisão da Junta do Comércio, fez um levantamento dos estabelecimentos do setor secundário, atentando-se para a

⁵⁶ OLIVEIRA, op. cit., p. 56. Para uma análise mais detalhada da documentação abordada, conferir: Ibid., p. 50-56.

⁵⁷ Ibid., p. 50.

⁵⁸ Ibid., p. 115.

⁵⁹ Ibid., p. 116.

localização geográfica e, quando possível, para o volume e destino da produção.⁶⁰ Ao longo dos 42 anos de funcionamento da Junta do Comércio, Coelho localizou 179 estabelecimentos ligados ao setor de transformação que entraram com o pedido de provisão. Do total, 126 se localizavam na província do Rio de Janeiro, sendo 116 no município da Corte. As províncias da Bahia, São Paulo e Pernambuco vinham em seguida, tendo, respectivamente, 21, 10 e 7 estabelecimentos. Rio Grande do Sul figurou com um total de 6. Para Minas Gerais, o autor encontrou 4, enquanto para Maranhão, 2. Espírito Santo, Alagoas e Pará apareceram na amostragem com apenas 1 estabelecimento em cada.⁶¹

Dentre os setores com maior número de estabelecimentos levantados, Coelho nos informa que as atividades ligadas à vestuário e limpeza, isto é, produção de sabão, pente, chapéu e velas, com processos produtivos de pequena complexidade no geral, registraram um total de 57. Em seguida, com 43, encontrava-se o setor daqueles estabelecimentos associados à agricultura que seriam “engenhos que aplicassem maquinaria à vapor como também fábricas de couro, rapé, vinhos entre outras”. As fábricas de fiação e tecelagem de algodão foram alocadas no setor têxtil, com o total de 31. Por fim, para nos determos aos setores mais expressivos, Coelho organizou o setor ferro com todos os empreendimentos ligados à fundição, seja as pequenas oficinas de talheres e panelas, ou aquelas ligadas a produção de caldeiras e embarcações, como a Ponta d’Areia, chegando a um total de 23.⁶²

A primeira e a última década de todo o período de atuação da Junta do Comércio foram as que registraram um maior número de provisões. Entre 1809 e 1818, o autor contabilizou um total de 55 pedidos de provisão. Das províncias encontradas, todas, exceto Rio de Janeiro e Alagoas, obtiveram ao menos uma provisão aprovada. No município da Corte, 33 estabelecimentos recorreram ao benefício. Dessa forma, os alvarás de 1808 e 1809 repercutiram em diversas regiões do território, mesmo com a aprovação dos tratados comerciais daquele período. No intervalo entre 1839 e 1850, Coelho levantou 57 provisões. A Corte mantinha o posto de região com o maior número de pedidos, com um montante de 45. No entanto, para Pernambuco, Maranhão, Pará, Alagoas e Espírito Santo, nenhuma evidência foi encontrada nesta última década. Para o autor, uma contribuição importante para o elevado número de estabelecimentos da década de 1840 foi a reforma tributária realizada em 1844.⁶³

⁶⁰ COELHO, Matheus Sinder Nunes Herdy. *A indústria fabril nos oitocentos: escravidão, economia nacional e história e historiografia da indústria no Brasil (1808-1850)*. 2021 Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. p. 36-37

⁶¹ *Ibid.*, p. 38-39.

⁶² *Ibid.*, p. 40-42.

⁶³ *Ibid.*, p. 39-40.

A reforma de 1844, organizada pelo ministro da fazenda Manoel Alves Branco, foi implementada para tentar melhorar as condições financeiras do período. O sistema tributário até então se vinculava às taxas extraídas das alfândegas, que, de acordo com Geraldo Oliveira, correspondiam à 85% das receitas globais naquela época. Entretanto, a vigência dos tratados comerciais internacionais gerava déficits orçamentários.⁶⁴ O tratado estabelecido com o governo britânico em 1810, por exemplo, foi renovado em 1827 e expiraria em 1842, o que colocava a elevação das tarifas como uma alternativa para contornar a situação. Com a proximidade do fim, o parlamento brasileiro aprovou a reforma elaborada por Alves Branco e as importações passaram a ser taxadas em 30%.⁶⁵ Logo, a reorientação da política tarifária também era de cunho protecionista, pois, mesmo que o objetivo tenha sido resolver a questão orçamentária, a vigência dela, somada a ação da Junta do Comércio e das autoridades provinciais, estimularam o setor secundário.

Além da reorientação tarifária, Luís Carlos Soares aponta como medidas de amparo ao setor de transformação as leis de 8 de agosto de 1846 e de 8 de julho de 1847. A primeira estabelecia a dispensa do recrutamento militar a uma quantidade específica de trabalhadores livres, exclusivamente para as fábricas de tecido. Ademais, assegurava o direito ao transporte de seus produtos e isentava de impostos as máquinas e peças de máquinas importadas por esses estabelecimentos. Já a lei de 1847 destituía o pagamento de direitos alfandegários sobre as matérias-primas importadas. Segundo Soares, através dela, “a política de fomento as fábricas nacionais, marcada profundamente por uma orientação mercantilista e implantada desde D. João VI, era ampliada e quase todos os estabelecimentos industriais de maior porte do Império”.⁶⁶

Assim sendo, a trajetória do estabelecimento de José Pereira Tavares está localizada num contexto marcado pela ação consciente das autoridades políticas do Império em benefício do setor secundário. Os estabelecimentos de maior ou menor porte, com alto ou baixo nível de desenvolvimento tecnológico, surgiam no império e seus proprietários encontravam meios para a manutenção e prosperidade junto às entidades estatais. A Junta do Comércio teve, notoriamente, papel preponderante no período de seu funcionamento, principalmente no Sudeste, cuja economia possuía contornos mais dinâmicos. Dessa forma, as evidências extraídas desta

⁶⁴ OLIVEIRA, op. cit., p. 63.

⁶⁵ Ibid., p. 64-65.

⁶⁶ SOARES, Luís Carlos. A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860). In: LAPA, José Roberto do Amaral, SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica da Independência e do Império*: coletânea de textos apresentada no I Congresso Brasileiro de História Econômica (Campus da USP, setembro de 1993). São Paulo: HUCITEC/FAPEP/ABPHE, 1996. p. 295-297.

entidade podem ser interpretadas como uma amostragem de um setor cujas dimensões eram maiores - envolvendo diferentes tipologias de estabelecimentos - e variavam de acordo com a região.⁶⁷

A concessão de produtos líquidos extraídos das loterias do Estado à particulares foi uma política de subvenção às manufaturas praticada na década de 1840.⁶⁸ Logo, ela se junta às outras medidas em funcionamento e funcionam como meio pelo qual sujeitos particulares encontraram para tocarem seus projetos de indústria. José Pereira Tavares foi um deles. Como vimos, após assinatura do contrato com a província, Tavares deveria investir a verba adquirida a partir de um plano estabelecido previamente, apresentando relatórios do estado da propriedade.

No dia 20 de dezembro de 1847, a propriedade de Tavares recebeu a visita do engenheiro Antonio dos Santos Cruz, como parte das determinações contratuais que garantia que visitas como essas fossem permitidas. Cruz encontrou um conjunto de prédios já finalizados: o viveiro, o laboratório de fiação e um edifício para alojamento dos funcionários, além de dois outros próximos que faziam parte da residência do empresário. A amoreira vegetava num estado que permitia fazer a criação do bicho da seda no estabelecimento durante o ano, cujo total era superior a oitenta mil pés.

O viveiro possuía dois pavimentos destinados aos processos de criação do bicho da seda. A parte superior era dividida-se em quatro: uma para a criação do bicho da seda, uma para o depósito da seda, uma para o choco e uma para experiências. A parte inferior possuía um espaço para depósito das folhas da amoreira, uma sala para o corte das folhas e armazenamento das máquinas necessárias para esta atividade, um quarto para postura da borboleta e um depósito de utensílios. Além desses compartimentos, o pavimento inferior abrigava uma sala na qual se localizava uma fornalha que, por meio de canos de madeira, comunicava-se com o viveiro, garantindo um mecanismo de controle da temperatura interna.⁶⁹

O laboratório de fiação, paralelo ao viveiro, abrigava o necessário para o processo de fiação da seda. Nele, encontrava-se uma sala que funcionava como dependência para a caldeira

⁶⁷ Um exemplo de região onde o setor de transformação, principalmente as indústrias domésticas têxteis, foi importante para a geração de renda de parte considerável da população, antes e depois da independência, ocorreu em Minas Gerais. Para considerações mais amplas sobre a economia mineira conferir: LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, SP : Edusp : Hucitec, p. 237-280.

⁶⁸ SOARES, op. cit., p. 289.

⁶⁹ CRUZ, Antonio dos Santos. Anexo II: Informação que deu o engenheiro chefe do 2º districto Antonio dos Santos Cruz sob o estabelecimento seriniculo de Itaguahi, de que é empresário José Pereira Tavares. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p.1-2.

de vapor de força de 2 cavalos e um tanque de água que a abastecia, a chaminé, a estufa e seis caldeiras de fiar com as máquinas para desenvolver o fio da seda. Uma outra sala era usada para o depósito e escolha dos casulos adequados ao processo de fiação. O restante do espaço dividia-se em oito quartos para residência de operários do laboratório.⁷⁰ Próximo a este edifício, localizava-se um outro, dividido em sete compartimentos, que também funcionava como residência dos trabalhadores.

O estabelecimento foi avaliado de forma imprecisa devido a curta duração da visita do engenheiro. Levando em consideração a grandeza dos edifícios, as máquinas e o estado da cultura da amoreira, Antonio Cruz informou que o valor não era inferior à noventa contos de réis.⁷¹ Para o engenheiro, José Pereira Tavares era “digno de elogio pela maneira por que tem montado o seu estabelecimento, onde é visível o emprego que tem dado aos meios postos a sua disposição pela assembleia legislativa provincial”.⁷²

No ano seguinte, foi a vez do engenheiro Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas avaliar o estabelecimento. Acerca da estrutura física da propriedade, os edifícios apresentados por Antas foram descritos de forma bastante semelhante ao relatório de Cruz. A novidade reside na atenção dada as possibilidades que o estabelecimento possuía de produzir diferentes qualidades de seda. Para tanto, Antonio Antas estruturou seu relatório a partir das etapas naturais relativas à indústria da seda.

De acordo com o engenheiro, o estabelecimento, a parte os edifícios, era tomado por amoreiras. As variedades plantadas compreendiam a “amoreira branca de França, e de Itália de frutos negros, amoreira branca ordinária, amoreira filipina, amoreira negra, amoreira multicaule (...) e amoreira selvagem”.⁷³ O plantio de diferentes espécies era fruto das experiências de Tavares na busca pela que traria melhores resultados. Na época, o terreno tinha aproximadamente oitenta mil amoreiras e, segundo Antas, a maioria era de amoreira branca. Essa quantidade possibilitava criar cerca de quatrocentas onças de sementes do bicho da seda por colheita e, dando cada árvore quatro colheitas ao ano, quadruplicavam-se as criações.

No estabelecimento existiam as seguintes raças de bicho da seda: *sina*, *trivoltine* e uma terceira proveniente do cruzamento realizado por Tavares dessas duas raças, a *dyochroma*. As

⁷⁰ Ibid., p. 1-2.

⁷¹ Ibid., p. 2-3.

⁷² Ibid., p. 3.

⁷³ ANTAS, Antonio Pinto de Figueiredo. Anexo III: Exame feito no estabelecimento seropedico de que é proprietário o cidadão José Pereira Tavares, no curato do Bananal em Itaguahy, pelo engenheiro Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 1.

duas primeiras produziam, respectivamente, casulos brancos e amarelos, enquanto a última produzia as duas colorações. Antas registrou que o empresário possuía sete onças de semente do bicho da seda, cada uma com quarenta e quatro mil ovos. Desse total, Tavares pretendia reservar o necessário para se fazer uma criação de sessenta e seis onças.⁷⁴

O preparo da seda realizado no laboratório de fiação era feito a partir da extração do fio do casulo do bicho da seda. Para tanto, era necessário submeter a crisálida, isto é, o estágio de pupa do inseto, a um processo de sufocamento, garantindo, assim, que não ocorresse o rompimento do casulo. A seda que daí se tirava denominava-se *grege* ou *crua*, o estado primitivo do produto. Os casulos dos quais se extraía um fio fino e irregular, dava origem a um outro tipo de material chamado de “filosela” e “strussia”.⁷⁵

Até aquele momento, Tavares havia feito experiências com a finalidade de conservar a semente do bicho da seda até a conclusão do estabelecimento. Dessa forma, pouca seda se tinha preparado, somando, desde o começo da produção, um montante de “cento e oitenta e uma libras e três onças de seda grege”.⁷⁶ Parte dessa seda foi remetida, por intermédio da casa comercial Barbenson e C.^a, à Inglaterra e França, para que atribuíssem um preço ao produto. Na análise de Antas, a seda era de boa qualidade, porém a qualidade grege, estágio primitivo da seda, necessitava de outros processos, como, por exemplo, aquele que a reduziria à retrós, para ser consumida no comércio brasileiro.⁷⁷

A extração da última loteria prevista no contrato de 1844 foi feita em 1848. Os engenheiros apresentaram as autoridades provinciais relatórios que comprovavam a correta aplicação da verba pelo empresário, seguindo o planejamento previamente estabelecido. O estabelecimento achava-se convenientemente montado e seu valor, a partir da análise feita por Cruz e Antas, equivalia a 95:108\$413 réis (afora o terreno e a cultura da amoreira).⁷⁸ Contudo, a seda, objetivo final da produção, mesmo sendo avaliada satisfatoriamente, ainda não circulava no mercado, e sua produção estava aquém das potencialidades existentes. Logo, seria impossível iniciar a devolução da verba recebida, que, como estipulado no contrato, demarcava aquele ano como o momento em que a terça parte do produto líquido arrecadado seria dirigida aos cofres provinciais. Diante disso, os embaraços financeiros não tardaram a retornar e caberia a José Pereira Tavares buscar medidas para contorná-los.

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ Ibid., p. 2.

⁷⁶ Ibid., p. 2-3.

⁷⁷ Ibid., p. 3.

⁷⁸ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Pedreira de Couto Ferraz. 1849. p. 50. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=18&s=0&cv=47&r=0&xywh=-677%2C-1%2C3529%2C3332>> Acesso em: 25 de abril de 2021.

Em janeiro de 1849, Tavares apresentou um relatório à presidência da província expondo as dificuldades pelas quais passava em levar a cabo a produção e apresentando uma proposição para a solução dos problemas orçamentários. Segundo Tavares,

(...) grande foi o meu esforço para levar ao fim uma empresa nova no país, e que sem o emprego de grandes somas nada teria conseguido, sendo a quantia despendida de 237:600\$000, como facilmente se pode conhecer, já por documentos e já pelo estado do estabelecimento, por que sendo avaliado (...) ele tem um valor de 160:000\$000.⁷⁹

Dizia ele que, pare reunir o montante investido, contraíra dívidas com diferentes pessoas, o que colocava em risco o futuro da empresa, pois “ainda não dá ela o rendimento que se deve esperar, e nem para os seus produtos há ainda mercado”.⁸⁰ A cifra apresentada sobre o valor do estabelecimento valia-se do certificado emitido pelos comerciantes da praça do comércio do Rio de Janeiro que incluía, além dos 95:108\$413 réis já estimados pelos engenheiros, o valor do terreno, 6:850\$000, e o das amoreiras, 60:800\$000. Deste modo, todo o estabelecimento foi avaliado em 162:758\$413 réis, de acordo com o certificado anexado no relatório.⁸¹

Como proposta, José Pereira Tavares solicitava às autoridades um empréstimo de 100:100\$000 réis. Parte dessa quantia seria aplicada na construção de uma fábrica de retrós e tinturaria, cujo mecanismo viria da Lombardia e Toscana, criando, assim, mercado à seda. O reembolso se iniciaria um ano após a finalização da construção. Para garantir o pagamento da dívida, Tavares hipotecaria o estabelecimento. O empresário garantia que, com esse valor, o estabelecimento se tornaria completo e seu produto consumido pelos negociantes de fazendas e alfaiates. “Uma nova e segura estrada se abrirá à indústria, e os capitalistas conhecerão a certeza dos interesses de seus capitais quando dados para iguais empresas”, afirmava ele.⁸²

A resposta à pretensão de Tavares viria em 15 de maio de 1849, com a aprovação do parecer expedido pela comissão de indústria e fazenda da assembleia legislativa da província do Rio de Janeiro. Nesse intervalo, chegou ao conhecimento do público, na edição do dia 20 de março do *Correio Mercantil*, que a Rostron Dutton e Cia., encarregada de remeter à Europa a amostragem da seda para exame nas fábricas da Inglaterra e França, emitira um certificado sobre o assunto. No que consta, a seda foi distribuída a vários fabricantes do Reino Unido sendo que “a opinião unanime foi que é ela de boa qualidade, suscetível ainda a algum melhoramento,

⁷⁹ TAVARES, José Pereira. Anexo I: relatório apresentado ao exm. governo da província em 31 de janeiro de 1849. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 1.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ Ibid., p. 2.

⁸² Ibid., p. 2.

mediante um trabalho mais aperfeiçoado”.⁸³ Jorge Shelton, fabricante da cidade de Nothingam, fez um par de meia com o material recebido e, segundo a publicação, José Pereira Tavares tinha a intenção de oferecer ao Imperador.

A comissão encarregada de avaliar a proposta de José Pereira Tavares, contudo, julgou que não deveria se guiar pela “opinião vantajosa que [Tavares] formou de seu estabelecimento”, mas sim pela situação financeira da província. O estado próspero do estabelecimento e a dedicação de Tavares foram reconhecidos e usados como fundamentos para o argumento de que a falta do empréstimo não seria o motivo de sua ruína. Por fim, os envolvidos recomendavam aguardar a próxima sessão da assembleia legislativa para que, após a discussão, “se tomem em consideração os pedidos do empresário, resolvendo acerca deles a assembleia como entender em sua sabedoria”.⁸⁴ Diante das circunstâncias orçamentárias, a assembleia provincial não foi capaz de atender o pedido.⁸⁵

Em agosto de 1849, Tavares apresentou as autoridades um documento no qual reunia as bases para a organização de uma companhia para o estabelecimento. A intenção era transformar sua produção numa sociedade anônima. A documentação foi feita segundo os parâmetros regulados pelo decreto nº 575 de janeiro daquele ano, que estabelecia as regras para a incorporação de qualquer sociedade anônima. Aqueles que se interessassem, deveriam dirigir uma petição as autoridades políticas, pois nenhuma sociedade anônima poderia existir sem a autorização do governo, e sem por ele assinado um contrato. Esta petição deveria ser acompanhada dos estatutos da sociedade, nos quais estariam expressados “a obrigação, que contrair cada um dos sócios, de realizar suas em entradas”.⁸⁶

A legislação estabelecia que a petição apresentada deveria constar o negócio a que se propõe a sociedade, o domicílio e tempo de duração, a importância do fundo e a forma como ele deve ser formado (e seus respectivos prazos), bem como o modo de administração. Nas províncias, esse documento deveria ser entregue aos seus respectivos presidentes, que

⁸³ CORREIO MERCANTIL. 20 de março de 1849, n. 77, p.3. 1848-1868. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20184&pesq=tavares&pagfis=1768>> Acesso em: 30 de abril de 2021.

⁸⁴ Parecer das comissões de indústria e fazenda da assembleia legislativa da província, aprovado na sessão de 15 de maio de 1849, a respeito da pretensão de José Pereira Tavares. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 1.

⁸⁵ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, João Pereira Darrigue Faro, 1850. p. 48. Disponível em: <<http://ddsnex.crl.edu/titles/184#?c=0&m=19&s=0&cv=46&r=0&xywh=693%2C0%2C3593%2C3392>> . Acesso em: 02 de maio de 2021.

⁸⁶ BRASIL. Decreto nº 575 de 10 de janeiro de 1849. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1824-1899/decreto-575-10-janeiro-1849-559714_publicacaooriginal-82062-pe.html>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

elaboraria um parecer ao ministro competente. No parecer, a autoridade informaria se a empresa (e o empresário) tinha ou não capacidade de ser bem-sucedida, sem apresentar qualquer coisa que pareça “contrária às leis, a boa fé do comércio, ou aos interesses da indústria em geral”.⁸⁷

Em sua petição, Tavares informou que a companhia teria um fundo de 250:000\$000 réis, divididos em ações de 500\$000 cada uma. Os acionistas entrariam com essa quantia em um ano e os fundos seriam aplicados para diferentes fins. Dentre eles, a aquisição do estabelecimento como ele estava, para o engajamento de práticos e para construção de um outro viveiro. Parte da verba seria destinada para compra de 3200 braças quadradas de terra, de uma fiação de 25 caldeiras, de sementes de bicho da seda e de utensílios e conservação do pessoal.⁸⁸ A previsão era de que, no final do terceiro ano, o lucro líquido do estabelecimento seria de 26:630\$00.

O requerimento não obteve o êxito esperado. No relatório da presidência da província do ano de 1850, consta que a intenção era de que a província entrasse como acionista, fato que não pode ser levado a frente pois não cabia no orçamento da presidência.⁸⁹ Não obstante, é informado que Tavares submeteu ao corpo legislativo o requerimento, mas o resultado entre os deputados também foi desfavorável. Frente aos inúmeros embaraços que enfrentava na condução de seu estabelecimento, a autoridade concluía que

(...) nada devemos esperar de uma empresa lisonjeira pareceu ao fundar-se e que foi tão favorecida pela província. Se as garantias que em virtude da lei n.º 342 foram exigidas e subsistem, nos desassombra de receio pelo reembolso do que se há despendido, todavia os transtornos e êxito desgraçado de um estabelecimento desta ordem desalentarão mais o espírito da indústria que está ainda entre nós em seu começo e que precisa ser favoniado.⁹⁰

A insatisfação das autoridades perdurou no ano seguinte. O estabelecimento foi submetido a um novo exame, dessa vez pelo capitão de fragata Francisco Vieira Leitão, em 1851. Mais uma vez foi atestada a qualidade da seda e da estrutura física do estabelecimento. Contudo, a falta de mercado para a qualidade grege da seda produzida impedia o empresário de obter lucro para o custeio da produção, sendo a proteção da província indispensável. Para a província, isso significava que a verba adiantada pelo decreto de 1844 não tinha previsão de ser reembolsada. A solução apontada era que Tavares arranjasse meios de promover a incorporação de uma

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Bases para organização de uma companhia para o estabelecimento seropedico de Itaguaí ao qual é empresário José Pereira Tavares. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018.

⁸⁹ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. João Pereira Darrigue Faro. 1850. p. 48. Disponível em: <<http://ddsnex.crl.edu/titles/184#?c=0&m=19&s=0&cv=46&r=0&xywh=-693%2C0%2C3593%2C3392>>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

⁹⁰ Ibid., idem.

companhia que o auxiliasse e fosse capaz de dar novos rumos aos produtos que poderiam ser extraídos da empresa.⁹¹

A iniciativa do processo de incorporação em companhia partiu da própria província. A lei provincial n. 618 de 14 de outubro de 1852 autorizou o governo da província do Rio de Janeiro a incorporar uma companhia que tomaria para si o estabelecimento de José Pereira Tavares.⁹² No ano em que a lei provincial foi aprovada já estava em vigor o Código Comercial de 1850, contendo disposições acerca das sociedades anônimas. Entre a independência e a década de 1850, quatro projetos de código comercial já haviam sido elaborados, sendo o último aprovado após o retorno dos conservadores ao poder.⁹³

No que se refere as sociedades anônimas, foram dedicados cinco artigos, 295 a 299. O artigo 295 ratificava o previsto no decreto de janeiro de 1849, estabelecendo que as sociedades anônimas funcionariam por tempo determinado mediante autorização do governo. Os estatutos e o ato de autorização deveriam ser inscritos no registro do comércio e publicados pelo Tribunal para seu pleno funcionamento. Enquanto a inscrição não fosse formalizada no registro, os diretores e administradores da companhia responderiam pessoalmente a terceiros que tratassem da mesma companhia. Efetuado o registro, somente a companhia responderia pela execução do mandato. Ficou determinado que o capital das companhias seria dividido em ações, e poderiam ser subdivididas. Os sócios, por sua vez eram responsáveis unicamente pelo valor de suas ações.

A fim de tratar da repercussão dessa regulamentação no Rio de Janeiro, Maria Bárbara Levy consultou um relatório elaborado pelo ministério da justiça, no qual foram listadas todas as sociedades anônimas entre 1851 e 1865. As 583 empresas apontadas reuniam um capital de 236:638\$000, sendo o setor de serviços o que mais reuniu capital investido de forma anônima, cujo valor representava 57,5% deste montante. As indústrias equivaliam a 0,8% do capital total,

⁹¹ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Pedreira de Couto Ferraz. 1851. p. 30. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=22&s=0&cv=31&r=0&xywh=-572%2C-1%2C3238%2C3058>>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

⁹² CORREIO MERCANTIL, 26 de julho de 1853. n. 207, p. 2, 1848-1868. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20184&pesq=tavares&pagfis=7766>>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

⁹³ O primeiro, pós-independência, foi esboçado por uma comissão cuja presidência era do Visconde de Cairu. Mais tarde, na década de 1830, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho constituiu uma comissão formada por comerciantes nacionais e estrangeiros da Praça do Comércio do Rio de Janeiro, que apresentou o projeto em 1834, contudo, devido a crise política da época, não foi aprovado. Em 1843, uma outra comissão, desta vez nomeada pelo governo liberal, elaborou outro projeto que não saiu do papel. Somente após o retorno dos conservadores ao poder foi aprovada a lei nº556 de 25 de junho de 1850, o Código do Comércio, elaborado uma comissão formada em março daquele ano composta por José Clemente Pereira, Caetano Alberto Soares, José Thomaz Nabuco de Araújo, Francisco Ignacio de Carvalho Moreira e Irineu Evangelista de Souza. C.f.: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Código do Comércio, o Tribunal do Comércio e a atividade bancária no império brasileiro da segunda metade do século XIX. In: FERREIRA, Maria de Fátima Moura; NEVES, Edson Alvisi; RIBEIRO, Gladys Sabina; (orgs.). *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2009. p. 35-68.

sobressaindo as de perfumaria, publicações, sabão e velas e as químicas.⁹⁴ Dentre elas, de acordo com a autora, o estabelecimento de José Pereira Tavares figurou como o único exemplo de empresa cuja transformação em sociedade anônima se deu por ação do governo provincial.⁹⁵

Para execução da lei provincial n. 618, foi dirigido a Tavares uma portaria contendo considerações para elaboração do projeto da associação. O fundo capital da companhia seria de 300:000\$000, representados por três mil ações de 100\$000 réis cada. O estabelecimento foi avaliado em 130:100\$000 – em casas, máquinas, amoreiras, escravos e utensílios – e, a partir da incorporação, ficaria pertencendo única e exclusivamente à companhia.⁹⁶

O governo exonerava o estabelecimento da dívida de 99:900\$000 através da hipoteca do imóvel, cedendo o valor em benefício da empresa. Desta quantia, seria retirado uma indenização para o empresário solver as dívidas contraídas e compensar os dispêndios que fez com o estabelecimento. A portaria de 18 de maio de 1853 estabelecia o prazo de quatro meses para que a companhia fosse organizada.⁹⁷

Todavia, foi apenas no dia 02 de março de 1854 que Luiz Pedreira de Couto Ferraz, presidenta da província do Rio de Janeiro, com a rubrica do Imperador, aprovou os estatutos da companhia através do decreto de número 1342.⁹⁸ De acordo com o documento, a Companhia tomaria para si a “criação do bicho da seda, e cultura da amoreira, estabelecida no Município de Itaguaí” e sua administração seria dirigida por uma diretoria “composta de um Presidente, um Secretario, hum Tesoureiro, um Superintendente, um Procurador e dois Ajudantes”.⁹⁹

Até aqui, acompanhamos a trajetória de um estabelecimento cujo desenvolvimento e manutenção se deu a partir da iniciativa de um sujeito chamado José Pereira Tavares. Num contexto marcado por estímulo às atividades do setor industrial, Tavares recebeu auxílio financeiro das autoridades políticas da província do Rio de Janeiro. No próximo tópico, discutiremos as ações em benefício da companhia tomadas pelos homens que compuseram suas diretorias.

⁹⁴ LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1994. p. 55-57.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 58.

⁹⁶ CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1853. n. 207, p. 2., 1848-1868. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20184&pesq=tavares&pagfis=7766>> Acesso em: 05 de maio de 2021.

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ BRASIL. Decreto nº 1342 de 02 de março de 1854. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64004&norma=79908>> . Acesso em: 02 de maio de 2021.

⁹⁹ *Ibid.*

1.2. A Imperial Companhia Seropédica Fluminense e suas diretorias:

IMPERIAL COMPANHIA SEROPÉDICA FLUMINENSE

De ordem da diretoria da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, da qual é protetor S. M. I. o Sr. D Pedro II, se faz público que a mesma diretoria realizou no dia 12 do corrente, a compra do estabelecimento [...] dando em pagamento ao empresário José Pereira Tavares por encontro a quantia de 99:990\$000 rs., de que era o mesmo devedor à Província do Rio de Janeiro [...]. Faz-se público, outrossim, que achando-se a companhia senhora do estabelecimento, sem que pela sua aquisição deva mais coisa alguma.¹⁰⁰

Pouco mais de dez meses foi o tempo entre a aprovação dos estatutos e a compra do estabelecimento. No dia 12 de janeiro de 1855 começava a efetiva existência da Imperial Companhia Seropédica Fluminense. Livre de qualquer dívida, a companhia não poderia ser dissolvida, ou abandonada sem antes “haver despendido com o desenvolvimento dela um terço de seus capitais”¹⁰¹, o que equivalia a cem contos de réis. Enquanto a quantia não fosse atingida, era vedada até mesmo a possibilidade de alienar qualquer bem que existia no estabelecimento. Cabia a diretoria colaborar para a conservar e desenvolver a companhia, contribuindo para que a empresa prosperasse, apresentando seus balanços e relatórios à assembleia dos acionistas semestralmente.

O primeiro relatório foi apresentado à assembleia geral dos acionistas no dia 15 de julho de 1855 pelo presidente da diretoria, o senador João Antonio de Miranda. O Dr. José Julio de Freitas Coutinho fazia parte da diretoria na posição de secretário, o vereador José Joaquim de Lima e Silva ocupava o cargo de tesoureiro e o comendador Antonio Rodrigues de Azevedo era superintendente da empresa. O negociante João Fernandes Damasceno Brandão atuava como procurador e o dr. Luiz Vianna de Almeida do Valle era adjunto. A José Pereira Tavares coube o cargo de administrador interino do estabelecimento. O estabelecimento ainda contava com a presença do Vittor Giandonio e Eugene Saloman, que coordenavam o viveiro, e de Angela Poleti, assistente interino da casa de fiação.¹⁰²

Pertencia a companhia um terreno de cento e sessenta mil braças quadradas, no qual se localizavam os edifícios apresentados no tópico anterior e cerca de 200 mil pés de amoreiras.¹⁰³ A diretoria mandou fazer reparos necessários nos edifícios, assim como tratou de enviar correspondência à Portugal e França, para engajar trabalhadores e maquinário.¹⁰⁴ A falta de

¹⁰⁰ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1855, n. 025, p. 3, 1821-1858. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20185&pesq=seropedica&pagfis=40886> Acesso em: 02 de maio de 2021.

¹⁰¹ BRASIL. Decreto nº 1342 de 02 de março de 1854, op. cit.

¹⁰² AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro. 1855. n. 004, v. V. 1833-1896, p.16-17. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=302295&pasta=ano%20185&pesq=seropedica&pagfis=9958>>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

¹⁰³ Ibid., p. 10.

¹⁰⁴ Ibid., p. 17-18.

trabalhadores habilitados era, segundo Mirando, a dificuldade primária a ser enfrentada, pois “perfeitamente montado como se acha o estabelecimento, seu rendimento ocorrerá em proporção com a seda que se fiar”.¹⁰⁵ Os serviços eram desempenhados pelos 35 escravizados pertencentes à empresa, com o auxílio dos italianos que coordenavam o viveiro e o laboratório de fiação.

A seda produzida diariamente era suficiente para dar lucro diário de quatorze a vinte mil réis, e a cifra subiria conforme aumentasse o número de trabalhadores. As máquinas encomendadas auxiliariam nesse processo, pois, as 12 fiadeiras aguardadas somadas as já existentes levariam “o produto da fiação de 20 a 25 libras diárias de seda grege, o que nos dará no mercado a importância de 160 a 200\$000”.¹⁰⁶ Essa quantia seria o suficiente para pagar as despesas diárias e dar um “excelente prêmio” aos acionistas. Toda a seda fiada até então, cujo montante era de uma arroba, estavam expostas na casa comercial do negociante Araújo Costa. A expectativa era que, aumentando a produção, enviassem diretamente para a Inglaterra.¹⁰⁷

Instalado onde estava na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, a propriedade da companhia tinha por vizinho três proprietários de terras: ao leste, D. Gertrudes Maria da Conceição; ao norte e oeste, Domingos José do Couto; e ao sul, José Tibúrcio de Sá Freire.¹⁰⁸ Bananal localizava-se no caminho entre Rio de Janeiro e São Paulo, funcionando como via entre a costa e o interior.¹⁰⁹ As estradas que por lá passavam conferiam a localidade uma posição estratégica para o escoamento agrícola, sobretudo para o café advindo do Vale do Paraíba, que seguia para a corte pelos rios navegáveis de Itaguaí.¹¹⁰

Os dados relativos ao recenseamento na década de 1850 apontam para um crescimento da população local. Em 1850, foi registrado um total de 1.718 livres e 1.892 escravizados em Bananal.¹¹¹ Já para o ano de 1856, o número de pessoas livres subiu para 2.395, ultrapassando

¹⁰⁵ Ibid., p. 24.

¹⁰⁶ Ibid., p. 25.

¹⁰⁷ Ibid.,

¹⁰⁸ Ibid., p. 10.

¹⁰⁹ MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma Família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. p. 10-11.

¹¹⁰ Os 428 quilômetros de superfície terrestre pertencentes ao município de São Francisco Xavier de Itaguaí em meados do século XIX eram cortados pelos rios Guandú, Guandú-mirim, Itaguaí, Macacos e Ribeirão das Lages. OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. *Do café à policultura: fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro. p. 26.

¹¹¹ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA. João Pereira Darrigue Faro. 1851. Mapa A e B. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=22&s=0&cv=99&r=0&xywh=-830%2C-1%2C5202%2C4912>> Acesso em: 06 de maio de 2021.

a quantidade total de pessoas escravizadas, 2.222.¹¹² Esses grupos estabeleciam relações entre si e atuavam nas atividades econômicas desenvolvidas na localidade. D. Gertrudes Maria da Conceição, por exemplo, possuía um total de 119 escravizados que trabalhavam na cultura do café numa propriedade de aproximadamente 523 hectares,¹¹³ ao lado da companhia. Ela, assim como uma parte dos outros indivíduos livres da região, foi listada como fazendeira de café na secção “província”, do Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro – o *Almanak Laemmert*. Nela, encontram-se nomes e atividades exercidas pelos moradores das freguesias da província do Rio de Janeiro.

A tabela abaixo foi construída a partir das listagens do *Almanak* para a freguesia do Bananal entre 1850 e 1860. Destacamos os ofícios arrolados nas edições, buscando aqui realizar um mapeamento acerca da estrutura econômica do local em que a Imperial Companhia Seropédica Fluminense estava inserida.

¹¹² RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA Thomaz Gomes dos Santos. 1858. Anexo AJ5 – Mapa SN. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#c=0&m=41&s=0&cv=147&r=0&xywh=-215%2C0%2C4012%2C3787>> Acesso em: 06 de maio de 2021.

¹¹³ ALVES, Jéssica Santana de Assis. *Dona dos cafezais: a ação econômica de uma fazendeira de café em Bananal de Itaguaí 1850-1867*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro. p. 14.

Tabela 1. Atividades exercidas na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (1850-1860)

ATIVIDADE	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860
Imperial Sociedade Sero-pédica	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Fazendeiros de Café	-	21	21	53	68	69	69	74	94	91	90
Fazendeiros de Cana	-	4	4	3	6	5	5	9	10	10	6
Negociantes	-	-	-	18	18	18	18	22	23	23	22
Hotel	-	-	-	1	3	3	3	4	4	2	2
Padaria	-	-	-	-	2	2	2	3	3	2	2
Ferrador	-	-	-	-	1	1	1	1	1	2	1
Selleiro	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1
Pintor	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1
Sapateiro	-	-	-	-	2	2	2	3	3	3	2
Carpinteiro	-	-	-	-	-	4	4	7	7	8	8
Alfaiate	-	-	-	-	4	4	4	4	4	4	4
Açougue	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1
Serralheiro	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Botica	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	-
Charuteiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Seção das Províncias. Anuários de 1850-1860.

A partir das informações para a década de 1850, podemos observar um aumento na quantidade de ofícios praticados na região. O *Almanak Laemmert* começou a ser veiculado em 1849. A confecção das listagens dependia da presença de um interlocutor do periódico, o emissor, e a inscrição era gratuita. Segundo Rubens Machado, não é possível afirmar que as listagens correspondiam de fato à realidade vivida, mas o fato delas serem coletadas por um emissor local possibilita a compreensão da imagem que os sujeitos tinham de si.¹¹⁴ A tabela traz

¹¹⁴ MACHADO, Rubens. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguçu, 1840-1880)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 26.

informações que nos ajudam a compreender o lugar social que uma amostragem dos sujeitos radicados em Nossa Senhora da Conceição do Bananal imaginava ocupar, ao longo da década de 1850.

Nesse sentido, o aumento expressivo no número de ofícios praticados a partir de 1854 em diante, talvez, não signifique que essas atividades passaram a existir somente naquele ano. Todavia, esses números são evidências da existência de um certo grau de dinamismo econômico. Observa-se a presença de estabelecimentos comerciais variados, como açougue, padarias, hotéis, sapatarias, assim como serviços de ferreiros, sapateiros e alfaiates.

As atividades que mais contaram com pessoas listadas eram de base agrária: o cultivo do café e o da cana. O número de fazendeiros de café superava todas as demais atividades registradas. No ano de 1853, o número de fazendeiros de café listado sofreu um aumento de 171,4% em relação ao ano anterior. Dos 60 fazendeiros registrados nesse ano, 95% se destinavam à produção do café. De 1857 em diante, verificou-se um processo de ascensão do plantio do café que teve seu ápice no ano seguinte, quando 62% dos 153 nomes listados – a maior quantidade nomes na amostragem observada – estava ligado à produção do café.

Desde o final da década de 1820 o Brasil já dominava o mercado mundial do café. O Vale do Paraíba tinha papel de destaque nesse processo, não só pelas condições naturais propícias para cultura, mas também pela existência de uma infraestrutura adequada para produção e escoamento cuja montagem remete ao século XVIII.¹¹⁵ A economia local do município de São Francisco Xavier de Itaguaí girou em torno do café. Conforme apontou Gustavo Moreira, já na década de 1830 o município se destacava no escoamento da produção agrícola da província do Rio de Janeiro. Em 1836, 27 embarcações transportaram 400.000 arrobas do produto.¹¹⁶ A produção do café, inferior a exportação, se fez presente em todas as freguesias do município, mesmo que as condições naturais do território não fossem propícias. Segundo Max Oliveira,

[...] suas terras baixas e alagadiças, em boa parte do ano pelas chuvas que não escoavam na planície, formando brejos, ou pelos rios que constantemente transbordavam o seu leito, alagando estradas e dificultado o transporte, não serviam adequadamente para o cultivo do café ou da cana. Mas isso não impedia que a cana e o café fossem plantados. E podemos ir ainda mais longe ao afirmar que em Itaguaí, apesar de suas terras não serem as melhores para o plantio dessas culturas, elas tinham uma força tão grande que levavam os fazendeiros e lavradores de Itaguaí, impulsionados pelas

¹¹⁵ MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-384.

¹¹⁶ MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. Os Negócios no poder: o município de Itaguaí na primeira metade do século XIX. *Anais Eletrônicos do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio*. 2010. Disponível em: <<https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais8/>>. p.5

necessidades comerciais, ou seja, por um mercado consumidor existente, a plantá-las naquela localidade, apesar das dificuldades.¹¹⁷

O autor verificou a que a maior parte dos fazendeiros e pequenos lavradores de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, de 1850 em diante, se dedicou a produção do café nos morros de suas propriedades, articulada ao plantio de outros gêneros alimentícios.¹¹⁸

Foi paralelo a esse crescimento da produção agrícola na região que a Imperial Companhia Seropédica Fluminense se desenvolveu. A primeira diretoria apresentou um novo relatório em janeiro de 1856. Após seis meses, o presidente lamentava não poder anunciar a existência de grandes melhoramentos e associava isso a falta de recursos. A companhia contava com 117 acionistas, representando 1338 ações. A lista, no entanto, era, em sua maioria, formada por substituições. Isto é, as pessoas que haviam se comprometido anteriormente, abandonaram o financiamento sendo substituídas por outras.¹¹⁹ Para João Miranda, a explicação para essa atitude estava associada a ausência de um lucro imediato. Segundo ele,

A ambição do lucro imediato faz desconhecer a importante garantia, que temos no estabelecimento, cujas terras, edifícios, e escravos são nossos; faz esquecer, que só poderemos ter lucros prontos, e infalíveis, quando se houverem realizado os pequenos melhoramentos, que ocupam a nossa atenção; faz não atender à que alguns bons resultados já vão aparecendo, filhos do trabalho e da constância (...).¹²⁰

A ausência de recursos impedia o progresso do estabelecimento. Junto a isso, havia a dificuldade enfrentada no processo de engajamento de maquinário e trabalhadores habilitados. Os italianos que coordenavam as atividades no viveiro e laboratório de fiação foram dispensados. Em contrapartida, foi anunciada a chegada de colonos portugueses que estavam recebendo a instrução necessária e gerando bons resultados.¹²¹ Entretanto, o estabelecimento estava equipado com um número limitado de equipamentos para fiação, dos quais se ocupavam seis profissionais, resultando numa produção aquém do esperado.¹²² Além disso, não foi possível realizar a compra da máquina de fiar retrós.

A diretoria mandou fazer a planta e orçamento de uma nova casa de fiação, calculados em 12 contos de réis. O objetivo era permitir que mais trabalhadores pudessem, simultaneamente, atuar na fiação. A construção, todavia, dependeria do aumento de terras. Diante da

¹¹⁷ OLIVEIRA, op.cit, p. 61.

¹¹⁸ Ibid., p. 60.

¹¹⁹ AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro. 1855. n. 004, v.V, p. 303. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=302295&pasta=ano%20185&pesq=seropedica&pagfis=10245>> Acesso em: 06 de maio de 2021.

¹²⁰ Ibid., p. 304.

¹²¹ Ibid., p. 299.

¹²² Ibid., p. 297.

localização do estabelecimento, o único meio viável de aumentar as terras era negociando com os proprietários vizinhos. Para isso, o presidente suplicava o auxílio do próprio imperador.¹²³

Nenhuma informação sobre o estado dos edifícios ou da cultura da amoreira foi dada pelo presidente. Sobre a seda, o estabelecimento tinha produzido “1.871 meadas de seda grege, pesando 336 libras, bem como 658 libras de seda struzza. Existem ainda na casa 1.344 meadas da primeira, as quais até o fim do mês entrarão com as outras no mercado”.¹²⁴ Consta no relatório de presidente da província daquele ano que uma amostra da seda preparada no estabelecimento “figurou com vantagem” na exposição de Paris, o que atestava a qualidade do produto. As expectativas eram de que, aumentando o número de acionistas, a produção se elevaria a gerando não apenas um retorno financeiro elevado, como também “o incalculável benefício de naturalizar e estabelecer solidamente no Brasil a importante indústria setífera”.¹²⁵

Ainda no primeiro semestre de 1856, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense passou por mudanças administrativas. Apesar de constar nos estatutos que cada diretoria estaria no comando do estabelecimento por três anos, podendo ser reeleita ou não, uma nova eleição foi realizada pouco mais de um ano após a primeira diretoria tomar posse. A nova composição foi ocupada pelos seguintes nomes: para presidente, Francisco José Cardoso; Reginaldo Muniz Freire foi nomeado como secretário; o tesoureiro passou a ser Manoel Gonçalves Pereira Braga; por fim, o cargo de superintendente permaneceu sendo ocupado por Antônio Rodrigues de Azevedo.¹²⁶

Sob o comando da segunda diretoria, a companhia passou por um processo de expansão de sua estrutura seguindo um plano de obras aprovado pela assembleia de acionistas. Tal feito se tornou possível devido a articulação desses homens com as autoridades provinciais, principalmente a do presidente. Na época, Francisco José Cardoso já tinha posição de destaque nos negócios de Itaguaí. Desde a década de 1830, o negociante atuava no transporte de café entre Itaguaí e os portos da corte. No ano de 1836, Cardoso foi contratado pelo governo para a construção de dois canais navegáveis no município de Itaguaí através da lei nº 47 de 5 de dezembro. O contratado deveria investir recursos próprios para construção e conservação do

¹²³ Ibid., p. 300.

¹²⁴ Ibid., p. 296.

¹²⁵ RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, Luiz Antonio Barbosa. Relatório de Presidente da província do Rio de Janeiro, 1856. p. 20. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=36&s=0&cv=22&r=0&xywh=-747%2C-1%2C3781%2C3570>> Acesso em: 06 de maio de 2021.

¹²⁶ CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro. 1 de fevereiro de 1863, n. 032, 1848-1868. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=21483>> Acesso em: 07 de maio de 2021.

canal e, em contrapartida, gozaria da compensação de cobrar as taxas de passagens durante um período de cem anos.¹²⁷

Na década de 1850, seus negócios se intensificaram tanto do ponto de vista econômico e político. Além de se tornar presidente da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, Cardoso acumulava o cargo de comandante Superior da Guarda Nacional dos Municípios de Itaguaí e Mangaratiba e administrador da Companhia Navegação Itaguaense.¹²⁸

Entre 1842 e 1857, Cardoso foi deputado provincial na Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro, sendo reeleito ininterruptamente por todo esse período.¹²⁹ Na vigência de seu mandato, os deputados aprovaram a lei n. 880 de 30 de setembro de 1856 que concedeu à companhia uma subvenção anual de 30:000\$000 por um período de quatro anos.¹³⁰ As condições que a diretoria deveria sujeitar-se para acessar a quantia foram determinadas através de uma portaria expedida no dia 12 de janeiro de 1857. A quantia, que seria paga pela tesouraria provincial na primeira quinzena de janeiro de cada ano, deveria ser aplicada:

- 1º a compra de terras para plantação de amoreiras nas proximidades do estabelecimento seropedico de Itaguaí;
- 2º a aquisição para o mesmo estabelecimento de operários livres que tenham conhecimento prático dos processos da indústria serica, e de todos os mais que forem precisos para os trabalhos do estabelecimento, de forma que passados 18 meses contados da presente data, não se empreguem nele escravos sob pretexto algum,
- 3º a prontificação de viveiros que possam auxiliar e substituir o atual;
- 4º ao custeio do estabelecimento seropedico de Itaguaí;
- 5º à aquisição de máquinas de fiar, construção de edifícios em que devam ser assentadas acomodações para operários e aprendizes de ambos os sexos e casa de oração.¹³¹

As questões relativas à substituição de escravizados por operários livres bem como as ligadas a criação de uma estrutura adequada para empregarem menores aprendizes serão retomadas nos capítulos seguintes.

Por outro lado, podemos notar que alguns pontos de conflito enfrentados pela primeira diretoria, isto é, a aquisição de terras, reparos e obras de edifícios, passaram a ser impostos legalmente. Como já foi salientado, a compra de terras para plantação de amoreiras na proximidade do estabelecimento significava, na prática, a anexação de terrenos pertencentes a outrem. Após a extração da primeira parcela da subvenção, a diretoria buscou negociar com os vizinhos – D. Gertrudes Maria da Conceição, Domingos José do Couto e José Tibúrcio de Sá Freire – a compra de seus terrenos. Contudo, como apontou o vice-presidente da província João

¹²⁷ MOREIRA, op. cit., p. 14-15.

¹²⁸ Ibid., p.29.

¹²⁹ Ibid., p. 56.

¹³⁰ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro. 14 de jan. de 1857, n. 00012. 1850-1859. p. 1. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=Tavares&pagfis=10878> Acesso em: 10 de maio de 2021.

¹³¹ Idem.

Manoel Pereira da Silva, em seu relatório apresentado a assembleia legislativa em agosto de 1857, era necessário adoção de medidas legais para a aquisição de terra uma vez que não puderam ser “obtidas amigavelmente, em consequência do exagerado preço que pedem os proprietários”.¹³²

Naquele mesmo mês, o projeto de lei n 12.U foi apresentado à assembleia legislativa para discussão.¹³³ O projeto, subscrito pelos deputados João Saldanha Marinho e Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, possuía dois artigos que foram publicados na edição do dia 15 de agosto de 1857 do *Jornal do Comercio*, acompanhados da discussão feita na sessão do dia 11 do mesmo mês:

Art. 1º O presidente da província fica autorizado a mandar proceder, aplicando a legislação existente, à desapropriação dos terrenos necessários ao estabelecimento seropedico de Itaguaí, e isto conforme as reclamações da diretoria da respectiva companhia, apreciadas pelo mesmo presidente da província.

Art. 2º As despesas com tal desapropriação serão feitas à custa da mesma companhia.¹³⁴

De acordo com a proposta, a companhia poderia desapropriar as terras necessárias desde que arcasse com as despesas. A defesa do projeto ficou a cargo dos dois deputados supracitados e de Francisco José Cardoso, em destaque. Já a ala da oposição contou com participação de Francisco Leocádio de Figueiredo, Manoel Ribeiro de Almeida e Joao Caldas Viana. Estes consideravam o projeto inútil e inconstitucional, uma vez que a desapropriação dos terrenos vizinhos violava o artigo 179 da Constituição, que concebia o direito à propriedade como base dos direitos políticos e civis de todos os cidadãos brasileiros, esses, por sua vez, invioláveis, salvo em caso de utilidade pública:

É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá lugar esta única exceção, e dará as regras para se determinar a indenização.¹³⁵

Valendo-se disso, Figueiredo argumentou da seguinte forma:

(...) Ora, eu creio que não precisa muita inteligência, nem grande força de logica para se demonstrar que o estabelecimento seropedico de Itaguaí não é um estabelecimento

¹³² RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA. João Manoel Pereira da Silva. 1857. p. 56. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=38&s=0&cv=58&r=0&xywh=-626%2C0%2C3458%2C3264>> Acesso em: 10 de maio de 2021.

¹³³ ALVES, Jéssica Santana de Assis; BRITO, Vinícius Kleyton de Andrade. Entre a cafeicultura e a indústria na década de 1850: a disputa por terras em Itaguaí nos debates da assembleia provincial do Rio de Janeiro. In: ALVES, Jéssica Santana de Assis; BRITO, Vinícius Kleyton de Andrade; GONÇALVES, Margareth de Almeida; MARQUES, Marlon Rodrigues; POPINIGIS, Fabiane (orgs.). *Seropédica em foco: diálogos históricos e historiográficos*. Seropédica: EDUR, 2021. p. 72-83.

¹³⁴ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 15 de ago. de 1857, n. 00224, 1850-1859, p. 1., Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=Tavares&pagfis=11754> Acesso em: 10 de maio de 2021.

¹³⁵ BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao24.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

municipal, nem provincial; e que além disso é considerado como uma associação ou empresa particular, que tem por fim unicamente vantagens suas, ainda que possa trazer para o futuro vantagens públicas.¹³⁶

Dessa forma, na linha argumentativa do deputado, não caberia a Assembleia legislar sobre a desapropriação de terrenos em favor de um estabelecimento privado, pois, além de ferir a inviolabilidade do direito à propriedade, não havia garantia de utilidade pública. Aprovar o projeto era, para Figueiredo, abrir um precedente terrível, pois “não faltará associação ou empresa particular que não queira, em idênticas circunstâncias, gozar de idêntico favor”.¹³⁷ Em contrapartida, a defesa alegou que era obrigação do governo a prestação de auxílio a um ramo industrial de destaque no exterior que traria um benefício a nação. Cabia aos fazendeiros, portanto, o dever de ceder seus terrenos, renunciando ao direito a propriedade em prol do progresso econômico do país.

No dia seguinte, Cardoso argumentou que o projeto deveria ser encaminhado para uma segunda discussão, na qual ele, na posição de presidente da companhia, poderia informar aos deputados as condições em que o estabelecimento se encontrava e sua serventia futura. A intenção do deputado era mostrar aos demais que “imensos terrenos estéreis e que por muito tempo se supunha que nunca pudessem dar proveito algum a seus donos, hoje acham-se cobertos de amoreiras e seus possuidores cheios de riquezas”.¹³⁸ Em contrapartida, Antonio Luiz da Cunha Manso Sayão, principal articulador da oposição na tarde do dia 12 de agosto, prometia enunciar “o juízo que formo acerca da mesma companhia, e farei todos os esforços, segundo a minha fraca inteligência, para demonstrar que este projeto é anticonstitucional”.¹³⁹

A segunda discussão teve lugar na tarde do dia 24 de setembro. Nesse intervalo, os fazendeiros da freguesia do Bananal apresentaram um requerimento à comissão de justiça, publicado no *Jornal do Commercio* n dia 30 de agosto. De acordo com o documento, os vizinhos da Imperial Companhia Seropédica Fluminense reclamavam o direito à propriedade que estava sob ameaça de venda forçada caso a lei fosse aprovada. Assim como os deputados opositores ao projeto, os cafeicultores alegavam a inconstitucionalidade da matéria, dizendo que “tão

¹³⁶ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 15 de ago. de 1857, n. 00224, 1850-1859, p. 1., Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=Tavares&pagfis=11754> Acesso em: 10 de maio de 2021.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Ibid.

côncsia está a diretoria da Empresa Seropédica desta verdade, que julgou precisa uma lei especial para a desapropriação, que com tão manifesta injustiça tentam fazer”.¹⁴⁰

Os vizinhos ressaltaram que o estabelecimento não era de utilidade pública, uma vez que “(...) o público não tira dele uma satisfação imediata as suas necessidades; essa satisfação é muito remota; umas dizer-se que é particular por que a companhia, e só ela usufrui desde logo os seus interesses”.¹⁴¹ Na visão deles, se a Companhia necessitava de terrenos, que o fizesse por meio de compra a quem estivesse disposto a vender. Alegavam que a indenização não seria o suficiente para compensar a desapropriação. Apesar dos esforços dos deputados da oposição e dos fazendeiros locais, a sessão do dia 24 de setembro decretou vitória aos deputados da defesa. Na votação, aprovaram o primeiro artigo e, logo em seguida, sem debates, aprovaram o segundo. No ano seguinte, o estabelecimento anexou um total de 326:800 braças quadradas de terras pelo valor de 12:425\$784 réis.¹⁴²

Concomitante a questão da terra, a diretoria da Imperial Companhia Seropédica Fluminense planejou e executou diversas obras para ampliação do conjunto de edifícios do estabelecimento e reparo nos existentes. Durante o ano de 1857, como informou Francisco José Cardoso, foram investidos recursos na construção de uma casa para empregados sem família que, na data de apresentação do relatório, encontrava-se finalizada.¹⁴³ Construiu-se, também, uma botica que, além de pronta, contava com a prestação dos serviços de Galdino Ferreira Dias & C, que aceitou a proposta de “receber casa e os remédios existentes com 10% de abatimento do seu valor”.¹⁴⁴ Outras, porém, continuavam em andamento, como as casas na estrada, planejadas para servirem de residência ao médico, capelão e outros empregados do estabelecimento.¹⁴⁵

Além dos edifícios, foram construídos portões no estabelecimento ao lado da casa dos empregados com família.¹⁴⁶ Devido a irregularidade do terreno, foi necessário instalar rampas e calçadas tanto próximo aos portões recém-instalados, quanto ao redor do viveiro e do laboratório de fiação.¹⁴⁷

O relatório informa que a olaria, que já constava como concluída encontrava-se em pleno funcionamento o que, nas palavras de Cardoso, “supre completamente as necessidades

¹⁴⁰ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 31 de ago. de 1857, n. 00240, 1850-1859, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=Tavares&pagfis=11825> Acesso em: 10 de maio de 2021.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² ALVES; BRITO, op. cit., p. 82.

¹⁴³ CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858. p. 9.

¹⁴⁴ Ibid., p. 11.

¹⁴⁵ Ibid., p. 9.

¹⁴⁶ Ibid., p. 7.

¹⁴⁷ Ibid., p. 7.

do estabelecimento na construção das obras que empreendeu”.¹⁴⁸ A construção da olaria visava diminuir os gastos, já que o produto extraído dela custava menos de um terço do preço encontrado na Fazenda Santa Cruz e no mercado da corte. Outro fato importante para o bom andamento das obras foram as pedreiras encontradas na propriedade da companhia, que vinham sendo trabalhadas e forneciam o suficiente para as reformas estruturais.¹⁴⁹

Para facilitar o andamento das obras foram construídas estradas ligando diferentes espaços do estabelecimento. A primeira, que seguia do portão em direção a olaria e, em seguida, a pedreira, já estava pronta.¹⁵⁰ Uma outra, que ligava a olaria à horta, também estava finalizada, assim como a estradas que receberam o nome de “do mato” e “carioca”. Na primeira, precisou-se fazer uma vala para demarcar a divisão entre ela e o campo destinado a plantação da amoreira, que, em 1857, ainda estava sendo construída. Consta no documento que outras valas precisaram ser abertas, sobretudo próximo as plantações de amoreira, para que se criasse uma barreira, impedindo os animais de passar para os campos evitando-se, assim, possíveis estragos.¹⁵¹

A respeito da cultura da amoreira e da produção propriamente dita, Cardoso assegurou aos acionistas que estas se desenvolviam numa “progressão que nos dá a certeza de que, em pouco tempo, teremos os meios de alimentar as criações de grande escala, donde provirão lucros consideráveis à companhia”. Para conservar as amoreiras, o presidente indicava a necessidade de adquirir trabalhadores, uma vez que parte daqueles que eram empregados estavam trabalhando nos postos de obras. O viveiro, no entanto, estava reduzido a sala de choco, que representava 6% do edifício, e os reparos necessários não haviam sido realizados. Distante do “grau de perfeição desejado” também se encontrava o laboratório de fiação. Na época, a diretoria buscava contratar ao menos uma regente que pudesse aperfeiçoar a produção e instruir melhor as fiadeiras.¹⁵² Nessas circunstâncias, encontrava-se armazenada no estabelecimento “55 kilogramas e 200 gramas ou 175 libras milanesas de seda grege, bem como 43 kilogramas e 8 gramas ou 156 libras struzza”.¹⁵³

Desse modo, ao longo de todo o ano de 1857, houve um considerável investimento de verba e pessoal empregado na construção de novos prédios em detrimento dos reparos e aperfeiçoamentos necessários para o progresso da produção da seda. Diante disso, Cardoso concluiu seu relatório pedindo desculpas aos acionistas pelo trabalho apresentado, informando que a

¹⁴⁸ Ibid., p. 9.

¹⁴⁹ Ibid., p. 10.

¹⁵⁰ Ibid., p. 8.

¹⁵¹ Ibid., p. 8.

¹⁵² Ibid., p. 4-6.

¹⁵³ Ibid., p. 7.

insuficiência financeira impedia o desenvolvimento produtivo. “Se alguma coisa almejamos, pelos poucos ou nenhum serviço prestado, é pôr sem dúvida a glória de ver prosperar a companhia, e a fortuna de haver merecido a vossa confiança e coadjuvação”,¹⁵⁴ finalizou o presidente.

Há uma lacuna entre o relatório de 1858 e o relatório seguinte de 1862. Nesse período, as parcelas anuais de 30:000\$000 adquiridas pela lei provincial de 1856 já haviam sido retiradas em benefício do estabelecimento. De acordo com Fróes, parte da verba foi investida na construção de um novo viveiro, um laboratório de fiação, um alojamento com 18 quartos para empregados sem família e um edifício destinado a moradia dos trabalhadores escravizados.¹⁵⁵ No ano de 1861, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense enviou uma caixa contendo amostras da seda fiada para figurar na Exposição Nacional organizada naquele ano.¹⁵⁶

Aos 21 de outubro de 1861, a assembleia provincial aprovou a lei nº1206 por meio da qual concedeu a companhia uma subvenção correspondente ao produto líquido de 3 loterias anuais, pagas de quatro em quatro meses por um espaço de cinco anos a contar de julho de 1862. O pagamento seria feito pela própria tesouraria provincial mediante algumas condições: a verba seria aplicada exclusivamente no desenvolvimento da Companhia e a administração seria confiada, antes do recebimento da segunda prestação, a um homem contratado, dentro ou fora do Império, com conhecimentos adquiridos em estabelecimentos de produção de seda da Europa. Deveria, também, antes do recebimento da segunda prestação, ser feita a nomeação de uma nova diretoria composta por cinco membros, bem como a renovação dos estatutos.¹⁵⁷

A aprovação dessa lei contou com o empenho de Francisco José Cardoso para manutenção do estabelecimento. Próximo ao fim do envio de verbas previstos na lei de 1856, diz ele que recorreu aos poderes provinciais, ainda no ano de 1859, recebendo parecer favoráveis das comissões incumbidas da análise do estado da empresa. Contudo, a lei que deveria ter sido aprovada em sessão da assembleia provincial em 1860, só foi discutida em 1861. Um adiamento de tal tamanho foi acompanhado de um período de constantes complicações financeiras.

A solução nesse momento de espera foi “estacionar temporariamente no aperfeiçoamento da indústria, no desenvolvimento e sua parte científica”¹⁵⁸ evitando, dessa forma, a liquidação da companhia. A aprovação da lei de nº 1206 representava a retirada de um entrave

¹⁵⁴ Ibid., p. 15.

¹⁵⁵ FRÓES, op. cit., p. 60.

¹⁵⁶ Ibid, p. 69.

¹⁵⁷ CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro. 26 de maio de 1862, n. 141, 1848-1868. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=20482>> Acesso em: 10 de maio de 2021.

¹⁵⁸ CARDOSO, Francisco José. *Relatório apresentado a assembleia geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, na 1ª reunião do ano de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & irmão, 1862. p. 3.

no progresso do estabelecimento, contudo, pelo que consta no relatório de 1862, a discussão em torno dela contou com posicionamentos conflitantes. Segundo Cardoso, houve uma “discussão inconveniente” por parte de um deputado da assembleia que “não quis saber, e não soube; contentando-se simplesmente em fazer ostentação de sua má vontade e prevenção contra os homens, em vez de um estudo sério e imparcial sobre a indústria e sobre a administração que à testa dela se acha.”¹⁵⁹

Vimos anteriormente que discussões desse tipo rondaram as sessões que aprovaram a lei 12U em 1857 e que elas não se restringiam ao âmbito legislativo, encontrando espaços para serem veiculadas na grande mídia de então. Anos depois, o cenário era o mesmo. Na assembleia, Cardoso sugeriu a inclusão em lei de que as autoridades provinciais deveriam previamente realizar a análise para tomada de consciência dos meios pelos quais os recursos vinham sendo empregados e a moralidade das contas da companhia. Neste movimento, Cardoso esperava responder não apenas aqueles que se opunham à nível legislativo, mas também as acusações encontradas na imprensa, “acusações cavilosamente feitas com fim mui diverso, mui particular, e alheio completamente da empresa”.¹⁶⁰ O presidente da província, em virtude da lei aprovada, organizou uma comissão formada pelo Tenente-coronel Manoel de Frias Vasconcellos, o deputado provincial Dr. Manoel Ribeiro d’Almeida e o empregado de fazenda Luiz Mariano da Silva para examinarem a empresa.

O presidente apresentou informações acerca do andamento dos trabalhos. Cardoso alegava que mesmo com as circunstâncias pelas quais passava, o estabelecimento fez consideráveis avanços na produção. Os pés de amoreira somavam 213.346 e necessitavam de 45 pessoas empregadas em seus cuidados diários.¹⁶¹ Em março de 1862, 50 trabalhadores, sendo 14 livres e 36 escravizados formam o corpo efetivo de trabalhadores. O número reduzido era a mais séria dificuldade pela qual passava, já que a imposição de substituir escravizados por trabalhadores livres gerou episódios de fuga de imigrantes portugueses engajados pela Associação Central de Colonização, assunto que será abordado no capítulo seguinte.¹⁶² Desanimadores também eram os resultados dos experimentos em relação aos avanços científicos do aprimoramento das raças do bicho da seda. Segundo ele, a raça mais adequada aos climas tropicais havia sido perdida.¹⁶³

A Imperial Companhia Seropédica Fluminense encontrava-se em franca decadência no início de 1862. Os embaraços acima citados se deram num contexto de queda do número de

¹⁵⁹ Ibid, p. 4.

¹⁶⁰ Ibid, p. 4.

¹⁶¹ Ibid., p. 7-8.

¹⁶² Ibid., p. 5-6.

¹⁶³ Ibid., p. 8.

acionistas. A diretoria entendia a aprovação da lei de 1861 como algo importante para manutenção do que vinha sendo feito, mas não garantia para o progresso futuro. “Se esta subvenção for aplicada ao desempenho da empresa, ao pagamento que ela deve, necessariamente novas dificuldades têm de surgir, e quem poderá contar com futuros auxílios?”¹⁶⁴ questionou Cardoso aos acionistas. Para ele, a principal necessidade naquele momento era o preenchimento das ações, pois, caso contrária, a solução seria a destruição da associação.

Dois meses se passaram entre a publicação do primeiro relatório do ano de 1862 e a reunião seguinte da assembleia dos acionistas da companhia. No dia 31 de maio, o presidente da diretoria declarou que não tinham sido obtidos os recursos necessários para retirar a empresa do estado em que se achava. De forma unânime, os acionistas deliberaram pela extinção da companhia. Para isso, aprovaram a proposta do Barão de Ivaahy, acionista da empresa, cujo teor era:

Artigo I.

O Sr. Presidente fará entrega ao governo da província da empresa com todos os seus pertences, para dar desenvolvimento à indústria, visto a falta de meios que a companhia sente para isso.

Artigo II.

Pagar o governo o alcance em que a empresa estiver, visto que seus credores são privilegiados por que provém seus créditos de ordenados, gêneros para sustento do pessoal, materiais para obras, etc., etc.

Artigo III.

Pagar o governo o valor das ações quer não, visto que o estabelecimento tem um valor superior as suas dívidas e ações.

Artigo IV.

A companhia concede ao atual presidente poderes ilimitados para obter o disposto nos artigos antecedentes.¹⁶⁵

A cópia da ata foi enviada à presidência da província com o conteúdo da última deliberação e anexada ao relatório da autoridade em questão junto a outros documentos acerca da companhia. Pelo que consta, a diretoria decidira pela entrega do estabelecimento ao governo, pagando os valores necessários para isso. Contudo, para realização desse processo, a companhia solicitava a autoridade provincial a nomeação de um preposto que pudesse assistir ao inventário da empresa e dela tomar conta.¹⁶⁶

Após sete anos de existência, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense deixara de existir. A solução encontrada, contudo, gerou um estado de grande confusão. Enquanto tal assunto era discutido entre as partes, isto é, as autoridades provinciais e o presidente da diretoria,

¹⁶⁴ Ibid., p. 15.

¹⁶⁵ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. José Roberto dos Santos., 1862. Anexo 1 – Documentos relativos a companhia Seropédica. p. A-2. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=47&s=0&cv=62&r=0&xywh=-695%2C874%2C3529%2C3332>> Acesos em: 15 de maio de 2021.

¹⁶⁶ Ibid., p. A-1.

acusações pessoais à figura de Francisco José Cardoso e José Pereira Tavares encontravam na imprensa um meio de chamar a atenção pública para o assunto. No próximo tópico, discutiremos o processo de liquidação da empresa.

1.3 A decadência e liquidação de uma empresa: o fim da Imperial Companhia Seropédica Fluminense

A decisão da assembleia geral dos acionistas foi enviada ao procurador-fiscal da província do Rio de Janeiro, Dr. João Baptista Pereira, para emissão de seu parecer acerca do que o texto tratava. Diante da proposta, em ofício do dia 9 de junho de 1862, Pereira apresentou duas questões:

- 1ª. Está a presidência habilitada para aceitar o alvitre proposto e tomar conta do estabelecimento em nome da província?
- 2ª. Resolvida afirmativamente a primeira questão, convém constituir a província empresária, passando para ela todos os encargos da sustentação, custeio e administração de um estabelecimento tão dispendioso?¹⁶⁷

Para respondê-las, o procurador apresentou, a partir de uma análise de todas as leis e decretos aprovados em benefício à companhia, os limites das obrigações da província em relação ao estabelecimento. Segundo argumentou, as fontes dos direitos e obrigações da província só pode ser ou a lei ou o contrato. “O que ficou pactuado foi que o benefício das loterias que a província adiantava e de que deveria ser reembolsada mais cedo ou mais tarde (...) era concedida ao empresário [Tavares] a título de empréstimo (...).”¹⁶⁸

Dessa forma, João Pereira argumentava que a província, desde o início, se associou a empresa no caráter de fornecedor de fundo. Quando o estabelecimento foi incorporado em Imperial Companhia Seropédica Fluminense, a primeira condição pela qual se operou a hipoteca de 99:900\$000 era a de que a associação só poderia liquidar-se após “despender com o desenvolvimento dela a quantia de Rs. 100:000\$ de seus fundos capitais”. Caso contrário, a companhia teria a obrigação de indenizar o valor da hipoteca.

Em 1862, o quadro financeiro existente era distante do esperado. Ao longo desse período, três chamadas para a entrada do valor das ações foram realizadas pela diretoria. A tabela a seguir foi formulada a partir da listagem dos acionistas e do investimento injetado, e apresentada por Cardoso à assembleia geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropédica Fluminense.

¹⁶⁷ Ibid., p. A-3.

¹⁶⁸ Ibid., p. A-7.

Tabela 2. Número de acionistas da Imperial Companhia Seropédica fluminense e o valor arrecadado pela diretoria entre 1855 e 1862.

	1ª CHAMADA	2ª CHAMADA	3ª CHAMADA
Acionistas	110	92	47
Total	13:752\$000	12:380\$000	8:660\$000

Fonte: CARDOSO, Francisco José. *Relatório apresentado a assembleia geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, na 1ª reunião do ano de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & irmão, 1862. Anexo N16.

A partir dos dados tabelados podemos observar que, nos setes anos de existência da sociedade, o número de acionistas foi reduzindo de chamada a chamada. A queda no número de acionistas registradas nas chamadas apontou para uma tendência infeliz: aqueles que se dispuseram a investir em algum momento, abandonava o compromisso tão logo se solicitasse novas entradas. Dessa forma, transcorrido o período do recorte analisado, o montante geral do investimento coletado foi de 34:792\$000. Esse valor representava uma cifra muito aquém do fundo capital fixado nos estatutos da companhia de 300:000\$000.

É importante ressaltar que na data em que o procurador fiscal elaborava seu parecer, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense já havia sido visitada pela comissão encarregada de informar ao presidente da província os modos pelos quais os auxílios concedidos vinham sendo aplicados. A análise resultou na confecção de um documento que foi publicado no relatório de presidente da província de 1862, atendendo ao fixado no artigo 2º da lei 12061 de outubro de 1861. A comissão era formada por Manoel de Frias Vasconcellos, Manoel Ribeiro d'Almeida e Luiz Mariano da Silva. O relatório por eles elaborado chegou às mãos de João Pereira.

A comissão elaborou parte de seu relatório levantando as leis, decretos e pareceres redigidos em benefício do estabelecimento desde a lei provincial nº. 342 de 22 de maio de 1844 até aquela aprovada em 1861. Para isso, os envolvidos dividiram o relatório em duas “épocas”: a primeira denominada “Empresa do cidadão José Pereira Tavares”, e a segunda, “Imperial Companhia Seropédica Fluminense”.

No primeiro momento, Vasconcellos, Almeida e Silva narraram a trajetória entre a construção dos edifícios e a decisão de transformar o estabelecimento de Tavares em sociedade anônima. De maneira geral, a comissão apresentou o processo de retirada das loterias paralelo a dificuldade do empresário em cumprir os prazos postulados nos contratos para começar a amortização da dívida contraída com a província. No ano de 1850, por exemplo, a assembleia provincial aprovou lei n. 537 de 9 de junho determinando que o primeiro pagamento de Tavares

de parte das verbas que devia, agendado para aquele ano, fosse adiado para novembro de 1856. Na opinião da comissão,

Esta medida adiando apenas os embaraços financeiros do empresário, em nada aproveitou a indústria que continuou estacionária sem que a província auferisse a menor vantagem dos capitais empregados na empresa.¹⁶⁹

Constituída a companhia, a situação financeira, como vimos, não melhorou. A comissão teve acesso aos registros de receita e despesa do estabelecimento e levantou alguns dados relativos à renda gerada com a venda do produto. De 1855 até o último dia de janeiro de 1862, o montante geral da venda da seda foi de 4:071\$615.

Diante desses dados, João Pereira não poupou críticas aos gestores do estabelecimento. Segundo o procurador-fiscal da província, a companhia sobrevivia de

(...) subvenções e empréstimos contraídos a arbítrio da diretoria e sob sua responsabilidade, na esperança porém de novas subvenções que as amortizasse, empreendendo despesas inúteis com o estabelecimento sem cuidar do desenvolvimento da indústria, empatando capitais em edificações dispensáveis, quando os bichos morriam sem deixar progênie (...).¹⁷⁰

Dessa forma, ele atribuía o estado em que se encontrava o estabelecimento à má atuação das diretorias que se encarregaram de dirigi-lo. O plano de obras posto em prática na gestão de Cardoso foi considerado por Pereira como um desperdício de investimento, uma preocupação inútil. Nesse sentido, acatar a proposta apresentada pela assembleia geral dos acionistas em maio de 1862 era inviável. Nas palavras do procurador fiscal,

(...) [seria] temerário embarcar a província em uma empresa que não oferece lucro, e que acarreta enormes dispêndios sem compensação; seria ainda imprudente aventurar uma transação, que pode comprometer os cofres provinciais, quando não se conhece quais são ou possam ser os limites de seu compromisso. (...) Em que estado a companhia, depois de uma vida estéril de sete anos, propõe entregar a empresa ao governo provincial?¹⁷¹

Diante do parecer, o presidente da província remeteu à Francisco José Cardoso uma resposta negativa em relação a proposta dos acionistas, datada de 26 de junho de 1862. Solicitava, ainda, que convocasse uma nova assembleia geral dos acionistas para que acertassem uma nova forma de tirar a empresa das dificuldades em que se encontrava que não fosse aquela apresentada.¹⁷²

¹⁶⁹ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. 1862. Anexo 1. p. A1-5. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#c=0&m=48&s=0&cv=133&r=0&xywh=-725%2C0%2C3592%2C3391>> Acesos em: 15 de maio de 2021.

¹⁷⁰ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. José Roberto dos Santos. 1862. Anexo 1 – Documentos relativos a companhia Seropédica. p. A-8. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#c=0&m=47&s=0&cv=68&r=0&xywh=-725%2C0%2C3593%2C3392>> Acesso em: 15 de maio de 2021.

¹⁷¹ Ibid., p. A-10.

¹⁷² Ibid, p. A-13.

Cardoso, no entanto, respondeu, aos 28 de junho, que não seria possível uma nova convocação, visto que a Imperial Companhia Seropédica Fluminense havia sido dissolvida. Dizia ele, que na posição que ocupava, não compreendia a eficácia de qualquer outra solução que não aquela apresentada. A decisão da presidência de não a adotar era recebida com pesar, pois, segundo ele, embora tenha suportado diversos contratemplos ao longo dos seis anos que ocupou a cadeira de presidente da diretoria, se ressentia em assistir à decadência do estabelecimento.

173

Queixava-se, ainda, dos “sacrifícios e vexames” que vinha sofrendo “na minha pessoa, na minha paz e na minha propriedade por amor da indústria serica”.¹⁷⁴ É possível que parte do que Cardoso chamou de vexame tenha relação direta a forma como a companhia passou a figurar em grandes veículos jornalísticos na época. Se entre as décadas de 1830 e 1850, Francisco José Cardoso ascendeu como importante negociante no município de Itaguaí e na província do Rio de Janeiro, na década de 1860, os interesses políticos e econômicos dele e de sua família passaram a ser alvo de sucessivos ataques na imprensa.¹⁷⁵ Gustavo Oliveira analisou uma gama de publicações feitas ao longo do ano de 1861 no *Jornal do Comércio* feitas por críticos a família Cardoso.

De acordo com o autor, no dia 15 de dezembro de 1861, um crítico, através do codinome “Acionista prejudicado”, se dirigia ao público cobrando o então presidente da Imperial Companhia Seropédica Fluminense a cifra de 365:000\$000 referente ao investido pela província e pelos acionistas.¹⁷⁶ Afirmava, ainda, que a seda enviada para Exposição Nacional de 1861 não fora produzida durante a gestão de Cardoso, mas sim na época em que a empresa ainda era particular.¹⁷⁷

Posteriormente, no dia 03 de janeiro de 1862, o suposto acionista retornava ao periódico agora afirmando que os gêneros fornecidos pela província com destino à companhia tinham como destino final as casas comerciais ligadas à Cardoso, que os revendia em benefício próprio. Dizia ele, também, que a substituição de escravos por trabalhadores livres imposta em lei pela província não seria realizada, pois Cardoso cedia esses trabalhadores para serem empregados na construção de pontes e estradas em terrenos de outrem.¹⁷⁸ Para Gustavo Oliveira, as acusações do “Acionista Prejudicado” e de outros críticos tornou a Imperial Companhia Seropédica

¹⁷³ Ibid., p. A-14

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 122

¹⁷⁶ Ibid., p. 130

¹⁷⁷ Ibid., p. 135-136.

¹⁷⁸ Ibid., p. 131.

Fluminense desacredita perante a opinião pública e, também, influenciou decisivamente o seu processo de liquidação.¹⁷⁹

No dia primeiro de julho de 1862, o presidente da província indicou que Cardoso deveria cumprir com o que os estatutos da companhia estabeleciam para tal situação. Em caso de imprevisão, indicava cumprir aquilo que era previsto no “direito geral”.¹⁸⁰ Pelo teor da resposta de Cardoso a esse comunicado, a sugestão era iniciar o processo de dissolução judicial como previsto no Código do Comércio. Em resposta, Cardoso argumentou que o decidido em assembleia geral era que ele, investido de plenos poderes, faria a entrega do estabelecimento ao governo. De maneira alguma foi autorizado a liquidar a instituição.

Portanto, só me cumpre observar a V. Ex. que não julgar-se o governo com autorização de tomar conta daquele estabelecimento, é de meu dever cuidar dele, recebendo para isso os benefícios do contrato que celebrei com a presidência em Maio do corrente ano e poder ocorrer às despesas com o custeio e sustentação do estabelecimento (...).¹⁸¹

A solução apresentada foi solicitar o envio das subvenções aprovadas pela lei nº 1206. Para o procurador-fiscal da província, a proposta era inadmissível:

Em que caráter o comendador Francisco José Cardoso a faz? Como presidente da companhia? Ele próprio diz que não; ele próprio confessa que da assembleia dos acionistas apenas recebeu plenos e gerais poderes para fazer a entrega do estabelecimento e ajustar com o governo as condições da entrega.¹⁸²

João Pereira alegou que, uma vez que a companhia deixara de existir, Cardoso se apresentava às autoridades como um particular. Tendo em vista que os benefícios outrora aprovados eram destinados à Imperial Companhia Seropédica Fluminense e não a um particular, realizar o envio de verbas à Cardoso representava uma irregularidade intransponível. Diante deste imbróglio, o presidente da província decidiu por encaminhar a questão para ser discutida em âmbito legislativo, afim de que uma nova resolução fosse encontrada.¹⁸³ No dia 27 de dezembro de 1862, a assembleia legislativa da província aprovou a lei n. 1271, autorizando a presidência da província a tomar conta do estabelecimento e promover a liquidação da extinta companhia.¹⁸⁴

¹⁷⁹ Ibid, p. 44.

¹⁸⁰ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. José Roberto dos Santos José Roberto dos Santos. Relatório de Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1862. Anexo 1 – Documentos relativos a companhia Seropédica. p. A-16. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?2C3362>c=0&m=47&s=0&cv=76&r=0&xywh=-693%2C-1%2C3560%](http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?2C3362>c=0&m=47&s=0&cv=76&r=0&xywh=-693%2C-1%2C3560%>)>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

¹⁸¹ Ibid., p. A-17.

¹⁸² Ibid., p. A-19.

¹⁸³ Ibid., p. A-20.

¹⁸⁴ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Polycarpo Lopes de Leão, 1863. p. 19. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=49&s=0&cv=18&r=0&xywh=-698%2C0%2C3571%2C3371%](http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=49&s=0&cv=18&r=0&xywh=-698%2C0%2C3571%2C3371%>)> Acesso em: 20 de maio de 2021.

Entre a aprovação da lei 1271 e a abertura do processo de liquidação, José Pereira Tavares fez uso da secção “publicações a pedido” do *Correio Mercantil* para contar a sua versão dos fatos ocorridos na Imperial Companhia Seropédica Fluminense. A narrativa tinha um objetivo claro: defender e preservar a imagem de seu autor. Na primeira publicação, datada do dia 21 de janeiro de 1863, Tavares se dirigiu ao público com a pretensão de “expor com franqueza e verdade a minha vida serica”, apresentando uma visão “imparcial acerca de toda a gerencia e a *ingerencia* que tenho tido nos negócios seropedicos”.¹⁸⁵

Na mesma publicação, Tavares apresentou informações acerca das propriedades do estabelecimento no momento da incorporação em companhia, afim de mostrar que o auxílio de 99:900\$000 não era “um meio escandaloso de se pagar com a fazenda publica serviços eleitorais”. Segundo o que consta,

O estabelecimento (...) com todas as máquinas, utensílios das diferentes repartições e casa, e uma infinidade de diversos objetos, custou à companhia o preço de 186:808\$699. (...) Vê-se pois pelo que referido fica que o estabelecimento tinha um valor quase do dobro da quantia emprestada pelos cofres provinciais, o que (...) se demonstra que sempre houve da minha parte toda a boa fé, e que contraindo esse empréstimo só tive em mira o grande feito a que me propunha.¹⁸⁶

Para ele, as duas principais heranças de todo seu empenho foi a construção de um estabelecimento comparável aos melhores da Europa e a introdução de uma das mais lucrativas indústrias do mundo no território brasileiro. É importante ressaltar que o que Tavares chamou de herança foi diversas vezes repetido na documentação coletada. A dimensão estrutural e a esperança de um progresso futuro não só a nível local, mas para a economia brasileira, estão, como vimos presente nos debates parlamentares, nos relatórios de presidente da província, nos relatórios aos acionistas, publicações de jornais, entre outros.

A segunda época da história de Tavares começou a ser veiculada no dia 28 de janeiro de 1863. A partir dessa data, o autor buscou atribuir culpa e apontar os erros visando sair “*limpo e puro* de uma empresa que, bem longe de ter me rendido a menor vantagem, só me custou sacrifícios”.¹⁸⁷ Para ele, “nunca houve companhia Seropédica, pois que a empresa se criou e viveu com o auxílio dos cofres provinciais, com o dinheiro do barão de Ivaíhy e do comendador Francisco José Cardoso”.¹⁸⁸ Sua narrativa, dessa maneira, incluía a defesa de duas

¹⁸⁵ CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1863, n.028,1848-1868, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=21468>> Acesso em: 20 de maio de 2021.

¹⁸⁵ Ibid.

¹⁸⁶ Ibid.

¹⁸⁷ Ibid.

¹⁸⁸ Ibid.

personalidades que ocuparam vagas na administração companhia e que, ao menos uma delas, vinha recebendo críticas sucessivas na mídia.

De acordo com Tavares, a primeira diretoria existia apenas “in nomine”. Aprovada a incorporação em 1855, a dificuldade na distribuição das ações fez com que a companhia recebesse o estabelecimento sem recursos ou meios para levar a cabo a produção. Nas palavras do próprio, “o presidente da companhia se me apresentou para receber o estabelecimento sem dinheiro para pagar o imposto (...) no valor de 10:300\$750, levando apenas uma carta de credito de 1:428\$”.¹⁸⁹

Neste cenário de dificuldade financeira pelo qual a primeira diretoria passou, Tavares destacou a atuação do barão de Ivahy, que além de acionista, ocupava o cargo de superintendente. Segundo consta na publicação, o sustento do estabelecimento era feito pelo Barão que injetava verba própria na manutenção do estabelecimento. No momento em que este, temendo o prejuízo iminente neste investimento, resolveu parar com o envio de verbas, o estabelecimento entrou, segundo Tavares, num estado de anarquia:

O presidente da companhia não podia obter recurso, e... tudo foi contrariedades a respeito da marcha do estabelecimento... Os empregados não eram pagos, aos colonos faltavam-lhes com as mensalidades, com o cumprimento dos contratos; a desmoralização dessa gente subiu ao último auge, foi preciso conter uns pela força, outros foram, despedidos, e alguns fugiram!!!¹⁹⁰

Os demais membros da diretoria pediram demissão, restando apenas o barão de Ivahy “que se comprometeu a dar o que fosse necessário para conservar o *status quo* até a nomeação de uma nova diretoria”.¹⁹¹ A crise teve seu fim com a eleição da segunda diretoria. Contudo, Tavares atribuiu dois erros frutos do “entusiasmo pela nova fase em que entrava a empresa”.¹⁹² O primeiro deles foi a ordem da construção de quatro novos prédios. O segundo, interligado ao primeiro, diz respeito ao pedido de subvenção ao governo da província que foi aceito em 1856, mediante a lei n 880 de 30 de setembro. Segundo Tavares, os 120:000\$000 foi, desde o início, uma quantia “julgada insuficiente para realizar-se tudo quanto estava decretado”. Para ele, a verba só havia sido adquirida devido a proteção que a companhia recebia pelo governo provincial, mas tornara-se um erro “solicitar-se uma subvenção, sem estarem as ações preenchidas”.¹⁹³

¹⁸⁹ Ibid.

¹⁹⁰ Ibid.

¹⁹¹ Ibid.

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro. 1 de fevereiro de 1863, n. 032, 1848-1868, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=21483>> Acesso em: 20 de maio de 2021.

“Era preciso braços e dinheiro”, dizia Tavares, e tais necessidades dependiam diretamente do presidente da companhia, Francisco José Cardoso, que “supria o estabelecimento com ambas as cousas”.¹⁹⁴ O resultado foi a plantação de 86,654 pés de amoreiras “que teriam um valor na Itália de 10:924\$800 e na França 21:195\$200”, e, assim, “exportava-se seda para a Europa, fiava-se, e com mais ou menos dificuldade se criava a lagarta”.¹⁹⁵ Contudo, para suprir as encomendas feitas por países europeus, era necessário a importação da semente, que chegava “podre ou falsificada, e a que chegava boa não trazia o aparelho para a desenvolver simultaneamente”. Diante das dificuldades encontradas, Tavares conta que pediu sua exoneração “para que outro mais hábil ou mais feliz conseguisse o que eu quis, e não podia conseguir”.¹⁹⁶

Segundo afirma Gustavo Moreira, a mudança ministerial em maio de 1863 representou o fim da Imperial Companhia Seropédica Fluminense. O autor argumenta que enquanto a empresa era associada à Cardoso, um legítimo representante dos saquaremas, pôde receber, ao longo dos anos, subsídios das administrações provinciais ligadas a esse partido. No entanto, com a chegada de um novo gabinete comandado pelo, na época liberal, Marquês de Olinda, a companhia foi descartada.¹⁹⁷ Em 1869, o estabelecimento foi a leilão sendo arrematado pelo capitão Luiz Ribeiro de Souza Resende.¹⁹⁸ Fechava-se, assim, o ciclo iniciado por José Pereira Tavares no final da década de 1830.

¹⁹⁴ Ibid.

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 146.

¹⁹⁸ FRÓES, op. cit., p. 81.

Capítulo 2 – “Quanto lucrará o serviço, e a moralidade com a substituição dos escravos por braços livres”: debates e propostas acerca da substituição da mão de obra na Imperial Companhia Seropédica Fluminense

A Imperial Companhia Seropédica Fluminense organizou seu funcionamento a partir do auxílio das verbas concedidas pelo governo da província do Rio de Janeiro e pelo uso de mão de obra escravizada e livre. Tais aspectos são encontrados tanto no período em que era uma propriedade privada administrada por José Pereira Tavares, isto é, de 1838 a 1854, quanto na etapa em que foi transformada em uma sociedade anônima, gerida por homens que atuavam em esferas sociais, políticas e econômicas diversas, entre 1855 e 1862. Tendo em vista que a trajetória do estabelecimento perpassa as transformações políticas, econômicas e sociais de meados do século XIX, alguns dos pontos de tensão característicos do período atravessaram o cotidiano das relações desenvolvidas no estabelecimento. Aqui, nos interessam, sobretudo, os debates acerca da substituição da mão-de-obra escravizada e as estratégias para sua efetivação.

Isto posto, o objetivo deste capítulo é compreender de que forma e por quem se deu a defesa pelo uso de mão de obra livre e europeia no estabelecimento, bem com quais foram os meios desenvolvidos para alcançar tal premissa, conectando-os aos debates acerca da substituição de mão de obra que ganharam força com a abolição do tráfico atlântico já na década de 1830. Nessa perspectiva, investigaremos as formas como os homens que estiveram à frente do estabelecimento idealizavam em seus discursos e ações o trabalhador livre e o trabalhador escravizado, assim como os meios utilizados para coagir o trabalhador tido como ideal ao trabalho.

Para tanto, utilizaremos como fontes, principalmente, os relatórios acerca do desenvolvimento da produção - das comissões para avaliação do estabelecimento, de José Pereira Tavares à província e da diretoria aos acionistas -; os dispositivos legais – decretos, portarias, leis – aprovados pela assembleia legislativa provincial em benefício do estabelecimento e, por fim, a documentação da Associação Central de Colonização.

Atendendo às exigências estipuladas no contrato assinado com o governo da província do Rio de Janeiro, José Pereira Tavares enviou um relatório com informações do estado do estabelecimento às autoridades em janeiro de 1846. Dentre elas, consta que a obra de um dos prédios já estava em fase de finalização e, quando pronto, poderia ser ocupado por 60 pessoas, tendo o empresário “30 pessoas, que se exercitam na cultura das amoreiras, nos trabalhos de um pequeno viveiro, e preparo da seda (...) tendo mandado fazer um engajamento de operários

em Genova, que devem achar-se aqui em tempo oportuno (...)”.¹⁹⁹ Essas 30 pessoas que já se faziam presentes no estabelecimento eram escravos comprados, de acordo com a documentação.²⁰⁰

Alguns aspectos podem ser destacados do trecho exposto. O primeiro diz respeito a divisão do trabalho apresentada por Tavares, na qual os escravizados apareciam tanto em etapas que exigiam força – plantação da cultura da amoreira -, quanto nas etapas que exigiam o uso de máquinas e conhecimentos relativos à fiação – o preparo da seda. Esse é um indício que aponta para uma característica da organização do trabalho neste e em muitos outros estabelecimentos do período: a convivência de trabalhadores escravizados e livres que, por vezes, desempenhavam as mesmas tarefas. O segundo aspecto trata-se do processo de engajamento de trabalhadores europeus. Neste caso, Tavares recorreu ao governo da província pedindo que as autoridades intervissem através do agente diplomático brasileiro na Itália.²⁰¹ Assim como o primeiro aspecto, o segundo também aponta para uma questão latente no período analisado: as propostas e políticas que visavam a substituição de mão de obra escravizada pelo imigrante livre europeu.

Emília Viotti argumentou que, desde a independência até o fim do tráfico atlântico em 1850, a imigração estrangeira era apresentada como solução para uma possível crise de mão de obra sempre que a pauta da emancipação dos escravizados surgia.²⁰² Até 1850, o poder central pretendia que a entrada de estrangeiros se desse através da criação de núcleos coloniais, possibilitando, dessa forma, o acesso à pequena propriedade.²⁰³ Contudo, os esforços para isso eram, no geral, mal sucedidos, sobretudo nas regiões onde a grande propriedade “funcionava de maneira auto-suficiente e onde havia poucas possibilidades de escoar a produção para os centros urbanos mais próximos”.²⁰⁴ Na época em que Tavares iniciava os engajamentos de operários europeus, duas leis relativas à regulamentação dos contratos de trabalhos já estavam em vigor no império: a lei de 13 de setembro de 1830 e a lei de 11 de outubro de 1837.

A primeira regulava o contrato por escrito sobre prestação de serviços por tempo determinado, efetuados dentro ou fora do Império, para brasileiros e estrangeiros.²⁰⁵ A quebra do contrato, consoante ao artigo 4º, era passível de prisão, pois aquele que se achava na posição

¹⁹⁹ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, 1846. p. 82. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=12&s=0&cv=73&r=0&xywh=-370%2C644%2C3174%2C2996>> Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

²⁰⁰ Ibid., p. 82.

²⁰¹ Ibid., p. 82.

²⁰² COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1996. p. 65.

²⁰³ Ibid., p. 69.

²⁰⁴ Ibid., p. 71.

²⁰⁵ BRASIL. Lei 13 de Setembro de 1831. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html> Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

de contratado só poderia negar-se ao trabalho “restituindo os recebimentos adiantados, descontados os serviços prestados, e pagando a metade do que mais ganharia, se cumprisse o contrato por inteiro”.²⁰⁶ Ademais, ficava proibido estabelecer contrato com africanos bárbaros “à exceção daqueles que atualmente existem no Brasil”.²⁰⁷

Segundo Joseli Mendonça, a aprovação da lei de 1830, apresentada como projeto pelo senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro no ano anterior, está relacionada às apreensões e expectativas geradas pela possibilidade de proibição do tráfico atlântico, prevista para o mesmo ano pelo tratado entre Brasil e Inglaterra de 1826,²⁰⁸ que entrou em vigor em março de 1830.²⁰⁹ Para a autora, apesar da lei versar sobre contratos para brasileiros e estrangeiros, o posicionamento dos senadores nas sessões revelou que a preocupação era debater os possíveis arranjos em que, cessado o tráfico, estrangeiros substituíssem os escravizados.²¹⁰

A lei de 11 de outubro de 1837, diferentemente da sancionada em 1830, tratava exclusivamente dos contratos estabelecidos com estrangeiros.²¹¹ A partir daquela data, os contratos de locação de serviço deveriam ser por escrito, permitindo-se que a celebração dele fosse feita por intermédio de alguma sociedade de colonização reconhecida pelo governo. Ficou estabelecido, entre outras coisas, que o locador que se ausentasse antes de contemplar o tempo do contrato seria preso “onde quer que for achado, e não será solto, enquanto não pagar em dobro tudo quanto dever ao locatário, com abatimento das soldadas vencidas: se não tiver com que pagar, servirá ao locatário de graça todo o tempo que faltar para o complemento do contrato”.²¹²

Assim como no caso da lei de 1830, o projeto que resultou na lei de 1837 foi debatido pelos parlamentares num período em que, devido a permanência e contínuo aumento da entrada

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ Ibid.

²⁰⁸ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Leis para “os que se irão buscar” – imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 56, p. 63-85, jan/jun 2012. p. 66.

²⁰⁹ Antes e após o tratado de 1826, a proibição do tráfico foi imposta por outras medidas, tais quais o tratado entre Portugal e Inglaterra em 1810, o tratado de 1815, a lei de 7 de novembro de 1831 e a lei Eusébio de Queirós, de 1850. Cf.: MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 19.

²¹⁰ Ibid., p. 67.

²¹¹ BRASIL. Lei 11 de Outubro de 1837. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/541072/publicacao/15632760>> Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

²¹² Ibid.

ilegal²¹³ de africanos no Brasil,²¹⁴ o tráfico atlântico era pauta recorrente na Câmara dos deputados.²¹⁵ Desse modo, como argumenta a autora, a regulamentação de contrato de trabalho para estrangeiros e o tráfico atlântico de africanos escravizados aparecem conectados nos debates legislativos já no período regencial, uma vez que era frente a um possível cenário de fim da escravidão que a questão dos estrangeiros era posta em discussão.²¹⁶

Télio Cravo, Pedro Rodrigues e Marcelo Godoy, assim como Mendonça, reforçam a relação entre a aprovação dessas duas leis e os debates acerca do fim do tráfico na década de 1830. Para eles, a análise desses debates parlamentares em conjunto à da relação das autoridades provinciais para com as empresas privadas responsáveis pelos processos de contratação de imigrantes – as sociedades de colonização – permitem ir além da visão tradicional de que o engajamento de trabalhadores europeus foi fruto dos “desejos dos cafeicultores paulistas de substituir o negro e experimentar o trabalho livre após 1850”.²¹⁷

As leis de locação de serviços objetivavam a organização e o controle do trabalho livre e revelam os interesses de fazendeiros e comerciantes em garantir uma alternativa ao fim do tráfico, porém com mecanismos de coerção ao trabalho e de garantia de proteção ao investimento desprendido por eles.²¹⁸ Dentre esses mecanismos, os artigos das leis de 1830 e 1837, como vimos, garantiam que o trabalho seria executado até o pagamento das dívidas – o que

²¹³ Sidney Chalhoub, em análise de uma gama de documentação que inclui leis, ofícios e correspondências da polícia e dos juizes de paz da década de 1830, mostrou que, apesar da queda abrupta no número de entrada de africanos no Brasil de 1830 para 1831 – 51 mil e 6.178, respectivamente –, a década de 1830 é marcada pelo aumento gradativo da entrada de cativos ilegalmente. Dentre os motivos, Chalhoub destaca o novo desenho institucional gerado pelo código criminal de 1832 que modificou as atribuições das autoridades de paz e dos juizes de paz, gerando cada vez mais dificuldades nas fiscalizações. Além disso, a aprovação do decreto de 19 de novembro de 1835 – que organizava a arrematação do serviço dos africanos apreendidos ilegalmente, os africanos livres – significou, nas palavras do autor, “deslocar o foco para longe do objetivo da lei”. Cf.: CHALHOUB, Sidney. Sob o domínio da ilegalidade. In: _____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 45-70.

²¹⁴ De acordo com Beatriz Mamigonian, grande parte dos africanos livres cujos serviços foram distribuídos, entre 1834 e 1838, eram arrematados por particulares, uma vez que a posse desses sujeitos históricos demonstrava prestígio social. Dessa forma, os principais concessionários eram funcionários públicos, membros da elite, cientistas que trabalhavam em instituições de saúde e educação. Nesses serviços, os diferentes arranjos impostos garantiam diferentes graus de autonomia. Para além dos particulares, os africanos livres também foram distribuídos por instituições públicas. Nesses casos, era comum que eles fossem divididos em grupos que compartilhavam o cotidiano e o trabalho com escravos de nação, escravos alugados e trabalhadores livres. Dentre as instituições que receberam africanos livres, podemos destacar as fábricas, tais como o Arsenal da Marinha da Corte, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em São Paulo, e a Fábrica de Pólvora da Estrela, na Serra da Estrela, Rio de Janeiro. Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. O tempo do trabalho compulsório. In: _____. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 129-164.

²¹⁵ MENDONÇA, op. cit., p. 68.

²¹⁶ Ibid., p. 70.

²¹⁷ CRAVO, Télio Anísio; GODOY, Marcelo Magalhães; RODRIGUES, Pedro Conterno. Imigração internacional e contrato de trabalho no Império do Brasil: colonos europeus na construção de estradas na década de 1830. *Almanack*, Guarulhos, n.25, p. 1-34. 2020. p. 4.

²¹⁸ Ibid., p. 20.

impedia até mesmo a mobilidade do trabalhador-, a indenização em caso de quebra de contrato e a prisão.²¹⁹

Essas leis, que condicionaram os contratos formulados pelas sociedades de colonização que recrutavam, transportavam, abrigavam e intermediavam a assinatura dos contratos, possibilitam refletir sobre o “alcance e sentido do apego ao trabalho compulsório”²²⁰ ao endossarem práticas que, no cotidiano das relações, criariam arranjos de trabalhos análogos à escravidão. Destacamos essas considerações, pois elas refletem as questões elaboradas pelos historiadores ao menos desde a década de 1980.²²¹ Tais questões partiram do afastamento de algumas premissas como: a dicotomia entre trabalho escravo e trabalho livre estabelecida em outrora; a ideia de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e a de que houve um avanço do assalariamento, sobretudo no final dos oitocentos, que permitiu a formação de um mercado predominantemente assalariado no final do século XIX.²²²

Como abordaremos neste capítulo, a defesa e a intenção de substituir a mão de obra escravizada por imigrantes livres aparece em todo o período de funcionamento da empresa. Para tanto, os administradores pautavam suas ações a partir de argumentos que orientaram os debates parlamentares nos projetos acerca da entrada de imigrantes no país: um suposto preparo do europeu para o trabalho assalariado e, conseqüentemente, o despreparo do trabalhador escravizado ou do trabalhador nacional. No próximo tópico, discutiremos em que medida a substituição foi posta em prática quando o estabelecimento ainda era privado, bem como os resultados obtidos.

²¹⁹ Ibid., p. 13.

²²⁰ Ibid., p. 4.

²²¹ Ângela de Castro Gomes argumenta que as pesquisas no âmbito das ciências sociais no Brasil pós-1980 lançaram novos olhares às relações sociais, politizando ações e comportamentos que, até então, eram ignorados, questionando as sínteses de outrora, pormenorizando dicotomias antes consagradas e recuperando a agência de sujeitos subalternos. Cf.: GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 34, p. 157-186, jul.-dez. 2004.

²²² Aqui destacamos dois balanços que nos ajudaram a recuperar a construção dessas ideias e o posterior questionamento das mesmas: LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Proj. História*, São Paulo, n°16, 1998. POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. *Historiografia da escravidão e do trabalho: avanços e desafios*. In: MURILLO, Cristina Machicado; ROMANO, Rossana Barragán; RANCE, Amaru Villanuevo; (orgs.). *Trabajos y trabajadores em América Latina (siglos XVI-XXI)*. La paz: Vicipresidencia del Estado Plurinacional da Bolívia, 2019. p. 123-148.

2.1. As primeiras experiências de trabalhadores livres europeus no estabelecimento de José Pereira Tavares

Na primeira etapa da trajetória do estabelecimento, ou seja, no período em que este era administrado por José Pereira Tavares, o contrato estabelecido entre o governo da província e o empresário exigia que relatórios sobre os investimentos fossem elaborados e enviados as autoridades. Isso se deve ao fato de que uma das condições impostas no contrato era a de permitir o acesso a lavradores e fazendeiros, assim como a encarregados de associações e estabelecimentos públicos.²²³ Apenas dois desses relatórios foram encontrados. Essa documentação se encontra anexada a um requerimento feito por José Pereira Tavares ao Imperador, em 1849. Diferentemente dos relatórios de meados da década seguinte, esses refletem a observação de sujeitos externos à administração, cujo objetivo era avaliar se Tavares estava atendendo ao plano de investimento e ações estabelecidos no contrato e tinham como destino as autoridades provinciais. A estrutura de ambos é semelhante: de três a quatro páginas que se dividiam em tópicos e que abarcavam o estado da construção dos prédios, o maquinário adquirido, o estado das amoreiras e dos trabalhadores.

Em 1847, o engenheiro Antonio dos Santos Cruz relatou que Tavares aguardava a chegada do “paquete *Feliz*, que a 10 de novembro devia partir de Genova para o Rio de Janeiro, conduzindo a seu bordo oito pessoas que mandou engajar em Milão”.²²⁴ Desses oito, sete deles trabalhariam no laboratório de fiação e viveiro, e o outro seria encarregado de dirigir a cultura da amoreira. Quanto aos escravizados, Cruz notificou a presença de cinquenta “de ambos os sexos de diferentes idades”²²⁵ e que, segundo declaração de Tavares, ainda eram necessários vinte e quatro.

No ano seguinte, foi a vez do engenheiro Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas examinar e avaliar o estabelecimento. Segundo Antas, haviam chegado da Lombardia “sete operários, havendo entre eles um cultivador de amoreiras, um viverista, um preparador da seda

²²³ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. 1846. p. 81. Disponível em: <<http://ddnext.crl.edu/titl#?c=0&m=12&s=0&cv=72&r=0&xywh=523%2C0%2C3142%2C2966>> Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

²²⁴ CRUZ, Antonio dos Santos. Anexo II: Informação que deu o engenheiro chefe do 2º districto Antonio dos Santos Cruz sob o estabelecimento seriniculo de Itaguahi, de que é empresário José Pereira Tavares. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 2.

²²⁵ Ibid.

e encarregado da direção do laboratório de fiação, e quatro fiadeiras”.²²⁶ O número de escravizados “de ambos os sexos e diferentes idades” permanecia em cinquenta, empregados no cultivo da amoreira e em outros serviços. Desses cinquenta, Antonio Antas informou que “há quatro negrinhas aprendendo o processo da fiação (...) como me asseverou a mais hábil fiadeira”.²²⁷ No relatório apresentado por Tavares ao governo da província, em 1849, o mesmo afirmou conservar o número de operários livres e escravizados “os quais foram vistos pelos engenheiros que por ordem do governo se dirigiram ao estabelecimento”.²²⁸

Os relatórios não apresentam maiores informações sobre os arranjos de trabalho, remuneração ou condições de moradias. Outras referências que permitiriam levantar perfis – nome, idade, estado civil, local de origem – também não são informadas. O que se sabe é que esse primeiro pequeno grupo de imigrantes que chegou ao estabelecimento foi engajado fora do Império, por intermédio das autoridades provinciais. Entre eles encontram-se homens e mulheres. As funções ocupadas demonstram certo tipo de experiência na área, já que alguns assumiam a direção dos estágios específicos de produção. Esses trabalhadores foram, também, encarregados de instruir outros trabalhadores para o processo que seria desempenhado nas áreas que ocupavam.

Outro fator importante a ser destacado é o aumento no número de escravizados do estabelecimento. Tavares havia informado, em 1846, a existência de trinta e, nos dois anos seguintes, foi relatado pelos engenheiros a presença de cinquenta. Além de estarem sendo instruídos para as etapas de produção da seda, é plausível supor que parte deste contingente esteve submetida ao trabalho na construção dos prédios.

Apesar da escassez de informações, observamos que, sob a administração de José Pereira Tavares, os esforços para arregimentar trabalhadores livres esteve presente, contudo, apresentaram resultados ínfimos. A partir do que temos é possível supor que a intenção de Tavares era trazer pessoal que dominasse o processo de preparo da seda para ocupar cargos de liderança e de instrução. Os meios de efetivação dos contratos também não são claros, não sendo

²²⁶ ANTAS, Antonio Pinto de Figueiredo. Anexo III: Exame feito no estabelecimento seropedico de que é proprietário o cidadão José Pereira Tavares, no curato do Bananal em Itaguahy, pelo engenheiro Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 2.

²²⁷ Ibid.

²²⁸ TAVARES, José Pereira. Anexo I: relatório apresentado ao exm. governo da província em 31 de janeiro de 1849. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 1.

constatado o intermédio de alguma sociedade de colonização, o que nos permite depreender que tal engajamento foi realizado através das autoridades consulares.

Nenhuma documentação que nos permitisse averiguar a questão dos engajamentos e presença de imigrantes no estabelecimento foi encontrada para o período que compreende a primeira metade da década de 1850. Por outro lado, foi justamente neste intervalo de tempo que o estabelecimento passou por mudanças administrativas significativas.

Em outubro de 1852, a assembleia provincial do Rio de Janeiro, por meio da lei n. 618, autorizou a incorporação da propriedade de Tavares em uma sociedade anônima, livrando-a de todas as dívidas para com o governo.²²⁹ A incorporação de fato só foi efetivada mediante a assinatura do decreto n. 1342, de 2 de março de 1854,²³⁰ que aprovou os estatutos da Imperial Companhia Seropédica Fluminense. No que consta, o estabelecimento seria administrado por uma diretoria eleita pela assembleia dos acionistas, com duração de três anos. O primeiro acionista foi D. Pedro II, que “se Dignou a distinguir a Companhia, já Declarando-se seu Protector”.²³¹

O estatuto da companhia, assinado pelo então presidente da província, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, com a rubrica do Imperador, marcou o início de uma nova etapa na trajetória do estabelecimento. Além das mudanças administrativas, o documento determinava explicitamente que seria “substituídos por trabalhadores livres todos os escravos que pertencem ao estabelecimento”,²³² cabendo ao presidente da companhia “iniciar os contratos necessários para o engajamento de empregados e operários, assiná-los com as devidas cautelas e garantias depois de aprovados pela Diretoria”.²³³

Desse modo, substituição da mão de obra e engajamentos de trabalhadores passaram a ser recorrente nos relatórios semestrais elaborados pela diretoria. Estes, diferentes daqueles da primeira etapa da trajetória do estabelecimento, eram apresentados aos acionistas, à presidência e à assembleia legislativa da província. Dois deles foram publicados no *Auxiliador da Indústria Nacional*, alcançando, assim, um público maior.

O próximo tópico tratará dos discursos e meios adotados para a substituição da mão de obra neste segundo momento da trajetória do estabelecimento, a partir dos relatórios

²²⁹ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA. José Norberto dos Santos. 1862. Anexo I, p. 5. Disponível em: <<http://ddnext.crl.edu/title?c0&m=12&s=0&cv=72&r=0&xywh=523%2C0%2C3142%2C2966>> Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

²³⁰ BRASIL. Decreto nº 1342 – de 02 de março de 1854, art. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1342-2-marco-1854-590185publicacaooriginal-115339-pe.html>> Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

²³¹ Ibid.

²³² Ibid.

²³³ Ibid.

encontrados entre os anos 1855 e 1862. Àquela época, a lei nº 581 de 4 de setembro de 1850 – a lei Eusébio de Queirós – que proibia definitivamente a entrada de africanos escravizados no Brasil já estava em vigor, medida essa que gerou debates parlamentares em torno de políticas imigrantistas que buscavam resolver a questão da ausência de braços, termo recorrente no período. Este período também foi marcado pela ação das empresas privadas que intermediavam o engajamento e contratos desses imigrantes, revoltas e medidas adotadas por outras nações visando a impedir a vinda de imigrantes para o Brasil.

2.2 A substituição da mão de obra na Imperial Companhia Seropédica Fluminense.

A diretoria, a qual toma sincera e lealmente á peito a manutenção do estabelecimento, Exame e o desenvolvimento da indústria seropédica, tem enviado, e continuará nesse patriótico empenho, todos os seus esforços, para o efeito de chegar aos fins à que se propõe. [...] Reconhecendo (no que vai de acordo com os estatutos da Imperial Companhia) *quanto lucrará o serviço, e a moralidade com a substituição dos escravos por braços livres*, tratou de procurar os devidos engajamentos [...].²³⁴ (grifo nosso)

O trecho acima foi retirado do primeiro relatório aprovado pela diretoria da Imperial Companhia Seropédica Fluminense e apresentado aos seus acionistas no ano de 1855. O documento apresentava os feitos dos primeiros seis meses da companhia. O presidente, João Antônio Miranda, informava que a diretoria eleita assumia o “patriótico empenho” de arcar com a manutenção e o desenvolvimento da indústria que no passado pertencera ao “industrioso”²³⁵ José Pereira Tavares. Nesse processo, o presidente postulava como algo imprescindível para o florescimento da mesma a substituição da mão de obra escravizada por “braços livres” e dizia que os meios para tal estavam em andamento. O documento aponta para uma tendência que persistiria nos anos posteriores: os “braços livres” que trariam benefícios ao “serviço” e a “moralidade” tinham de ser brancos e europeus.

A associação entre *moralidade* ou *boa moral* ao trabalhador livre europeu é uma entre tantas outras construções narrativas atribuídas ao suposto preparo do europeu para o trabalho livre por parte dos membros da elite brasileira oitocentista. Por conseguinte, ao escravizado cabia a pecha de *imoral*, incapaz para o trabalho em regime de liberdade, de acordo com a retórica da época. Segundo Célia Azevedo, foi a partir dessas formulações dicotômicas, imbuídas de um “teor étnico-racista”, que muitos parlamentares elaboravam, justificavam e

²³⁴ AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro. 1855. n. 004, v. V, 1833 -1896. p. 17. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&Pesq=seropedica&pagfis=995>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

²³⁵ Ibid, p. 11. <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader>

defendiam as políticas de substituição de mão de obra, com mais ênfase a partir da segunda metade do século XIX.²³⁶

No primeiro semestre de 1855, o presidente engajou um total de quinze colonos, “sendo cinco portugueses e dez da Madeira”.²³⁷ Em janeiro de 1856, João Miranda celebrava a contratação de mais dezoito colonos, dezesseis naturais da Madeira e outros dois do Porto.²³⁸ Sobre os quinze primeiros colonos que haviam chegado ao estabelecimento no ano anterior, Miranda afirmava não haver nenhum arrependimento, pois todos eles “mostram-se muito contentes, vivem com muita regularidade e muita boa moral”.²³⁹ O número de escravizados, entretanto, permanecera o mesmo de quando se deu a incorporação, totalizando, entre homens, mulheres e crianças, trinta e cinco.²⁴⁰ Eles não só estavam lá como continuavam dividindo funções com os trabalhadores livres. “Temos a satisfação de contar neste momento em nosso estabelecimento treze fiadeiras brancas, cujo número com as *escravas* pode ser, como será elevado bem depressa, à vinte e cinco”,²⁴¹ afirmou o presidente em 1856.

No ano de 1856, o estabelecimento passou por um novo processo eleitoral para a organização de uma nova diretoria. No que consta no relatório do presidente da província de maio de 1856, a diretoria eleita tinha como presidente Francisco José Cardoso e as expectativas era de que ela empregaria “os meios apropriados para alcançar aquele fim patriótico”.²⁴²

Em setembro, a assembleia legislativa da província aprovou a lei n. 880 concedendo à Imperial Companhia Seropédica Fluminense uma subvenção no valor de 120:000\$000, que deveria ser retirado em quatro parcelas anuais de 30:000\$, a partir de 1857.²⁴³ Para tanto, o estabelecimento deveria seguir as determinações prescritas na portaria expedida no dia 12 de janeiro de 1857. Dentre elas, o estabelecimento deveria adquirir operários livres com conhecimento acerca do processo de produção da seda para que, num espaço de dezoito meses a partir da data da portaria, “não se empreguem nele escravos sob pretexto algum”.²⁴⁴

²³⁶ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 21.

²³⁷ AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro. 1855. n. 004, v. V, 1833 -1896. p. 17. Disponível em: <<http://ddnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=36&s=0&cv=22&r=0&xywh=-747%2C-1%2c3781747%2C1%2c3781%2C3570>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

²³⁸ *Ibid.*, p. 297.

²³⁹ *Ibid.*, p. 297.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 297.

²⁴¹ *Ibid.*, p. 296. (grifo nosso)

²⁴² RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Antonio Barbosa. 1856. p. 20. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=36&s=0&cv=22&r=0&xywh=-747%2C-1%2C3781%2C3570>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

²⁴³ JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro. 14 de jan. de 1857, n. 00012, 1850-1859, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&Pesq=Tavares&pagfis=11824>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

²⁴⁴ *Idem.*

Alinnie Moreira mostrou que, nesse mesmo período, a questão da substituição dos escravizados também estava sendo discutida entre os gestores da Fábrica de Pólvora da Estrela. Localizada na Serra da Estrela, o estabelecimento criado em 1808 para o fornecimento pólvora ao reino, funcionou até a década de 1870.²⁴⁵ Diferentemente da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, a Fábrica da Estrela foi administrada por militares e chegou a contar com um quadro de mais de 400 trabalhadores, envolvendo sujeitos de diversas condições jurídicas: trabalhadores livres, escravos de nação e africanos livres.²⁴⁶

De acordo com Beatriz Mamigonian, grande parte dos africanos livres cujos serviços foram distribuídos eram arrematados por particulares, uma vez que a posse desses sujeitos históricos demonstrava prestígio social. Dessa forma, os principais concessionários eram funcionários públicos, membros da elite, cientistas que trabalhavam em instituições de saúde e educação. Nesses serviços, os diferentes arranjos impostos garantiam diferentes graus de autonomia. Para além dos particulares, os africanos livres também foram distribuídos por instituições públicas. Nesses casos, era comum que eles fossem divididos em grupos que compartilhavam o cotidiano e o trabalho com escravos de nação, escravos alugados e trabalhadores livres. Dentre as instituições que receberam africanos livres, podemos destacar as fábricas, tais como o Arsenal da Marinha da Corte, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em São Paulo, e a Fábrica de Pólvora da Estrela, na Serra da Estrela, Rio de Janeiro.²⁴⁷

Na década de 1830, a direção da Fábrica da Estrela ensaiava substituir os escravos por imigrantes livres.²⁴⁸ Contudo, foi na década de 1850, período marcado por reformulações que visavam, entre outros aspectos, o aprimoramento tecnológico na produção da pólvora para redução no número de acidentes e no quadro de trabalhadores.²⁴⁹ Essas mudanças ocorriam quando um novo regulamento, apresentado pelo Ministro de Guerra, era aprovado, mediante decreto, pela assembleia legislativa da província.

O decreto n. 1.709 de 29 de dezembro de 1855 aprovou o regulamento proposto naquele ano que, dentre outras coisas, discutia a substituição de africanos livres e escravos de nação – maioria de trabalhadores envolvidos – por artífices militares.²⁵⁰ Todavia, em março de 1860, quando um novo regulamento foi proposto e aprovado, reformulando novamente a produção,

²⁴⁵ MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (1831- 1870)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. p. 27.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 28.

²⁴⁷ MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 129-164.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 105.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 96.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 104.

que se iniciou o processo de substituição de escravizados e africanos livres por artífices militares.²⁵¹

A Fábrica da Estrela e a Imperial Companhia Seropédica, apesar de contemporâneas, foram criadas e geridas por modos e pessoas diferentes. No entanto, é possível traçar um ponto de convergência quando observadas na perspectiva das propostas e debates sobre a substituição de mão de obra. As duas são exemplos da forma como essa política funcionou para os estabelecimentos manufatureiros. Ambas, em meados da década de 1850, tiveram seu quadro de trabalhadores alterados a partir de decisões tomadas no âmbito legislativo da província do Rio de Janeiro.

A presença de trabalhadores livres e escravizados em ambientes manufatureiros não foi algo incomum na província do Rio de Janeiro no período observado. No seu estudo sobre as manufaturas fluminense, Luiz Carlos Soares coletou dados expressivos dessa diversidade da mão de obra empregada. Em alguns casos, como nas manufaturas chapeleiras da corte, o número de trabalhadores livres era majoritário. Para o ano de 1856, o número de operários registrados era de 482 espalhados pelos quinze estabelecimentos existentes. Destes, 322 eram livres.²⁵² No ramo de fundição, máquinas e construção naval, também predominava a presença do trabalhador livre. Nos três estabelecimentos registrados em 1857, dois na corte e um em Niterói, do total de 826 trabalhadores, 652 eram livres.²⁵³

Noutros casos, a mão de obra era composta predominantemente por escravizados, como nas manufaturas de rapé. Nos seis estabelecimentos encontrados na corte no ano de 1856, trabalhavam 122 indivíduos: 15 livres e 107 escravizados.²⁵⁴ A mesma situação foi registrada, no ano 1855, para o ramo de sabão e velas: nos dez estabelecimentos existentes, os trabalhadores livres eram 98 e os escravizados, 193.²⁵⁵

As manufaturas têxteis e cervejeiras da corte figuravam como exceções no que tange a diversidade jurídica da mão de obra empregada. Ambos os ramos eram compostos exclusivamente por trabalhadores livres. Nos três estabelecimentos têxteis, foram encontrados 192 trabalhadores livres para o ano de 1850, 116 deles empregados na Fábrica Santo Aleixo, em Magé.²⁵⁶ Já no ramo das cervejas, dois pequenos estabelecimentos localizados em Petrópolis

²⁵¹ Ibid., p. 85.

²⁵² SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social do Sudeste: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense (1840-1880)*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro. p. 307.

²⁵³ Ibid., p. 308.

²⁵⁴ Ibid., p. 307.

²⁵⁵ Ibid., p. 308.

²⁵⁶ Ibid., p. 309.

empregavam cinco trabalhadores livres em cada, no ano de 1853 e, em 1857, dois outros localizados no município neutro contavam com 10 e 18 operários, respectivamente.²⁵⁷

No caso da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, o que encontramos são as leis estabelecendo quem deveria compor o corpo de trabalhadores. Com a pressão exercida pela província, caberia a diretoria buscar estratégias para que, em dezoito meses, os escravos não ocupassem funções na produção da seda.

No segundo semestre de 1857, cinquenta e oito pessoas livres viviam e trabalhavam na Imperial Companhia Seropédica Fluminense.²⁵⁸ Dessas, quarenta e nove eram portugueses, cinco eram menores desvalidos e o restante era membro da diretoria – todos brasileiros. Em setembro de 1858, uma nova leva de trinta e sete colonos foram contratados e permaneceram no estabelecimento ao menos até 1860.²⁵⁹ Em abril do ano seguinte, quinze novos colonos foram contratados.²⁶⁰ Nas duas novas levas encontramos a mesma semelhança das anteriores: a escolha por contratar imigrantes portugueses.

Logo, podemos constatar que nos anos que se seguiram após a aprovação da lei n. 880, a diretoria se esforçou para angariar braços livres para o estabelecimento, como determinava a portaria de janeiro de 1857. O relatório que acusa a chegada dos quinze últimos colonos, informa que estes foram contratados através da Associação Central de Colonização. Não podemos afirmar que as duas levas anteriores foram contratados pela mesma empresa, pois essa informação não aparece de maneira explícita como na leva de 1861. No entanto, o mesmo relatório que indica o contrato pela associação, também menciona que outros colonos chegaram ao estabelecimento por intermédio da Associação. Podemos supor, portanto, que ao menos parte dos colonos que chegaram em 1857 e 1858, tenham sido contratados através dessa empresa.

A Associação Central de Colonização foi uma empresa criada no Rio de Janeiro no ano de 1855 com objetivo de auxiliar o governo da província no processo de engajamento de europeus. Iniciativa de Bernardo Augusto Nascente de Azambuja, a empresa teve seus estatutos aprovados por meio do decreto n. 1584 de 2 de abril de 1855. Sua finalidade era “a importação

²⁵⁷ Ibid., p. 310.

²⁵⁸ CARDOSO, Francisco José. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858. p. 4.

²⁵⁹ CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assembléa geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropedica Fluminense na 1ª reunião do anno de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862. p. 5.

²⁶⁰ Ibid., p. 5.

de emigrantes morigerados, agricultores e industriais, que espontânea ou subsidiadamente queiram vir para o Império”.²⁶¹

Na década de 1830, os debates parlamentares sobre a lei de locação de serviços refletiam os temores e expectativas de uma classe que via na proibição do tráfico atlântico de africanos escravizados um horizonte marcado pela falta de braços. Após a abolição definitiva do tráfico em 1850, as apreensões em torno de uma possível “falta de braços” se tornaram cada vez mais recorrente, fortalecendo as políticas imigrantistas que ganharam força a partir da década de 1870, atraindo imigrantes para o Brasil, sobretudo para a província de São Paulo.

O recorte temporal aqui proposto nos leva a analisar como essas questões estavam sendo enfrentadas pelos sujeitos na década de 1850. A criação da Associação Central de Colonização, pouco após a popularização da Sociedade Vergueiro & cia, se deu no momento em que o governo subsidiou empresas particulares que se encarregassem do processo de engajamento de europeus.

Se no início da década de 1850, os números indicavam que a atuação de empresas como essas só tenderia a crescer, a partir de 1855, os conflitos gerados entre imigrantes e fazendeiros como, por exemplo, os ocorridos em São Paulo, e a falta de uma legislação adequada para regulamentar os contratos geraram reações internas e externas. Foi nesse contexto de conflitos, proibições e tentativas de reformulações dos processos de engajamento de imigrantes que a Imperial Companhia Seropédica Fluminense está inserida, estabelecendo o contrato com os portugueses. No próximo tópico, veremos quais foram esses conflitos, reformulações e como a experiência de administração desses trabalhadores pela diretoria da empresa aqui estudada se conecta as questões gerais suscitadas pelas políticas de substituição da mão de obra.

2.3. A atuação da Associação Central de Colonização no centro das discussões e medidas para atrair imigrantes para o Brasil.

A Associação Central de Colonização deveria tratar de todo processo de engajamento, que, por regra, deveria ser feito por famílias, com o auxílio de agentes de diferentes países “donde convenha atrair a emigração, e bem assim em qualquer ponto do Império, dando a uns e outros as instruções convenientes”²⁶², coadjuvados pelas autoridades brasileiras. Caberia à

²⁶¹ BRASIL. Decreto nº 1584 de 2 de abril de 1855. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1584-2-abril-1855-558513-publicacaooriginal-79849-pe.html>> Acesso em: 02 fev 2020.

²⁶² Ibid.

empresa o transporte dos colonos dos portos europeus ao Brasil e pela construção de acomodações para que, quando desembarcassem, eles encontrassem um espaço para serem convenientemente tratados “dando-lhes casa e comida *por preço razoável*, aconselhando-os, dirigindo-os, e promovendo, ou facilitando o seu pronto emprego no país”²⁶³. Ou seja, enquanto ocupassem essas acomodações, nomeadas de “território de espera”²⁶⁴ por Chrysostomo e Vidal, os imigrantes arcariam com as despesas básicas.

O objetivo era que, em cinco anos, se contratasse cinquenta mil colonos²⁶⁵ e que se criassem filiais por outras províncias do Império.²⁶⁶ Os projetos de regulamentação dos contratos apresentados pela Associação Central de Colonização contou com a revisão do senador Nicolau de Campos Vergueiro²⁶⁷, que é considerado um dos primeiros grandes proprietários a utilizar o trabalho de imigrantes na produção de café antes mesmo da proibição do tráfico em 1831.

Verena Stolcke e Michael Hall apontam que duas modalidades de contrato foram apresentadas aos trabalhadores por Vergueiro em 1847, a locação de serviço – regulamentada pelas leis de 1831 e 1837 – e, a novidade naquele momento, o contrato de parceria, com maior adesão.²⁶⁸ No sistema de parceria, o fazendeiro adiantava ao imigrante o valor gasto com o transporte, os mantimentos e instrumentos necessários para o trabalho, sendo ressarcido quando da primeira colheita.²⁶⁹ Ao chegar na fazenda, o trabalhador se responsabilizaria por um número específico de pés de café, um pedaço de terra para subsistência e uma casa. O salário consistia na metade dos ganhos líquidos com o café e da colheita de demais culturas. Apesar de não delimitar duração, os trabalhadores só poderiam deixar a fazenda quando pagassem as dívidas contraídas com os adiantamentos iniciais que, após dois anos, sofriam aumento devido aos juros sob as dívidas.²⁷⁰

²⁶³ Ibid. (grifo nosso)

²⁶⁴ CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 21, n 1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2014. p. 2.

²⁶⁵ Ibid., p. 7.

²⁶⁶ BRASIL. Decreto nº 1584 de 2 de abril de 1855. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1584-2-abril-1855-558513-publicacaooriginal-79849-pe.html>> Acesso em: 02 fev 2020.

²⁶⁷ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. São Paulo: Papius, 1988. p. 77.

²⁶⁸ HALL, Michael; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 80-120, set. 1983. p. 83.

²⁶⁹ Ibid., p. 83.

²⁷⁰ Ibid., p. 83.

Na época do experimento de Vergueiro, a assembleia legislativa de São Paulo vinha apoiando iniciativas particulares de imigração,²⁷¹ e foi assim que a Sociedade Vergueiro & Cia. obteve vinte e cinco contos de réis sob a condição de importar anualmente quinhentos imigrantes.²⁷² Em meados da década de 1850, devido ao entusiasmo causado entre os fazendeiros, estima-se que 3.500 imigrantes trabalhavam em 30 fazendas.²⁷³ Segundo Maria Lúcia Lamounier, a popularização da empresa Vergueiro & Cia. demarcou o início das modificações nos termos de contratos do sistema de parceria, tornando-os cada vez mais prejudicial aos imigrantes.²⁷⁴ Estas novas disposições inspiravam a formulação das cláusulas de contrato estabelecidos, de modo que a Vergueiro & Cia funcionava como um modelo geral até para aqueles fazendeiros que realizavam a contratação na Europa.²⁷⁵

As modificações criaram espaços para comportamentos abusivos por parte dos fazendeiros, gerando uma série de revoltas na década de 1850. Na fazenda de Ibicaba, em São Paulo, trabalhadores suíços e alemães contratados para o trabalho através do sistema de parceria iniciaram uma série de protestos motivados pelo baixo retorno financeiro das safras em 1856.²⁷⁶ Os imigrantes, segundo consta na documentação analisada por Lamounier, se queixavam tanto das faltas de cumprimento dos termos dos contratos como das lacunas existentes neles.²⁷⁷ Essas lacunas eram preenchidas por regulamentos internos da fazenda que regiam o cotidiano de vida e trabalho desses sujeitos contratados. Por vezes, esse conjunto de normas internas criavam situações de confusão ao exigirem coisas que não constavam nos contratos iniciais, o que suscitou uma série de revoltas em outras fazendas que adotaram o mesmo sistema.²⁷⁸

Nesse mesmo contexto, foi criada a Companhia do Mucuri em Minas Gerais. Em 1853, o governo imperial concedeu verbas para que a empresa se responsabilizasse pela instalação de colonos europeus na província. Para tanto, a companhia estabeleceu contrato com trabalhadores

²⁷¹ Segundo Costa, no final da década de 1840, “reconhecendo a urgência a urgência da introdução de braços livres na Província de São Paulo, a Comissão de Indústria e Comércio da Assembléia sugeriu que o Govêrno fosse autorizado a contratar anualmente com qualquer indivíduo, companhia nacional ou estrangeira, o transporte de duzentos colonos do norte da Europa. Em 1852, autorizava a mesma Assembléia a dotação de vinte e cinco contos anuais em benefício da colonização.” Cf. COSTA, op. cit., p. 78.

²⁷² *Ibid.*, p. 79-80.

²⁷³ STOLCKE; HALL, op. cit., p. 84.

²⁷⁴ LAMOUNIER, op. cit., p. 35-36. Dentre as modificações, destacamos a responsabilização da família pela dívida, a possibilidade de transferência do contrato para outro fazendeiro e o estabelecimento de taxas para determinados serviços.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 37.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 43.

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 45.

²⁷⁸ Lamounier argumenta que as fazendas que optaram pelo sistema de parceria no início da década de 1850, passaram a adotar o contrato de locação de serviços. De acordo com os dados coletados, em 1860, existiam apenas 29 colônias baseadas no sistema de parceria na província de São e Paulo e, na década seguinte, apenas 13. Ver: *Ibid.*, p. 45-55.

suíços, alemães e franceses, através da Associação Central de Colonização.²⁷⁹ As condições em que viviam esses imigrantes foi definida por Avé Lallemand – naturalista alemão que esteve em Minas Gerais em 1859 - como uma situação de miséria.²⁸⁰ Essas informações sobre as condições de trabalho degradantes repercutiam na Europa.²⁸¹ Conforme demonstrou Cláudia Santos, os casos de Mucuri, em Minas Gerais, e Ibicaba, em São Paulo, eram exemplos recorrentes na campanha empreendida contra a imigração de franceses para o Brasil.²⁸²

As péssimas condições encontradas pelos imigrantes também repercutiam internamente. O governo do império, através da portaria de 18 de novembro de 1858, instituiu instruções gerais para a importação, distribuição e estabelecimento de colonos. As instruções visavam tanto os imigrantes que aqui chegavam a fim de se tornarem proprietários independentes nas colônias do governo, como também regulavam a situação daqueles que viriam a trabalho, mediante assinatura de contratos de parceria, de locação de serviços, entre outros.²⁸³ Segundo Lamounier, as Instruções apresentavam melhores condições aqueles que desejassem vir por conta própria adquirir terras, pois a intenção era fomentar a migração espontânea.²⁸⁴ No entanto, suas disposições também buscavam modificar a situação dos engajados à trabalho.

De acordo com as Instruções, o governo pagaria as passagens dos colonos que fazendeiros ou lavradores “de conceito” quisessem tomar para suas fazendas, durante um período de três anos a contar da data de expedição da portaria. Ficaria à cargo dos fazendeiros as despesas de hospedagem nos portos e de condução à fazenda, sem que pudesse ser cobrado valor algum do colono. O pagamento das passagens não seria concedido “a companhias, empresários de colônia, ou particulares, que tenham formado, ou houverem de formar estabelecimentos coloniais com prêmios, empréstimos, ou quaisquer socorros pecuniários concedidos pelo governo”.²⁸⁵

²⁷⁹ SANTOS, Cláudia. *Narrativas de viagem e escrita da história: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1890)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 268.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 268.

²⁸¹ Os relatos de viajantes contribuíram para que o conhecimento acerca das condições de vida e trabalho chegassem nas autoridades europeias. Além do relato de Avé Lallemand sobre a situação dos colonos de Minas Gerais analisado por Cláudia Santos, cabe aqui citar o famoso relato de Thomas Davatz sobre a imigração suíça e alemã em Ibicaba, São Paulo. DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Martins, 1972.

²⁸² A autora discute tal questão a partir de livros e artigos em revistas francesas. Dentre eles, o “Le Brésil et la colonisation”, publicado por Elissé Reclus na *Reveu des Deux Mondes* em 1862. Reclus utilizou o relato publicado por Avé Lallemand afim de apresentar argumentos que demonstrassem as dificuldades encontrada por europeus no Brasil. SANTOS, op. cit., p. 267-281.1

²⁸³ BRASIL. Portaria 18 de Novembro de 1858. **Lex:** Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858. p. 356-360. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18472>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2021.

²⁸⁴ LAMOUNIER, op. cit., p. 61.

²⁸⁵ BRASIL. Portaria 18 de Novembro de 1858, op. cit.

Para que a contratação fosse efetuada, o fazendeiro deveria solicitar a diretoria da Associação Central de Colonização o número de indivíduos ou famílias e a nacionalidade desejada, declarando a natureza dos trabalhos que desempenhariam. Os trabalhadores eram considerados livres para celebrar os contratos que quisessem. Caso o contrato fosse de locação de serviço, deveria vigorar por até dois anos, enquanto se fosse de qualquer outra natureza, a duração seria de no máximo cinco anos. Excedido o prazo, os trabalhadores poderiam “dispor de si como bem quiserem”, independentemente de qualquer dívida contraída com os fazendeiros. O contrato celebrado só poderia ser passado para outro com o consentimento do trabalhador e quando aprovado pela Associação Central de Colonização. De acordo com Lamounier, o estabelecimento de um prazo de duração de contrato e a questão das transferências consentidas serviam como resposta aos acontecimentos de São Paulo e buscavam “amenizar os contratos de parceria”.²⁸⁶

Moradia, sustento e cuidados em casos de doença eram responsabilidades do fazendeiro. Além disso, deveriam ser fornecidos os instrumentos necessários para os serviços e dispor de algum terreno para as plantações particulares, caso a fazenda tivesse proporções para tal, durante o período de contrato. O colono não seria obrigado a trabalhar por mais de 12 horas, com direito a descanso e almoço nesse período, nem trabalharia em domingos e dias santos. Caso o contrato que regesse a relação fosse o de locação de serviço, além do que aqui foi citado, o fazendeiro deveria pagar um salário mensal que variava entre 8\$000 e 12\$000.

Entre novembro de 1858 e março de 1861, a Associação Central de Colonização distribuiu 757 colonos.²⁸⁷ Esta informação se encontra no relatório apresentado por Bernardo Azambuja ao ministro e secretário de estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas, em 1861. A tabela abaixo apresenta mais informações acerca desse contingente:

²⁸⁶ LAMOUNIER, op. cit., p. 61.

²⁸⁷ AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. *Relatório das terras públicas e da colonização apresentado em 31 de março de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1861. p. 101

Tabela 3. Relação dos colonos distribuídos pela Associação Central de Colonização de acordo com o Porto de embarque

Procedência	Nacionalidade	Número de Colonos
Porto	Portugueses	412
São Miguel	Portugueses	198
Açores	Portugueses	10
Hamburgo	Alemães	130
Anvers	Franceses	7
Total:		757

Fonte: AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. *Relatorio das terras públicas e da colonização apresentado em 31 de março de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1861. p. 101.

A categoria procedência refere-se ao porto de embarque. No documento, o número de colonos é indicado junto ao nome do navio de embarque para a travessia do Atlântico. Por exemplo, os 412 portugueses que embarcaram no Porto e foram distribuídos no período analisado, chegaram ao Brasil em 16 navios diferentes. Alguns deles, como o navio Castro II, teve 96 dos seus passageiros distribuídos pela Associação, enquanto outros, como o navio Simpathia, apenas um.

Não é informada a data de embarque dos colonos nem se pode afirmar que esses 757 indivíduos chegaram entre 1858 e 1861, visto que a Associação Central de Colonização possuía acomodações. Os dados coletados referem-se ao número de colonos distribuídos pela Associação durante esse período, e não ao número de colonos engajados durante esse recorte. Dessa forma, o total apresentado refere-se somente aos colonos que foram contratados por alguém.

Não é o nosso objetivo rastrear o destino de todos os 757 colonos distribuídos pela Associação Central de Colonização. É plausível que a maior parte dos contratos tenham sido efetuados com o “fazendeiro ou lavradores de conceito”, já que no período analisado por Azambuja, o pagamento de passagens por parte do governo a esses fazendeiros ainda estava em vigor.

Contudo, não podemos descartar que parte destes colonos possam ter sido encaminhados para outros destinos que não as fazendas conceituadas. É provável, inclusive, que uma pequena parte deste contingente tenha chegado à Itaguaí. Segundo Francisco José Cardoso, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense engajou 15 colonos naturais da cidade do porto pela

Associação Central de Colonização, que chegaram ao estabelecimento em abril de 1861.²⁸⁸ Os indícios dos desdobramentos da assinatura desses contratos revelam questões caras à experiência dos trabalhadores imigrantes engajados, e serão retomadas mais à frente. Antes, porém, voltemos à tabela.

Do total de imigrantes distribuídos pela Associação, aproximadamente 81,9% dele é composto por colonos de nacionalidade portuguesa, 17,1% de alemães e 0,9% de franceses. Embora desproporcional a comparação entre as nacionalidades, os números coletados para o final da década de 1850 que, vale lembrar, era um período conturbado marcado pelas revoltas de Ibicaba e do Mucuri, refletem as medidas contra a imigração de europeus para o Brasil adotada por algumas nações. De acordo com Cláudia Santos, o governo da Prússia proibiu a imigração para o Brasil através do Regulamento Von der Heydt, de 1859.²⁸⁹ A França, apesar de nunca ter tido presença significativa dentre as nacionalidades que desembarcaram nos portos brasileiros, passou a adotar medidas que dificultavam a emigração, entre 1855 e 1861.²⁹⁰

O caso português deve ser analisado à parte. Segundo Gladys Ribeiro, entre 1820 e 1834, o número de portugueses era significativo no Brasil, principalmente entre a população trabalhadora livre que vivia na corte.²⁹¹ O perfil dessa população lusa que aqui chegava era majoritariamente masculino, com idade entre 15 e 24 anos,²⁹² procedentes da região norte de Portugal.²⁹³ Esses jovens habitavam as freguesias centrais da corte, onde encontravam oportunidades de trabalho no comércio.²⁹⁴ Para Fabiane Popinigris, patrões e empregados lusos se mantiveram por tanto tempo coordenando o comércio devido às táticas organizacionais que envolviam, dentre outros, “o desenvolvimento de um discurso de reivindicação nos espaços públicos e na imprensa”.²⁹⁵ Na década de 1820, os caixeiros já reivindicavam a criação de uma sociedade ao governo.²⁹⁶

²⁸⁸ CARDOSO, Francisco José. *Relatório apresentado a assembléa geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropedica Fluminense na 1ª reunião do anno de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862. p. 5.

²⁸⁹ Segundo Santos, a proibição da imigração para o Brasil se estendeu, em 1867, para a Alemanha do norte e para a Alemanha do Sul, em 1871. Cf. SANTOS, op. cit., p. 269.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 270.

²⁹¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. Imigração portuguesa, política e cotidiano no Rio de Janeiro do início do século XIX. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVI, nº 1, p. 93-106, julho 2000. p. 97.

²⁹² *Ibid.*, p. 99.

²⁹³ *Ibid.*, p. 98.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 100.

²⁹⁵ POPINIGIS, Fabiane. “Esperança e fraternidade”: o papel do associativismo na defesa do ofício e na reserva de mercado do trabalho no comércio para os portugueses, século XIX. In: POPINIGIS, Fabiane; RIBEIRO, Gladys Sabina; TERRA, Paulo Cruz; (orgs). *Portugueses e cidadãos: experiências e identidades nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Mauad X – FAPERJ, 2018. p. 101.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 109.

Conforme argumentou Luis Felipe de Alencastro, além dos que vinham trabalhar no ramo do comércio, chegaram ao Rio de Janeiro operários e proletários urbanos e rurais portugueses, principalmente após a abolição do tráfico.²⁹⁷ Para o autor, a imigração portuguesa para o Brasil poderia estar ligada à “reativação dos circuitos do tráfico [negreiro] desde finais da década de 1830”,²⁹⁸ sobretudo nas redes de contrato e transporte estabelecida nos Açores. A documentação analisada revelou não só a participação dos navios e traficantes dos negreiros no transporte, mas a participação de renomados fazendeiros na importação desses trabalhadores,²⁹⁹ indicando, assim, a sobreposição do tráfico negreiro pelo de engajados.

Para o autor, a situação dos açorianos no Brasil oitocentista era semelhante à dos *indentured servants* que, no século XVIII, chegavam à América do Norte e Antilhas. As despesas com a travessia eram pagas pelo capitão do navio e, em troca, os imigrantes só poderiam desembarcar após ser efetuado os contratos entre engajados e seus futuros patões, pois era a partir dessa articulação que se reembolsavam a quantia gasta no transporte.³⁰⁰ Após contratados, os imigrantes passavam a estar submetidos às cláusulas das leis de locação de serviço que, como vimos, possuía meios coercitivos de garantir o reembolso da verba dos patrões e instaurava relações de trabalho análogas a escravidão, denunciada como “escravidão branca” na imprensa carioca, como mostrou Alencastro.

Dessa forma, os portugueses formavam a nacionalidade estrangeira que predominava no mercado de trabalho da província do Rio de Janeiro. O comércio, como vimos, atraiu uma parcela significativa desses imigrantes. Nas manufaturas, os portugueses também se faziam presente. Um bom exemplo de estabelecimento cujo auge foi na década de 1850 e que, durante todo o período de funcionamento, contou com a presença majoritária de portugueses foi o Estabelecimento de Fundação e Máquinas Ponta d’Areia.

A Ponta d’Areia foi adquirida por Irineu Evangelista da Silva em 1846 e localizava-se em Niterói. De acordo com Luiz Carlos Soares, ela se tornou “o maior estabelecimento manufatureiro do Império”.³⁰¹ Beatriz Momesso, em estudo específico sobre a empresa, apresentou alguns dados sobre a mão de obra nele empregada, que obteve um crescimento significativo

²⁹⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos- Cebrap*, São Paulo, n 21, p. 30-56, 1988. p. 35.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 36.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 37.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 36.

³⁰¹ SOARES, op. cit., p. 308.

entre 1848 e 1857 - recorte que compreende o período em que o estabelecimento recebeu empréstimos do Governo Imperial.³⁰²

Em 1848, o estabelecimento contava com 491 trabalhadores, sendo 343 livres e 148 escravizados.³⁰³ Dos livres, 104 eram portugueses, 58 eram ingleses, 7 eram franceses, 15 eram alemães e 3 eram espanhóis, somando 187 imigrantes para 156 brasileiros.³⁰⁴ Os estrangeiros, dessa forma, eram a maior parte entre os livres, sendo 55,61% portugueses.³⁰⁵ Em 1855, ocorreu um aumento no número de portugueses para 119.³⁰⁶ Naquele ano, esse número correspondia a 72,56% dos estrangeiros, visto que houve um decréscimo na quantidade de trabalhadores de outras nacionalidades.³⁰⁷ Por fim, em 1857, o estabelecimento registrou o número de 667 trabalhadores. Desses, 505 eram livres e 162 eram escravizados.³⁰⁸ Dentre os imigrantes, os portugueses representavam 78%.³⁰⁹

O número expressivo de imigrantes também era encontrado nas demais manufaturas da província do Rio de Janeiro. No ano de 1856, dos 42 estabelecimentos manufatureiros de diversos ramos, Luz Carlos Soares encontrou 1471 operários registrados, sendo 819 trabalhadores livres e 652 escravizados. Entre os livres, 566 eram estrangeiros e 253 eram brasileiros.³¹⁰ Apesar da categoria nacionalidade não está presente no conjunto de dados apresentados pelo autor, é possível que uma grande parcela seja de portugueses. Segundo o autor, o número de portugueses predominava dentre os trabalhadores imigrantes desde a década de 1840. Essa tendência se manteve nas décadas seguintes. Em 1872, dos 225.033 habitantes livres da corte, 55.933 eram portugueses, ou seja, aproximadamente 25%.³¹¹ Essa parcela significativa atuava em diversos setores, inclusive nas manufaturas.

A Imperial Companhia Seropédica Fluminense não aparece nas listagens apresentadas por Soares, mas também foi um espaço manufatureiro que, assim como os da corte, tinha um corpo de trabalhadores predominantemente livre e de nacionalidade portuguesa. No próximo tópico, voltaremos a tratar desses sujeitos, buscando explorar a relação da administração com esses portugueses. O suposto benefício à moralidade e ao serviço que foi usado como

³⁰² MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundição e Máquinas Ponta d'Areia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro. p. 113.

³⁰³ *Ibid.*, p. 113.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 124.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 107.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 105.

³⁰⁷ *Ibid.*, p. 107.

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 113.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 107.

³¹⁰ SOARES, op. cit., p. 310.

³¹¹ *Ibid.*, p. 316.

justificativa para empregar esses trabalhadores existiu na prática? É possível observar alguma semelhança entre a experiência desses contratados e dos contratados que protagonizaram os conflitos que existiram no contexto aqui analisado? Estas são as questões que nortearão o último tópico a ser discutido neste capítulo.

2.4. Meios de reprimir: a relação entre a administração da Imperial Companhia Seropédica Fluminense e os imigrantes portugueses contratados.

Em abril de 1861, novos imigrantes naturais do Porto chegaram à Itaguaí para trabalhar na Imperial Companhia Seropédica Fluminense. Antes deles, outros de diferentes regiões de Portugal já haviam passado por lá, como vimos. Nesse grupo havia 15 pessoas, que foram contratados através da Associação Central de Colonização. Para Francisco José Cardoso, o presidente da diretoria que administrava a companhia,

Não há expressões para descrever um tão infeliz engajamento! Os 4 meses, que no estabelecimento durou essa horda de bandidos, constituem uma série não interrompida de fugas, roubos, ameaças, insultos e crapulagem. Foram 4 meses constantes de atribulações para a polícia, que tinha de correr-lhes na pista para capturá-los, e de desgosto, com risco da própria vida, para o administrador da empresa.³¹²

Crápulas, imprudentes, bandidos. A escolha desses adjetivos para caracterizar os trabalhadores, fruto da experiência do contrato realizado, contrasta com a ideia defendida anos antes de que a substituição dos escravizados por livres traria lucro ao serviço e a moral. Em 1855, os engajamentos de europeus eram feitos com o argumento de lucro à moral e ao serviço. A diretoria acreditava que, diferentemente do trabalhador nacional ou escravizado, o europeu era civilizado e especializado e, por isso estava apto a trabalhar de forma pacífica. Alguns grupos contratados, inclusive, atenderam às expectativas dos diretores, como o caso dos trinta e sete açorianos que chegaram em 1858. Segundo Cardoso, esse grupo cumpriu o contrato “não só regularmente, como bem”, se retirou e, atendendo aos pedidos da diretoria, alguns deles retornaram ao serviço ganhando 12\$000 por mês cada.³¹³ Outros, como os que chegaram em 1861, fugiram dos seus postos de serviços.

³¹² CARDOSO, 1862, op. cit., p. 6.

³¹³ Ibid., p. 5.

Aqui, no entanto, não cabe criarmos algum tipo de hierarquia ou comparação entre esses dois grupos. Deixemos essas generalizações à cargo de Francisco Cardoso. Para ele, apesar de preferir os colonos portugueses,³¹⁴ a região de nascimento era capaz de determinar a disposição ao trabalho e o caráter do indivíduo. Existia, nesse sentido, uma diferença entre os portugueses das regiões insulares e do continente. Os portugueses insulares dos Açores e, principalmente, de São Miguel eram considerados os melhores.

“Como se sabe, a população d’esta ilha é toda laboriosa, frugal e afeita ao trabalho, não conhecendo outro futuro feliz, se não na vida agrícola”,³¹⁵ afirmou Cardoso sobre os portugueses naturais da ilha de São Miguel. Já para os portugueses “continentais”, como os que vinham do Porto, eram “salvas raras exceções, insubordinados e intoleráveis (...) com tal elemento só se desperdiça dinheiro e paciência”.³¹⁶ Certamente, não há provas concretas que embasem as considerações de Cardoso sobre a relação local/caráter, contudo, pela a forma como é posta, é possível que tal ideia fosse compartilhada com os seus contemporâneos. Também não há indícios que comprovem algum tipo de especialização para o trabalho com a seda por parte dos insulares, ou ausência dela nos que vinham do continente. É provável que, em ambos os casos, a aprendizagem do serviço tenha sido adquirida em solo brasileiro, tal como os grupos anteriores.

Cardoso narrou um cenário marcado por conflitos, fugas, roubos e ação da polícia. Uma tabela construída por Cardoso com o objetivo de apresentar o prejuízo financeiro que o engajamento produziu traz elementos que nos permite reconstruir parte desses conflitos. É plausível supor que o início das atribulações entre diretoria e trabalhadores se deu a partir de uma fuga coletiva de trabalhadores.

No dia 19 de abril de 1861, dezoito dias após a chegada dos portugueses a Itaguaí, nove dos quinze homens do grupo deixaram os seus postos de trabalho e fugiram. As leis que regulavam os contratos, como vimos, possuíam cláusulas que foram pensadas para garantir que o investimento desprendido pelos patrões fosse ressarcido com mecanismos para impedir o trabalhador de se livrar das obrigações contraídas. A dívida e a prisão eram esses mecanismos de controle que restringiam a ação do trabalhador e auxiliavam o domínio do empregador.³¹⁷

³¹⁴ No relatório, Cardoso diz preferir os portugueses aos alemães, pois as diferenças de linguagem, costumes e religião, eram obstáculos para a naturalização. Cf.: CARDOSO, 1862, op. cit., p. 17.

³¹⁵ Ibid., p. 17.

³¹⁶ Ibid., p. 17.

³¹⁷ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Os juízes de paz e o mercado de trabalho – Brasil, século XIX. In: FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura, NEVES, Edson Alvisi; RIBEIRO, Gladys Sabina (orgs). *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: ed. da UFF, 2009. p. 246.

Entretanto, conforme apontou Lamounier, a prisão após a conclusão do processo não resolvia o problema da dívida. Em 1859, por exemplo, imigrantes insatisfeitos da fazenda de Luciano Teixeira Nogueira, em Campinas, fugiram, foram capturados, processados nos termos da Lei de 1837 e condenados a pagar os adiantamentos feitos pelo fazendeiro. Uma vez na cadeia, seria impossível o pagamento das dívidas contraídas e, sabendo disso, o fazendeiro fez um requerimento para que eles fossem transferidos para a Casa de Correção, na qual trabalhariam e, do rendimento, pagariam o proprietário.³¹⁸

A lei, contudo, não deixou de ser usada pelos fazendeiros, mesmo que de forma inadequada. O caso dos colonos de S. Lourenço, descrito por Lamounier, é representativo para esse tipo de situação. Na ocasião da fuga, o patrão abriu um processo afirmando que o imigrante se ausentou da fazenda e conseguiu a expedição de mandado de prisão. Quando capturado e, após dois ou três dias preso, o imigrante acatava a situação e retornava à fazenda e, conseqüentemente, o fazendeiro entrava com o pedido de soltura.³¹⁹ Essa espécie de “prisão preventiva” não constava em lei, pois de acordo com o artigo 9º da lei de 11 de outubro de 1837, a prisão se efetuará mediante provas de que o trabalhador, sem justa causa, abandonou o serviço antes de completar o tempo de contrato.

Talvez essa tenha sido a tática adotada pela diretoria da Imperial Companhia Seropédica Fluminense para forçar os fugitivos a retornarem ao estabelecimento. Todos os nove portugueses que fugiram foram localizados e presos, porém, apenas um deles, Manoel Barros, foi condenado pela referida lei, provavelmente para servir de exemplo para quem ousasse se manifestar. Os outros oito passaram alguns dias na cadeia.

André Exposto, José Guedes e Antônio Pereira d’Oliveira foram presos no dia 25 de maio de 1861. Os três foram soltos dois dias após o encarceramento e voltaram aos postos de trabalho.³²⁰ Os cinco restantes foram presos no dia 27 de maio de 1861. Diferentemente do que ocorreu com os três primeiros a serem liberados, esses cinco sujeitos ficaram um tempo mais longo na prisão. José Coelho, José Antonio Borges foram soltos no dia 3 de junho, enquanto José Marques e Manoel Alves Pístola deixaram a prisão no dia 6 de junho. Antônio Coelho, apenas no dia 21 de junho.³²¹

O encarceramento, contudo, não foi sinônimo de manutenção da ordem. No dia dezessete do mês de julho daquele ano, um grupo menor de trabalhadores fugiu do estabelecimento.

³¹⁸ LAMOUNIER, op. cit., p. 65-66.

³¹⁹ Ibid., 68-69.

³²⁰ CARDOSO, 1862, op. cit., Anexo III.

³²¹ Ibid

Esse grupo era formado por Antônio Pereira d'Oliveira, José Antonio Borges - ambos haviam sido presos em maio – e Joaquim da Costa. Dez dias depois, foi a vez de José Guedes, que também já havia sido preso, tornar a fugir do estabelecimento.³²² Esses quatro sujeitos jamais retornaram ao estabelecimento. Dessa forma, os três primeiros meses da presença desses portugueses em Itaguaí foram marcados por constantes fugas e prisões. É válido ressaltar que, em 1861, parte do comando da força policial local contava com a presença de Manoel José Cardoso, filho de Francisco José Cardoso, o que certamente ajudou no processo de aprisionamento dos colonos portugueses.³²³

Em agosto de 1861, a diretoria pôs fim, nas palavras de Cardoso, às “incessantes lutas contra a má vontade e imprudência de tais perversos”,³²⁴ rescindindo o contrato de todos os onze portugueses que permaneceram no estabelecimento. Mesmo aqueles que não haviam fugido tiveram seus contratos dissolvidos,³²⁵ o que demonstra a pluralidade das formas de resistência desses trabalhadores para além da fuga, que era passível de prisão pelas leis de locação de serviço. A “má vontade”, descrita por Cardoso, pode ter sido uma recusa ao trabalho. Segundo Lamounier, se recusar a trabalhar poderia se apresentar como diminuição da produtividade, maus-tratos com a plantação, incêndios, ou até mesmo o cruzar dos braços.³²⁶ Diferentemente da fuga, essas atitudes não possuíam meios legais que forçassem o trabalhador ao cumprimento das tarefas.

No relatório, Cardoso apresenta um demonstrativo do prejuízo financeiro produzido pelo engajamento desses imigrantes. A quantia é baseada na soma entre o valor da passagem no vapor, duas mudas de roupas que cada um recebia para serviço, 68 lençóis, e, por fim, as roupas finas que receberam na vila.³²⁷ Todos os trabalhadores que tiveram seus contratos rescindidos são creditados como devedores de alguma quantia, inclusive aqueles que ficaram no estabelecimento todos os dias dos quatro meses e meio que durou o contrato.

Nos casos em que houve fuga, o período em que permaneceu fora era, logicamente, subtraído da quantidade final. É possível que domingos e dias santos também tenham sido diminuídos do conjunto de dias trabalhados devido as recomendações presentes nas Instruções de 1858 que garantia folga nesses casos. Logo, os homens que fugiam deviam mais. Por

³²² Ibid.

³²³ MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma Família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. p. 105.

³²⁴ CARDOSO, 1862, op. cit., p. 6.

³²⁵ São eles: João Ferreira da Silva e seu filho, Antonio Ferreira da Silva; João Coelho, Joaquim da Rocha Pedra e Joaquim Diniz.

³²⁶ LAMOUNIER, op. cit. p. 67.

³²⁷ CARDOSO, 1862, op. cit., Anexo III.

exemplo, André Exposto trabalhou em 84 dias dos quatro meses e meio de período de contrato e, em 14 de agosto, ficou devendo à companhia o valor de 143\$661. Já, José Coelho, que trabalhou 127 dias e meio no mesmo período, ficou devendo 85\$660. No fim das contas, o prejuízo deste estabelecimento ficou em 2:700\$129.³²⁸

O que chama atenção aqui é que, como em muitos outros casos de contratos de trabalho regulados pelas leis de locação de serviços do contexto, dívida como mecanismo de manutenção do domínio do empregador se faz presente. A duração dos contratos estabelecidos entre os imigrantes e a Imperial Companhia Seropédica Fluminense, ao longo dos anos, não é precisa. No caso do engajamento de 1861, sabemos que o contrato foi rescindido em quatro meses e meio de trabalho, mas não sabemos por quanto tempo ele vigoraria. Certamente não passaria de dois anos, pois segundo a sétima cláusula do Art. 2º das Instruções de 1858, esse era o período estabelecido para os contratos de locação de serviço.³²⁹

Em 1857, os contratos assinados tinham duração de quinze meses, como indica o mapa presente no relatório de janeiro de 1858.³³⁰ É possível que os trinta e sete açorianos que chegaram ao estabelecimento em setembro de 1858 também tenham assinado contrato pelo mesmo período de trabalho, pois Cardoso informa que esses contratos terminaram em 1859.³³¹ Logo, apesar de não termos tido acesso a nenhum contrato propriamente dito, a rotatividade de trabalhadores da Imperial Companhia Seropédica Fluminense nos anos anteriores ao engajamento de 1861, indica que os contratos tinham durações de aproximadamente um ano e três meses.

Caso a duração do contrato tenha sido a mesma, chama atenção o fato de que a dívida gerada no processo de engajamento equivalesse a mais de um terço do período total do contrato. Sem quitarem a dívida, os trabalhadores se viam restritos ao ambiente do estabelecimento por meios legais. Enquanto isso, teriam que pagar com o serviço os adiantamentos feitos, em troca de sustento e um pequeno salário, possivelmente entre os valores estabelecidos nas Instruções de 1858.³³²

As fugas ocorridas em 1861 não foram as únicas na trajetória do estabelecimento. Em 1857, Cardoso relatou que alguns imigrantes contratados buscavam persuadir outros colegas de

³²⁸ Ibid.

³²⁹ BRASIL. *Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858. p. 358.

³³⁰ CARDOSO, 1858, op. cit., Mapa V.

³³¹ Idem, 1862, p. 5.

³³² De acordo com as Instruções de 1858, “Se o contrato for de locação de serviços (...) o fazendeiro (...) pagará um salário que não será por mês menos de 8\$000 nem mais de 12\$000; exceto: 1º, se o colono for oficial de ofício, que nesse caso poderá ser mais elevado, conforme a natureza do mesmo ofício; 2º, se for mais de 10 anos e menor de 16, que então será regulado o salário de acordo com o pai ou tutor, e, na falta de ambos, com um tutor nomeado pelo presidente da Associação Central de Colonização (...).” Cf. BRASIL. *Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858. p. 358-359.

trabalho à não cumprirem as obrigações contratuais contraídas. O resultado gerado foi a fuga de três trabalhadores, que estavam sendo procurados pela polícia. Para barrar as manifestações, o presidente da diretoria recorreu ao cônsul português, o Barão de Moreira, pedindo-lhe que dialogasse com os colonos e, “por meio de conselhos prudentes”, desencorajasse as ações.³³³

Dado que em 1857 as instruções de que centralizaram o processo de engajamento na Associação Central de Colonização ainda não existiam, é possível que a figura do cônsul português estivesse envolvida de alguma forma no estabelecimento dos contratos com os portugueses. Ao menos foi o que ocorreu com os imigrantes italianos contratados para o trabalho na construção da estrada de ferro Bahia and San Francisco Railway, que teve início em setembro de 1858 na província da Bahia. Segundo Robério Sousa, o contrato estabelecia que o consulado sardo tinha “a prerrogativa de mediar as questões de trabalho e intervir em “todas as controvérsias que pudesse haver” entre o contratante e os trabalhadores italianos”.³³⁴

Todavia, os acontecimentos do ano de 1861 são representativos, pois nortearam os debates sobre as relações de trabalho estabelecidas na companhia. A partir deles, discussões e propostas que visavam reorganizar o sistema de engajamento praticado como um todo foram elaboradas, interna e externamente, para que a determinação de substituir os escravizados por livres se efetivasse.

Francisco Cardoso, baseado na ideia de que portugueses das regiões insulares eram mais aptos ao trabalho do que os da região continental de Portugal, defendia a ideia de que o engajamento fosse feito diretamente por eles, de maneira cautelosa. A proposta era a de que representantes da companhia fizessem a travessia do Atlântico e engajassem, eles próprios, trabalhadores da ilha de São Miguel, “por quatro anos, com garantias de mútuo interesse, fazendo-os transportar à custa da Companhia”.³³⁵ Em sua opinião, essa seria a melhor saída para a substituição dos escravizados, pois a forma como vinha sendo feita não se mostrava eficaz. A culpa do insucesso do sistema em curso era atribuída à Associação Central de Colonização. Segundo Cardoso, os colonos eram recrutados, “dentre os vadios e vagabundos, gente perversa e de má índole”, por agentes da associação que, através de promessas exageradas e fraudes, angariavam grande número de portugueses.³³⁶

A proposta externa à diretoria foi elaborada por representantes do governo da província. Em 1862, uma comissão responsável por avaliar o emprego dos auxílios concedidos à Imperial

³³³ CARDOSO, 1858, op. cit., p. 11.

³³⁴ SOUSA, Robério Santos. *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas: ed. da Unicamp, 2015. p. 147.

³³⁵ CARDOSO, 1862, op. cit., p. 18.

³³⁶ *Ibid*, p. 18.

Companhia Seropédica Fluminense visitou o estabelecimento. O exame resultou num relatório que tratou de conteúdos diversos, inclusive acerca dos trabalhadores. A comissão acreditava que o sistema contratual adotado até então, que prendia os trabalhadores ao estabelecimento pela dívida gerada no deslocamento em troca de pequenas gratificações mensais era ineficaz. Segundo eles, “falta-lhe o principal estímulo do trabalho que é a ambição do ganho, e torna o colono mais sujeito aos gostos e caprichos de quem o assalaria (...) e em uma condição mais humilhante e mais precária”.³³⁷

Os argumentos não eram baseados num determinismo regional como os de Cardoso. Para eles, os imigrantes, “sentindo não serem bastante livres para procurar qualquer meio de vida que mais lhe aprouvesse”,³³⁸ se tornavam elementos de desordem e buscavam romper os laços que os prendiam – nesse caso, rompendo os contratos - para que pudessem buscar melhores condições de vida. A ideia de que os imigrantes não se sentiam livres apresentada no relatório reflete uma característica do mercado de trabalho na sociedade brasileira oitocentista, que é a existência de um “mosaico de arranjos de trabalho compulsório que sugere que a liberdade jurídica não estava associada à autonomia dos trabalhadores ou a relações de trabalho assalariado”.³³⁹

A comissão afirmava que o resultado do sistema de colonização por salário foi:

Dos 117 colonos contratados em diferentes épocas bem pouco foram os que cumpriram seus contratos, tendo sido preciso á vezes perseguir os que fugiam, e fazê-los voltar ao estabelecimento, a fim de conter os outros (...) e ainda assim não foi possível conservar muitos deles.³⁴⁰

Eles apontavam como possível destino dos fugitivos os canteiros de obras da estrada de ferro D. Pedro II, cujos empreiteiros responsáveis ofereciam jornais que se mostravam mais satisfatórios do que o salário mensal oferecido na companhia. A proposta da comissão era, diante do cenário, substituir o sistema de engajamento por inteiro.

A alternativa dada não era uma novidade. A comissão apresentava como proposta que o sistema de colonização por parceria fosse adotado. A ideia era de que se dividisse as terras em lotes, estabelecendo como obrigatório a entrega de folhas de amoreira no estabelecimento

³³⁷ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA. Luiz Alves Leite de Oliveiro Bello. 1862. Anexo 1 – p. A-11. Disponível em: < <http://ddsnex.crl.edu/titles/184#?c=0&m=48&s=0&cv=139&r=0&xywh=-696%2C685%2C3592%2C3391>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

³³⁸ Ibid.

³³⁹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORETINO, Manolo (org). *Tráfico, escravidão e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 391.

³⁴⁰ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Alves Leite de Oliveiro Bello. , 1862. Anexo 1 – p. A-11. < <http://ddsnex.crl.edu/titles/184#?c=0&m=48&s=0&cv=139&r=0&xywh=-696%2C685%2C3592%2C3391>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

central “e mais produtos de suas lavouras percebendo uma quarta parte de sua produção”.³⁴¹ A novidade seria considerar aplicar esse sistema não mais aos imigrantes, mas ao trabalhador nacional. Diziam eles que “mesmo no município de Itaguahy, se encontram homens bons e laboriosos, para quem uma rustica casinha e um lote de terra de onde possam tirar os recursos necessários para sua subsistência, será uma grande fortuna”.³⁴²

O relatório da comissão foi apresentado ao presidente da província e ao presidente da diretoria. No mesmo ano, Cardoso escreveu uma apreciação do parecer da comissão, comentando o documento que surgiu após a inspeção. No que tange a questão da proposta de substituição do sistema de colonização, Cardoso argumenta que a indicação oferecida não estava ao alcance de ser posta em prática.³⁴³ Ademais, em resposta acerca dos comentários sobre o prejuízo gerado no contrato dos imigrantes, o presidente argumenta que as tentativas de arregimentar pessoal livre era uma obrigação contraída para com as autoridades provinciais. O prejuízo, em sua opinião, tinha como verdadeira causa a “deficiente lei de colonização que temos”.³⁴⁴

Dessa forma, vimos aqui que a Imperial Companhia Seropédica Fluminense tem sua trajetória localizada num contexto marcado pelo aumento expressivo do número de imigrantes que vinham para o Brasil em busca de trabalho. Esse aumento se deu em grande parte como resposta às reclamações dos fazendeiros que, após abolição do tráfico atlântico de africanos escravizados, acreditavam que o futuro seria marcado pela falta de braços nas lavouras. Nesse processo, as autoridades políticas passaram a debater projetos imigrantistas baseados em discursos racistas e na construção da imagem de um trabalhador ideal, que tinha cor e nacionalidade: o branco europeu.

Na prática, contudo, as legislações que regulamentavam os contratos foram formuladas de tal maneira a garantirem, por meios coercitivos, que a quantia desprendida pelos patrões no processo de engajamento fosse reembolsada. Os mecanismos de coerção ao trabalho que nelas existiam foram responsáveis por gerar arranjos de trabalhos análogos à escravidão, seguidas de uma série de conflitos e revoltas que repercutiram no interior do império brasileiro e fora dele. Enquanto o governo tentava estabelecer novas instruções para o engajamento e contrato de imigrantes objetivando, assim, amenizar os conflitos que estouraram na segunda metade da

³⁴¹ Ibid.

³⁴² Ibid.

³⁴³ CARDOSO, Francisco José. *Apreciação do parecer da comissão nomeada pelo governo da província do Rio de Janeiro para examinar o estabelecimento da Imperial Companhia Seropédica Fluminense*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1862. p. 16.

³⁴⁴ Ibid. p. 16.

década de 1850; uma campanha contra a imigração para o Brasil se formava em países europeus como a Alemanha.

Os dados apresentados mostram que uma parcela desses imigrantes também esteve presente nas manufaturas na província do Rio de Janeiro e em demais províncias do Império. Eles trabalharam lado a lado com escravizados, por vezes dividindo a mesma tarefa. No caso da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, a substituição da mão de obra se tornou obrigatória, prescrita em lei. Seus administradores, bem como as autoridades provinciais, consideravam tal substituição algo que traria benefício à moralidade e ao serviço, como vimos, e traçaram estratégias para arrematar trabalhadores livres europeus.

O primeiro momento foi marcado pelo recrutamento no exterior e apresentou resultados ínfimos. Posteriormente, com o desenvolvimento das empresas dedicadas ao engajamento, - aqui, especificamente, a Associação Central de Colonização -, o recrutamento dos trabalhadores passou a ser feito no Rio de Janeiro e predominou-se o contrato com portugueses, a partir da década de 1850.

As situações geradas no cotidiano das relações entre os imigrantes contratados e a diretoria da Imperial Companhia Seropédica Fluminense representam um entre tantos casos que assinalam a fragilidade dos limites entre trabalho escravo e trabalho livre no Brasil oitocentista. Os portugueses encontraram no estabelecimento relações de trabalhos típicas da sociedade brasileira escravista. O estabelecimento, por outro lado, tinha meios legais de coagir os contratados ao trabalho, podendo até cercar legalmente a liberdade. Diante dessa situação, as fugas se tornaram constantes e, quando os mecanismos de repressão não surtiam mais efeitos, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense se tornou espaço para debates sobre a funcionalidade dos sistemas de colonização existentes.

No próximo capítulo, continuaremos tratando das relações de trabalho e dos trabalhadores da companhia. A investigação abarcará o perfil dos trabalhadores, a organização do trabalho, a divisão de gênero e racial em vigor, as diferentes modalidades de contrato, assim como as formas de repercussão desses elementos sobre os trabalhadores.

Capítulo 3 - Livres, colonos e escravizados: trabalhadores e relações de trabalho na Imperial Companhia Seropédica Fluminense

O presidente da companhia não podia obter recurso, e... tudo foi contrariedades a respeito da marcha do estabelecimento... Os empregados não eram pagos, aos colonos faltava-se-lhes com as mensalidades, com o cumprimento dos contratos; a desmoralização dessa gente subiu ao último auge, foi preciso conter uns pela força, outros foram despedidos, e alguns fugiram!!!³⁴⁵

Aos 21 de janeiro de 1863, foi publicada na sessão “publicação a pedido” do *Correio Mercantil* a primeira parte de um texto de autoria de José Pereira Tavares. Nesse espaço, no qual muitos leitores encontravam a oportunidade de veicular ao grande público crônicas, provocações e críticas - anonimamente ou não -, Tavares pretendia apresentar, “com franqueza e verdade”³⁴⁶, sua versão dos fatos ocorridos na Imperial Companhia Seropédica Fluminense. O trecho acima destacado descreve o que José Tavares chamou de “o estado de anarquia” em que a empresa se encontrava em 1855. De acordo com ele, esse período é marcado pela organização – ou, como preferiu definir o autor, *desorganização* – e atuação da primeira diretoria, acusada de existir apenas “*in nomine*”.

Na década de 1860, José Pereira Tavares já era uma pessoa conhecida na província do Rio de Janeiro, ao menos há duas décadas. Vinte anos antes, Tavares aplicou seus recursos na construção dos primeiros edifícios de um estabelecimento para a produção de seda no município de Itaguaí. Mais tarde, como vimos no primeiro capítulo, as relações construídas entre o proprietário e as autoridades provinciais resultaram no amparo estatal à empresa, cujo auge se deu em meados da década de 1850, com a incorporação do estabelecimento em sociedade anônima.

“Tudo foi contrariedades a respeito da marcha do estabelecimento”, dizia Tavares sobre a transição administrativa sofrida pelo estabelecimento. Aprovado os estatutos que norteariam o funcionamento após a incorporação, os impasses na distribuição das ações dificultaram o andamento da produção. A falta de acionistas representava a falta de verbas e, sem elas, era impossível prosseguir. A dificuldade financeira atingia, sobretudo, as relações entre empregadores e empregados, pois impedia o cumprimento dos contratos estabelecidos com os trabalhadores, acarretando uma série de reações por parte desses.

³⁴⁵ CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro. 28 de jan. 1863.n. 00028, 1848-1868. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=21468>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

³⁴⁶ CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro. 21. de jan. 1863, n. 00021. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=21440>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

Neste capítulo, nosso objetivo é investigar justamente as relações de trabalho e os trabalhadores da empresa. A Imperial Companhia Seropédica Fluminense organizou seu funcionamento, entre as décadas de 1840 e 1860, a partir do uso de mão de obra escravizada e de colonos livres, apesar da defesa direta da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre, tanto por parte dos homens administraram a companhia, quanto por parte do próprio governo provincial. Substituição essa que, como vimos no capítulo anterior, passou a ser imposta por lei de 1856, porém nunca efetivada de fato.

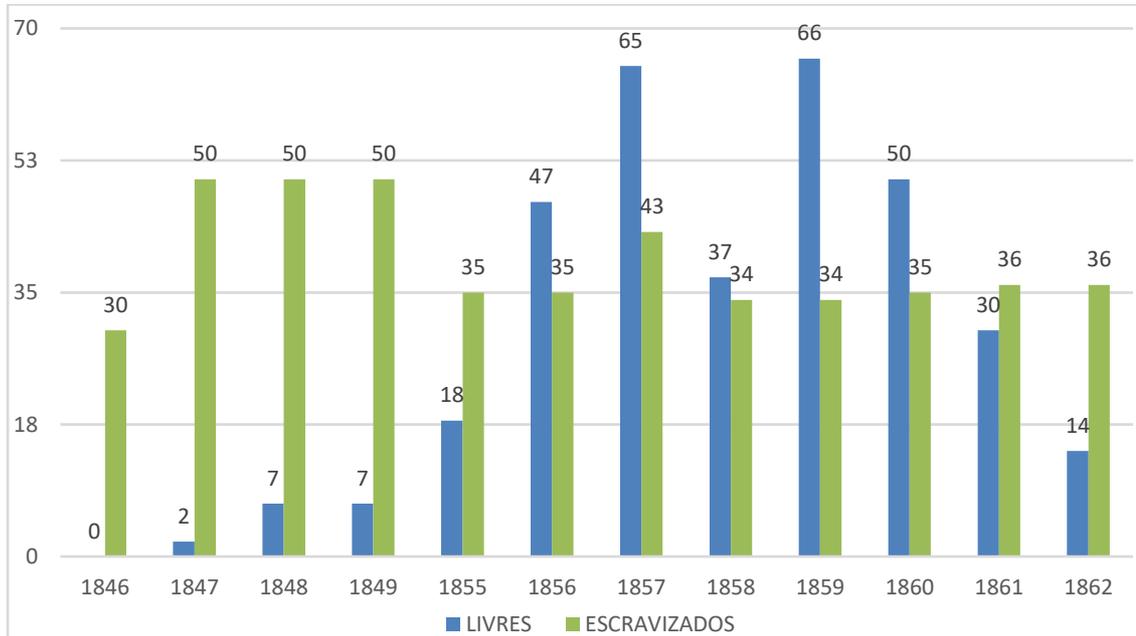
Buscaremos aqui tratar do perfil dos trabalhadores, a organização do trabalho, a divisão sexual em vigor, as diferentes modalidades de arranjos e contratos de trabalho, as garantias oferecidas, assim como averiguar como todos esses elementos repercutiam sobre os trabalhadores. Para tanto, recorreremos a uma gama de relatórios produzidos entre as décadas de 1840 e 1860 sobre o estabelecimento. Dentre eles, destacamos os relatórios apresentados por Tavares à assembleia legislativa e à presidência da província do Rio de Janeiro; os elaborados pela diretoria da companhia aos acionistas; os feitos pelas comissões formadas pela assembleia legislativa para visita e avaliação do estado do estabelecimento; e os da presidência da província.

3.1. Livres e escravizados empregados na Imperial Companhia Seropédica Fluminense

Entre a construção dos primeiros prédios e a decadência do estabelecimento, uma grande quantidade de mulheres e homens foram empregados na Imperial Companhia Seropédica Fluminense. Livres e escravizados, nacionais e imigrantes, adultos e menores, contratados e extraordinários ocuparam os edifícios e dedicaram grande parte de seus dias ao trabalho na produção da seda. Sob arranjos de trabalhos diversos, esse grupo variou ao longo dos anos. O gráfico a seguir foi feito no intuito de apresentar uma amostragem geral do quadro de trabalhadores entre os anos 1844 e 1862.

A elaboração se deu a partir do cruzamento de informações presente em relatórios coletados sobre o estabelecimento, datados do período anterior e posterior a incorporação em sociedade anônima. Esses números, no entanto, referem-se a quantidade de trabalhadores citadas na data da assinatura desses documentos. Tal característica impediu analisar a flutuação mensal dos sujeitos na maior parte do período analisado. A exceção a isso foi o período compreendido entre 1859 e 1861. Há, também, uma lacuna temporal entre os anos de 1850 e 1854, pois não encontramos documentos que apresentassem esses números para tal período.

Gráfico 1 – Escravizados e livres empregados na Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1846-1862)



Fonte: RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho., 1846. p. 82.; FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018.; AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro, 1855, n. 004, v.V. 1833 -1896 ; CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858.; CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assemblea geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropédica Fluminense*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862.

No intervalo em que o estabelecimento era propriedade de José Pereira Tavares, os dados foram coletados de quatro relatórios redigidos em situações e por pessoas diferentes. A primeira informação do contingente de trabalhadores disposto no gráfico foi informada por Tavares em um relatório reproduzido no relatório de presidente da província de 1846. Na época, Tavares já havia recebido uma quantia considerável dos cofres públicos e tal relatório enviado à presidência da província fazia parte das condições estipuladas entre as partes. Os números referentes aos dois anos seguintes foram retirados de relatórios de Antonio Santos Cruz e Antonio Pinto de Figueiredo Antas, que visitaram o estabelecimento nos anos de 1847 e 1848, respectivamente. Os dois são creditados como engenheiros e suas visitas também vão de encontro às condições estipuladas pelo contrato entre Tavares e a presidência da província. Por fim, pertencente a esta primeira etapa, encontramos um relatório de Tavares, datado de 1849, informando que o estabelecimento mantinha o número de livres e escravizados que tinham sido vistos pelos engenheiros nos anos anteriores.

Se na primeira etapa da trajetória do estabelecimento os dados são escassos e não cobrem todo o período, de 1855 em diante, a situação muda. Isso se deve ao fato de que os estatutos da Imperial Companhia Seropédica Fluminense estabeleciam que, semestralmente, a diretoria deveria fazer um balanço que seria apresentado nos relatórios aos acionistas em sessões ordinárias, ocorridas nos primeiros quinze dias de janeiro e julho.³⁴⁷ Não há menção do que deveria conter nesse balanço e, na ausência de um padrão que conduzisse a elaboração do documento, as informações eram apresentadas de acordo com o que o presidente da diretoria considerasse relevante. Algumas informações aparecem em todos eles, como, por exemplo, o estado dos prédios, do pessoal, das obras, da produção, apresentadas no primeiro capítulo.

Os números dos livres e escravizados empregados nos anos de 1855 e 1856 referem-se aos relatórios assinados por João Antonio Miranda, que ocupava o cargo de presidente da primeira diretoria eleita. Os dados que compõem a tabela de 1857 em diante estão disponíveis nos relatórios de 1858 e 1862, assinados por Francisco José Cardoso, presidente da segunda diretoria. Nesses dois últimos, encontram-se mapas anexos que apresentam referências a nomes, sexo, idade, nacionalidade, ocupação da mão de obra empregada, entre outros, o que possibilitou a construção de alguns perfis que serão discutidos nos tópicos seguintes.

O gráfico apresenta a flutuação do número de livres e escravizados empregados no estabelecimento. A característica principal dos dados aferidos foi a existência de um período de aumento progressivo seguido da queda dos números, tanto para livres quanto para os escravizados. Entre os escravizados, foi registrado um aumento de 66% do ano de 1846 para 1847, seguido de uma queda de 42% entre 1849 e 1855, passando por um aumento de 22% em 1857 e, por fim, uma nova queda de 26% em 1858. Entre 1858 a 1862, o número de escravizados se manteve mais ou menos o mesmo.

No caso dos livres, a flutuação foi mais intensa justamente pelos investimentos realizados pelos administradores no sentido de “substituir” a mão de obra escravizada, principalmente no período em que o estabelecimento se tornou uma sociedade anônima. Já mencionamos aqui que a ideia de substituir aparece nos estatutos da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, assinado em 1854. Neste caso, observamos entre 1849, último ano em que encontramos informações para o período em que ainda era um estabelecimento privado, e 1855, ano de atuação da primeira diretoria eleita, um aumento de 157%.

³⁴⁷ BRASIL. Decreto nº 1342 – de 02 de março de 1854, art. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1342-2-marco-1854-59018publicacaooriginal-115339-pe.html>> Acesso em: 05 de jan. 2021.

Apesar da elevada taxa de aumento entre 1849 e 1855, ainda mais expressivo foi o aumento gradativo no número de livres nos anos que se seguiram. Entre 1855 e 1856, houve um aumento de 161%. Já entre 1856 e 1857, encontramos um crescimento de 38%. Sabemos que a aprovação da lei n. 880 de 1856, que concedeu quatro parcelas anuais de 30:000\$ a contar de 1857³⁴⁸, influenciou o aumento no número de livres no estabelecimento. Dentre as condições para o acesso à quantia, encontra-se explicitamente a ordem de substituir escravizados por livres no espaço de 18 meses. Todavia, o gráfico mostra que essa condição nunca foi de fato alcançada.

Contudo, mesmo antes da imposição da lei n. 880, é possível dizer que a intenção de estabelecer contratos com trabalhadores livres foi preocupação da administração do estabelecimento ao longo de todo o seu período de funcionamento. Nesse interim, variaram-se as estratégias. Entre 1846 e 1849, a forma pela qual Tavares adotou para arregimentar pessoal livre foi o recrutamento no exterior de trabalhadores europeus. O estabelecimento, nessa época, contou com um quadro de trabalhadores marcado por uma diferença discrepante entre livres e escravizados. Antonio Santos Cruz informou que o estabelecimento contava com 50 escravizados “de ambos os sexos de diferentes idades”³⁴⁹, em 1847. Segundo o engenheiro, Tavares pretendia obter mais vinte e quatro escravizados. No entanto, setenta e quatro ainda era insuficiente, pois, para ele

(...) além da diversidade de serviço, sempre se deve contar com alguns doentes. O laboratório de fição que com 6 caldeiras de fiar ocupa atualmente 14 pessoas, incluindo o maquinista, quando tiver as 24 caldeiras deve ocupar 50 pessoas. No viveiro de criação também se devem empregar muitas pessoas, atenta a sua grandeza, porque o contínuo cuidado que requer o bicho da seda, *torna quase necessário o emprego de turmas que revezem durante o dia e a noite.*³⁵⁰

Até então, os únicos trabalhadores livres presentes no estabelecimento eram “um casal de Italianos lombardos”.³⁵¹ Para além de apontar a falta de trabalhadores que dessem conta do trabalho desenvolvido no estabelecimento, Cruz enfatiza que, caso não aumentasse o quadro de

³⁴⁸JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 14 de jan. de 1857, n. 00012. 1850-1859. p. 01. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=21403>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

³⁴⁹ CRUZ, Antonio dos Santos. Anexo II: Informação que deu o engenheiro chefe do 2º districto Antonio dos Santos Cruz sob o estabelecimento seriniculo de Itaguahi, de que é empresário José Pereira Tavares. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares.* Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 2.

³⁵⁰ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares.* op. cit p. 2. (grifo meu).

³⁵¹ Ibid, p. 2.

empregados, quem quer que se estabelecesse enquanto trabalhador enfrentaria um regime árduo de trabalho diário devido os cuidados que a produção exigia.

No que consta no relatório de Cruz, Tavares aguardava a chegada de oito trabalhadores livres engajados em Milão, que embarcariam no porto de Genova com o destino ao Rio de Janeiro.³⁵² Sete dos oito funcionários se dividiriam entre ocupações no laboratório de fiação e no viveiro, enquanto o último seria empregado na cultura da amoreira. No ano seguinte, Antonio Antas indicou a presença de sete trabalhadores da Lombardia no estabelecimento, “um cultivador de amoreiras, um viverista, um preparador da seda e encarregado da direção do laboratório de fiação, e quatro fiadeiras”.³⁵³ Não há menção ao casal de italianos informado por Antonio Cruz no ano anterior.

No capítulo anterior, vimos que a trajetória do estabelecimento é contemporânea dos debates e diferentes projetos que tinham a intenção de estabelecer um sistema de colonização apropriado ao contexto brasileiro, bem como influenciada por eles. Exploramos, dessa forma, os distintos sentidos que a ideia de colonização possuía no interior de algumas dessas propostas, como, por exemplo, nas colônias de parceria paulistas, ou nas elaborações teóricas sobre sistemas de colonização ideais apresentadas por diferentes viajantes que visitaram o Brasil ao longo do século XIX.

Nesse contexto, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense investiu no engajamento de colonos europeus, ora recrutando no exterior com o auxílio das autoridades consulares, ora recrutando no território nacional, a partir de uma dentre tantas outras empresas que se dedicaram a angariar europeus e fazer a travessia para o Brasil, a Associação Central de Colonização. Na prática, como vimos, a experiência desses trabalhadores europeus tem uma certa semelhança com a descrição feita por José Pereira Tavares e publicada no *Correio Mercantil*: “aos colonos faltavam-se lhes com as mensalidades, com o cumprimento dos contratos; a desmoralização dessa gente subiu ao último auge, foi preciso conter uns pela força, outros foram despedidos, e alguns fugiram”.³⁵⁴

³⁵² Ibid, p. 2.

³⁵³ ANTAS, Antonio Pinto de Figueiredo. Anexo III: Exame feito no estabelecimento seropedico de que é proprietário o cidadão José Pereira Tavares, no curato do Bananal em Itaguahy, pelo engenheiro Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 2.

³⁵⁴ CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro. 28 de jan. 1863, n. 00028. 1848-1868. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=21468>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

Sem dúvidas, os colonos europeus estiveram no centro das preocupações dos administradores quando o assunto era investir na contratação de trabalhadores livres. Não há dúvidas também que, junto aos colonos, existiam os escravizados. O número daqueles tendeu a crescer até que as dificuldades em se manter esse tipo de acordo se tornasse insustentável. Entre 1856 e 1862, o número de trabalhadores livres empregados no estabelecimento teve seu ápice e declínio. No processo de decréscimo da quantidade de pessoal livre, o ano de 1862 registrou o menor número na amostragem, num total de quatorze trabalhadores. Esse número representou uma queda de 114% em relação ao ano de 1861.

Até aqui, nossa exposição se deu no sentido de apresentar a flutuação do número de livres e escravizados ao longo do período analisado. Contudo, é importante levar em consideração que dispor de forma paralela pouco nos diz sobre as características que os regimes de trabalho escravo e o regime de trabalho livre possuíram no conjunto de mão de obra empregada no estabelecimento. Qual seria, portanto, a fronteira entre esses dois regimes de trabalho existentes na Imperial Companhia Seropédica Fluminense? Aliás, é possível delimitar uma fronteira fixa entre esses dois polos, aparentemente opostos?

As relações entre liberdade, escravidão e trabalho no Brasil oitocentista vem sendo discutido há tempos na historiografia brasileira. Peter Eisenberg refletiu sobre o assunto buscando observar aspectos que demonstravam “a continuidade entre o regime de trabalho do escravo e o regime de trabalho de um homem livre – o proletário”³⁵⁵ na década de 1980. O objetivo não era reduzir questões complexas ao simplismo, mas sim o de discutir elementos em comum entre as duas relações de trabalho, possibilitando a elaboração de críticas às narrativas em voga, que derivavam da ênfase nas diferenças entre os dois regimes. Adotar esse ponto de vista era uma forma de pôr em perspectiva algo que vinha se tornando um lugar comum, “um chavão, um uma questão fechada, com respostas padronizadas”³⁵⁶ nas pesquisas sobre o tema: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

A insistência na ideia de transição criou uma narrativa linear da história do Brasil, na qual o escravizado, que era entendido como meio de produção, desaparecia e, no seu lugar, surgia um trabalhador “que é dono de si, dono da própria capacidade ou da força de trabalho”³⁵⁷. Dessa dicotomia rigidamente delimitada, as diferenças entre um e outro eram comentadas na forma de demonstrar que

³⁵⁵ EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p. 188.

³⁵⁶ *Ibid.*, p. 187

³⁵⁷ *Ibid.*, p. 188.

(...) a escravidão era perniciosa para a vida econômica, social e até política do país. Joaquim Nabuco, em sua obra clássica *O abolicionismo*, bem expôs esse tipo de argumentação, que recebeu elaboração e ampliação nos estudos de Max Weber, chegando a nossos dias nos livros de Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender, entre outros. Todos estes argumentos compartilham do traço comum de apontar a irracionalidade e a ineficiência do trabalho escravo, quando confrontado com o trabalho livre.³⁵⁸

Eisenberg destacou quatro tipos de conclusões que eram apresentadas a partir desse traço em comum. A primeira, dizia respeito à inferioridade do escravizado fundamentada em questões psicológicas. O escravizado, dizia-se, trabalhava a partir de uma motivação negativa, o castigo, e por isso “a qualidade do seu serviço é pior do que a qualidade do serviço do proletário, que trabalha por uma motivação positiva”³⁵⁹, o salário. Argumentava-se, também, que os gastos com a supervisão do serviço eram maiores.³⁶⁰ Em terceiro lugar, afirmavam que o trabalho escravo impedia um progresso técnico, uma vez que não permitia a qualificação dos trabalhadores.³⁶¹ Por fim, a partir da afirmação anterior, alegava-se que o “o trabalho escravo acarretava maiores custos de produção que o trabalho livre”.³⁶²

Segundo Silvia Lara, a historiografia da transição estabeleceu o ano de 1888 como o marco temporal que dava início à história social do trabalho no Brasil, excluindo dela as experiências de sujeitos escravizados.³⁶³ Discutindo a partir dos novos olhares lançados aos estudos da experiência escrava, sobretudo a partir da década de 1980, nos quais o escravizado passa a ser entendido enquanto um sujeito ativo no processo histórico, a autora destacou algumas contribuições que se opunham à teoria da *transição*. A exemplo disso, temos que a noção de trabalho livre se manifestava de formas diferentes no período anterior e posterior a abolição, e não apenas como “se vender livremente a força de trabalho em troca de um salário”³⁶⁴. Esses estudos revelaram novas dimensões da experiência escrava e mostram como as redes de sociabilidade e os laços de solidariedade “bem como as práticas econômicas e sociais” construídas no período escravista, se mantinham no pós-abolição.³⁶⁵

Henrique Espada Lima, mais recentemente, argumentou que

(...) nas sociedades escravistas do século XIX, “liberdade” e “escravidão” são termos sobretudo jurídicos que se referem à propriedade e não são automaticamente traduzíveis como “trabalho livre” e “trabalho escravo”. Transferir os sentidos que eles

³⁵⁸ Ibid., p. 194-195.

³⁵⁹ Ibid., p. 195.

³⁶⁰ Ibid., p. 196.

³⁶¹ Ibid., p. 197.

³⁶² Ibid., p. 198.

³⁶³ LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, n.16, 1998. p. 26.

³⁶⁴ Ibid., p. 28.

³⁶⁵ Ibid., p. 34.

carregam desde um espectro do campo jurídico para outro não pode ser feito sem um exame cuidadoso da pertinência desse movimento. O perigo da sobreposição das duas ordens de sentido (...) acaba por conduzir a interpretações viciadas que se traduzem na leitura das sociedades escravistas (...) em termos insistentemente evolucionistas.³⁶⁶

Para o autor, essas produções com perspectivas teleológicas apoiam-se teoricamente na “interpretação da sociedade capitalista contemporânea a partir da imagem que ela produziu para si mesma”³⁶⁷. Essa imagem deriva dos princípios da economia política do século XVIII, que fundamentou a sociedade europeia oitocentista criando para si um repertório teórico articulado à ideia de “sociedade de mercado”, na qual a dinâmica da produção e trocas deveria ser através de um livre mercado auto-regulável, algo que nunca se concretizou precisamente como o postulado.³⁶⁸ Todavia, foi a partir desse repertório baseado na liberdade que se reorganizou o mundo do trabalho na Inglaterra, principalmente após a revolução industrial, desarticulando antigas modalidades de trabalho fundamentado na “regulação, coerção e tutela”.³⁶⁹ Essa reorganização estipulou a relação de trabalho baseada “na ideia de que o trabalhador deveria sobreviver unicamente da venda ou aluguel das suas forças”.³⁷⁰ Para além disso, o trabalho livre, em termos ideais, também envolveria

liberdade de escolha, ausência de coerção para o trabalho, capacidade de mobilidade dos trabalhadores, impessoalidade na relação patrão/empregado, (...) oferta de oportunidades de trabalho e possibilidades de acesso a elas por parte dos trabalhadores. Além disso, ele supõe que a ausência de coerção para o trabalho seja um valor partilhado também pelos empregadores.³⁷¹

Tais elementos, quando analisados empiricamente, quase nunca fizeram parte do cotidiano das relações de trabalho dos trabalhadores livres em diversas partes do mundo. Na prática, inclusive, o “trabalho livre” apresenta-se de diferentes formas que podem se configurar como o trabalhador assalariado, mas também em arranjos onde há a presença de elementos coercitivos ou em situações de trabalho análogas à escravidão, para citar algumas delas.³⁷² Igualmente plurais foram os arranjos de trabalho envolvendo sujeitos escravizados no Brasil. Nos mais de três séculos de vigência de escravidão, algumas dessas modalidades foram “o negro de ganho, o negro de aluguel, o escravo assalariado, o escravo pago por produto, e até, no vocabulário da época, o escravo “capitalista”, que ganhava um tipo de juros sobre o dinheiro

³⁶⁶ LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005. p. 299.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 298.

³⁶⁸ *Ibid.*, p. 289-290.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 291.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 292.

³⁷¹ *Ibid.*, p. 296.

³⁷² *Ibid.*, p. 295.

que emprestava”.³⁷³ Com efeito, a observação da inexistência de uma fronteira demarcada e da coexistência de diferentes formas de trabalho intermediários entre livres e escravizados ao redor do mundo contribuem para repensar o próprio conceito de classe trabalhadora originado na Europa do século XIX.³⁷⁴

Partindo disso, a questão que nos interessa passa a ser compreender os tipos de relações de trabalho que os termos “livres” e “escravos” diziam respeito no interior da Imperial Companhia Seropédica Fluminense. No relatório apresentado aos acionistas em 1856, João Antonio Miranda informou que “conta hoje o estabelecimento, entre *colonos, operários, trabalhadores, empregados e escravos*, oitenta e duas pessoas”.³⁷⁵ Dentre os escravizados, o então presidente informava a existência de trinta e cinco, tal qual no ano anterior.³⁷⁶ O número de colonos também foi apresentado de maneira exata: lá estavam os quinze que haviam chegado no ano anterior e o contrato com outros dezoito já tinha sido firmado; logo é provável que o estabelecimento contasse com a presença de trinta e três colonos. Logo, das oitenta e duas pessoas, sessenta e oito eram colonos e escravizados, sobrando, assim, quatorze. É possível que essas pessoas se dividissem entre os operários, trabalhadores e empregados.

As categorias apresentadas por João Miranda certamente possuíam significados próprios cuja compreensão não era alheia aos seus contemporâneos. Talvez seja provável até dizer que, no cotiando do serviço, todas essas categorias estiveram lado a lado, desempenhando as mesmas funções.³⁷⁷ No entanto, acreditamos que a variedade de categorias pode sugerir a existência de diferentes acordos entre as partes envolvidas. Nesse sentido, o próximo tópico será espaço para discutirmos, a partir da documentação coletada e no limite do que as evidências apresentam, os arranjos de trabalho estabelecidos na Imperial Companhia Seropédica Fluminense.

³⁷³ EISENBERG, op. cit., p. 188.

³⁷⁴ LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. In: *HISTÓRIA*, São Paulo, v.24, n.2, p.11-40, 2005.

³⁷⁵ AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro. 1855, n. 004, v.V. 1833 -1896. p. 298. (grifo meu). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=302295&pasta=ano%20185&pesq=seropedica&pagfis=9958>Acesso em:

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 297.

³⁷⁷ Luiz Carlos Soares observou que nos estabelecimentos manufatureiros da corte, que começam a crescer em 1840 se intensificando na década de 1860, quando 1146 fábricas foram cadastradas, trabalhadores livres e escravizados por vezes desempenharam funções iguais, inclusive nas que havia necessidade de conhecimento técnico adequado. Cf.: SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” no Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p. 146-148.

3.2. Do acordo entre as partes: contratos e arranjos de trabalho estabelecidos na Imperial Companhia Seropédica Fluminense

De acordo com Lima, a sociedade sobre regime de mercado alterou a jurisdição em torno da organização do trabalho e a característica central desse novo modelo se tornou o contrato. O trabalho passou a ser entendido como uma mercadoria que deveria obedecer às dinâmicas internas do livre mercado, cujo e o resultado entre as partes seria um acordo baseado em um salário pelo serviço prestado.³⁷⁸ O resultado esperado por esse modelo seria uma reorganização pautada na racionalidade, no entanto, como argumenta o autor,

Sobre o pano de fundo da reciprocidade jurídica do contrato de trabalho, perfila-se, assim, a alteridade fundamental das posições sociais dos contratantes, e o espaço pacificado das relações comerciais transmuta-se num campo de batalha para toda a vida quando se reintroduz a dimensão temporal no contrato de trabalho. O empregador pode esperar, pode contratar ‘livremente’, pois não está sob o domínio da necessidade. O trabalhador é determinado biologicamente a vender sua força de trabalho, pois está na urgência, tem necessidade imediata de seu salário para sobreviver.³⁷⁹

A ideia de contrato fazia parte dos diferentes projetos ligados às relações de trabalho no Brasil do século XIX. A lei de 13 de setembro de 1830 regulamentou o contrato por escrito sobre prestação de serviços por tempo determinado, efetuados dentro ou fora do Império, para brasileiros e estrangeiros.³⁸⁰ Posteriormente, a regulamentação de contratos de serviço foi reorganizada pela lei de 11 de outubro de 1837 e, diferentemente da anterior, tratava de relações estabelecida apenas com estrangeiros.³⁸¹

Em ambas as leis se encontram estipulados direitos e deveres para as partes envolvidas, contudo, além de estabelecer mecanismos de coerção ao trabalho, as penalidades mais rigorosas recaíam sobre os trabalhadores. Discutimos no capítulo anterior que a aprovação dessas leis se relacionava às apreensões e expectativas geradas pela possibilidade de proibição do tráfico atlântico, prevista para o mesmo ano pelo tratado entre Brasil e Inglaterra de 1826³⁸², que entrou em vigor em março de 1830.³⁸³ Apesar de representarem um passo em relação a regulação das

³⁷⁸ LIMA, op. cit., p. 293.

³⁷⁹ Ibid., p. 294.

³⁸⁰ BRASIL. Lei 13 de Setembro de 1831. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html> Acesso em: 12 jan 2021.

³⁸¹ BRASIL. Lei 11 de Outubro de 1837. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/541072/publicacao/15632760>> Acesso em: 12 jan 2021.

³⁸² MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Leis para “os que se irão buscar” – imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 56, p. 63-85, jan/jun. 2012. p. 66.

³⁸³ Antes e após o tratado de 1826, a proibição do tráfico foi imposta por outras medidas, tais quais o tratado entre Portugal e Inglaterra em 1810, o tratado de 1815, a lei de 7 de novembro de 1831 e a lei Eusébio de Queirós, de 1850. Cf.: MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 19.

relações de trabalho no Brasil, as leis de locação de serviços da década de 1830 deixavam de fora relações de trabalho envolvendo sujeitos escravizados, libertos e nacionais.

No que concerne as relações de trabalho firmadas com trabalhadores nacionais, além da lei de 1830, é possível encontrar algumas disposições no Código Comercial do Império de 1850. O Título X da lei nº 556 de 25 de junho de 1850, definia as regras gerais para a locação mercantil. Entende-se por locação mercantil “o contrato pelo qual uma das partes se obriga a dar a outra, por determinado tempo e preço certo, o uso do seu trabalho”³⁸⁴ e dizia respeito ao serviço por empreitada. Segundo Denise Moura, na província paulista, o arranjo de trabalho por empreitada permitia ao homem livre e pobre “preservar a mobilidade fundamental para a viabilização de sua sobrevivência e dos laços de sociabilidade necessário”³⁸⁵, ao permitir a possibilidade de conciliar diferentes tarefas.

Para os libertos, a lei n. 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como a Lei do Ventre Livre, regulamentou a possibilidade do acesso à liberdade através da “prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do senhor e aprovação do Juiz de Órfãos”.³⁸⁶ Lima argumenta que a lei 2.040, considerada “peça central de uma estratégia legal que atrelava diretamente a libertação dos escravos à reordenação do trabalho e a transição para um mercado de trabalho livre”³⁸⁷ deu “consistência jurídica” às práticas costumeiras, tais quais a elaboração de contratos de prestação de serviço feitas por libertos e libertandos, que já eram realizados antes de 1871.

Apresentamos, até agora, algumas das leis que dispunham sobre aspectos ligados às relações de trabalho por contrato entre livres e escravizados ao longo de boa parte do século XIX. Outras, formuladas antes³⁸⁸ e depois³⁸⁹ das que expomos, não deixaram de ser evocadas em contratos estabelecidos ao longo do período, mesmo quando a lei citada não cabia a relação

³⁸⁴ BRASIL. Lei de 25 de junho de 1850. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-556-25-junho-1850-501245-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 de jan. 2021.

³⁸⁵ MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: área de publicação CMU/Unicamp, 1998. p. 102.

³⁸⁶ BRASIL. Lei de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.html>. Acesso em: 12 de jan. 2021.

³⁸⁷ LIMA, op. cit., p. 302.

³⁸⁸ De acordo com Flávia de Souza, as Ordenações Filipinas do século XVII apresentou regras básicas para o trabalho por soldada ou empreitada no âmbito doméstico. SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1892)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. p. 254-255.

³⁸⁹ Acerca da Lei de Locação de Serviços de 1879, cf.: LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988.

que se buscava estabelecer.³⁹⁰ Além disso, a pluralidade de dispositivos legais que visavam tratar da locação de serviços indica não só que o tema era recorrente nas pautas parlamentares, mas também remete às dificuldades encontradas para se criar uma legislação sobre as relações de trabalho que desse conta da realidade da sociedade.

Conforme apontou Keila Grinberg, a ausência de um Código Civil no período Imperial impediu que qualquer proposta ligada à regulamentação das relações de trabalho livre obtivesse algum sucesso.³⁹¹ De acordo com a autora, mesmo previsto desde 1824, as dificuldades para a criação do Código Civil se relacionavam “as disputas em torno da definição do conceito de cidadania”³⁹², uma vez que para se codificar o direito civil, era necessário estar claro a quem ele seria destinado, ou seja, quem seria o cidadão.

Nesse sentido, não era possível ignorar uma parcela considerável da sociedade brasileira daquela época: os escravizados. Do ponto de vista jurídico, o escravizado possuía uma definição ambígua, ora tido como coisa, ora tido como pessoa.³⁹³ Além disso, existia o fato de que, ao longo do século XIX, as possibilidades variadas de acesso a liberdade por alforria tornava a escravidão, em algumas situações, uma situação de transitoriedade.³⁹⁴ Dessa forma, as diferentes formas que a escravidão se apresentava impediu sua conceituação jurídica de maneira precisa.³⁹⁵ Logo,

ou tentava-se adequar as várias condições sociais existentes nesse período a um formato jurídico comum, e procedia-se à realização do Código Civil; ou se abria mão da regulamentação do direito civil enquanto existissem seres humanos que eram, ao mesmo tempo, coisa e pessoa ou – pior, que pudessem passar de coisa a pessoa e vice-versa. E foi isso que aconteceu. Enquanto existiram no Brasil pessoas livres, mas que haviam sido escravas; pessoas escravizadas, mas que trabalhavam em troca de uma remuneração, na maioria das vezes com consentimento de seu senhor, ninguém conseguiu escrever um Código Civil.³⁹⁶

O dilema enfrentado ocorria não só nos debates sobre os projetos de criação de um Código Civil, mas também nos debates acerca das leis de locação de serviço, sobretudo após a aprovação da Lei do Ventre Livre. Todas elas foram restritivas. Ademais, vale lembrar que a existência de legislação sobre o assunto não garante seu pleno funcionamento. Denise Moura

³⁹⁰ Henrique Lima encontrou a lei de locação de serviços de 1837, que, a rigor, era restritiva a colonos estrangeiros, sendo evocada em contratos estabelecidos com libertos antes e depois da lei de 1871. Cf. LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, 2009. p. 168-169.

³⁹¹ GRINBERG, Keila. *Código Civil e Cidadania*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2008. p. 61.

³⁹² *Ibid.*, p.10.

³⁹³ *Ibid.*, p. 53-54.

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 55.

³⁹⁵ *Ibid.*, p. 57.

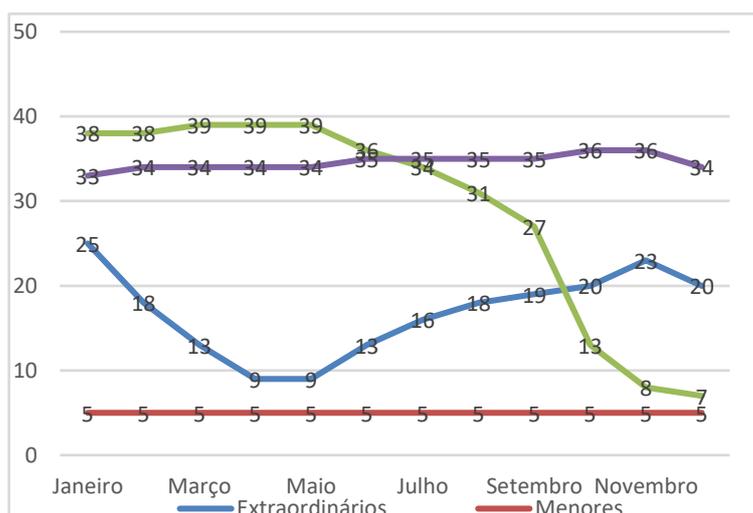
³⁹⁶ *Ibid.*, p. 57-58.

argumenta que a “palavra dita” sobre os arranjos de trabalho era prática comum entre homens livres pobres e os cafeicultores.³⁹⁷ Ou seja, costumeiramente, contrato, tempo de trabalho e pagamento eram oralmente estabelecidos, sem a necessidade de um contrato por escrito.

Em outras situações, sobretudo em casos em que coexistiam livres – imigrantes e nacionais – e escravizados, a assinatura de um contrato podia ser aplicada apenas a um dos grupos. Tal situação ocorreu na construção da estrada de ferro analisada por Robério de Sousa. Os imigrantes italianos engajados contavam com contratos e a tutela do consulado sardo para que as garantias previstas fossem efetivadas, enquanto os trabalhadores livres não tinham acesso a esse mecanismo.³⁹⁸ Deste modo, mesmo que a precariedade das condições de trabalho fosse geral, as desigualdades geradas pela ausência do contrato eram perceptíveis.³⁹⁹

Na documentação coletada sobre a Imperial Companhia Seropédica Fluminense, a menção ao contrato se faz presente. Nesse sentido, coexistiram naquele espaço trabalhadores que tinham deveres e garantias previstas em contrato e aqueles em que a estipulação deles era acordada entre as partes, mas sem a presença de um documento. Em muitos casos, a primeira situação se transformava na segunda. Os gráficos abaixo apresentam essa flutuação de maneira mensal, entre os anos 1859 e 1861.

Gráfico 2. Trabalhadores extraordinários, menores inválidos, colonos e escravizados (1859)

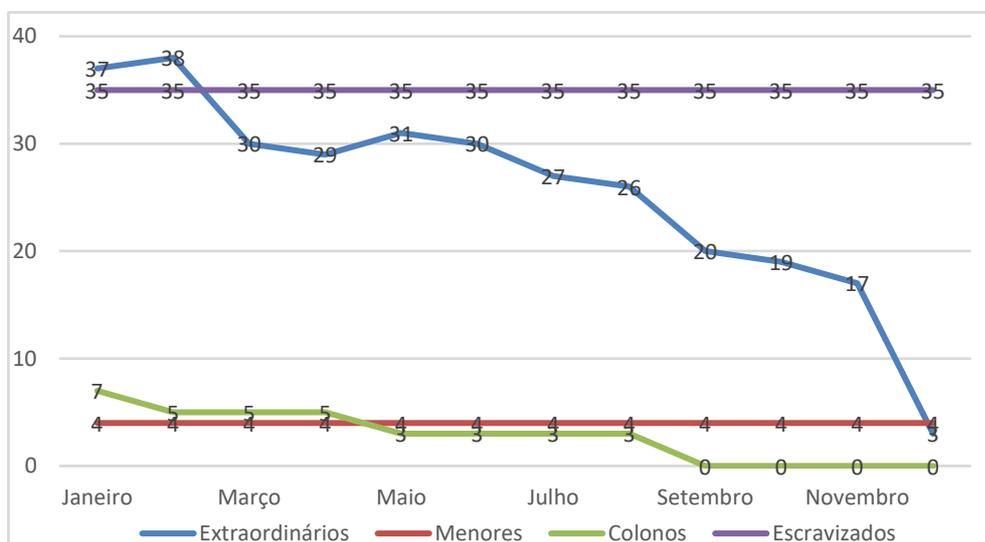


Fonte: CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assemblea geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropédica Fluminense*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862. Anexo N12.

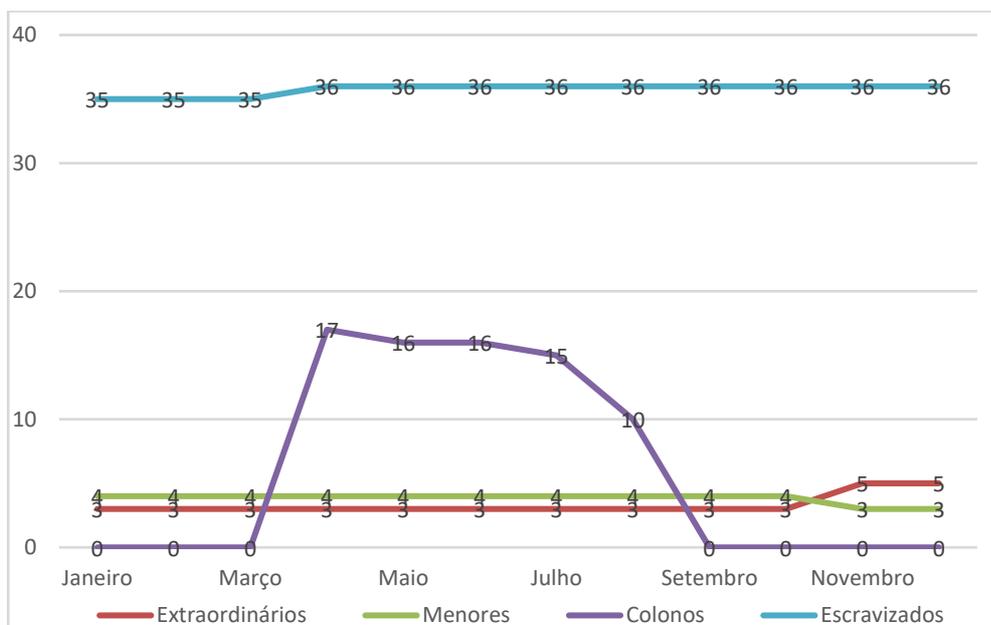
³⁹⁷ MOURA, op. cit., p. 104.

³⁹⁸ SOUSA, Robério Santos. *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas: ed. da Unicamp, 2015. p. 144.

³⁹⁹ Ibid., p. 149.

Gráfico 3. Trabalhadores extraordinários, menores, colonos e escravizados (1860)

Fonte: CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assemblea geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropédica Fluminense*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862. Anexo N13.

Gráfico 4. Trabalhadores extraordinários, menores, colonos e escravizados (1861)

Fonte: CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assemblea geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropédica Fluminense*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862. Anexo N14.

O cruzamento de informações presente nos relatórios que abrangem o período permitiu observar alguns aspectos que remetem aos arranjos de trabalho estabelecidos na Imperial Companhia Seropédica Fluminense. Infelizmente, não foi possível encontrar contratos que permitissem observar os termos das negociações estabelecidas. Para isso, contaremos com as informações mencionadas por Cardoso. As condições de moradia, os gastos com o sustento de pessoal e o perfil salarial são alguns dos pontos mencionados que podem indicar as condições oferecidas.

A categoria de trabalhadores extraordinários já havia sido informada por João Miranda em 1856. Na gestão de Cardoso, ela indicou ao menos dois arranjos de trabalho distintos. O primeiro, remete aos trabalhadores contratados para a realização das obras que se iniciaram em 1857. Para atender as condições estipuladas pela lei n. 880 de 1856, um plano de obras para expandir a estrutura física do estabelecimento foi aprovado pela assembleia dos acionistas. “Desde então parecia que o fim da empresa era fazer casas e não criar bichos da seda! (...) Planejou um sistema de edificação e começou a realizá-lo até que esgotando-se a subvenção, achou-se com casas sem poder dar-lhes o destino conveniente!”⁴⁰⁰, sinalizaram Manoel Frias, Vasconcellos Oliveira e Manoel Almeida Júnior em 1862, quando visitaram o estabelecimento para avaliarem o emprego dos auxílios provinciais e a moralidade das contas do estabelecimento.

Esse plano de obras continha reparos nos edifícios que já existiam, aperfeiçoamento de estradas e construções de novos prédios. No relatório que tratou do primeiro ano de construções, Cardoso informava que as obras “indispensáveis ao estabelecimento da empresa”⁴⁰¹ encontravam-se em “boas vias de execução”. Contudo, queixava-se da ausência de “operários artistas que se possam empregar nas edificações”.⁴⁰² Para realizá-las, a diretoria havia empregado dezenove trabalhadores extraordinários, três mulheres e dezesseis homens. Dentre eles, doze eram escravos alugados de algum senhor. Esse grupo atuou nas obras fornecendo os serviços de pedreiro e carpintaria. Na listagem informada, não consta o tempo que permaneceram trabalhando no estabelecimento, mas devido ao planejamento de obras estabelecido, podemos supor que foi um período longo. Diferentemente das outras categorias, esses trabalhadores recebiam por jornada de serviço e o valor pago variou entre 533\$ e 1:280\$.

⁴⁰⁰ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. 1862. Anexo 1, p. A1-9. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=48&s=0&cv=137&r=0&xywh=-717%2C0%2C3592%2C3391>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

⁴⁰¹ CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858. p. 7.

⁴⁰² *Ibid.*, p. 9.

O segundo arranjo de trabalho que se incluía na categoria extraordinários foi o estabelecido com colonos que retornavam ao estabelecimento após o fim de seus contratos. Em setembro de 1858, por exemplo, trinta e sete colono foram engajados e tiveram seus contratos encerrados em 1859.⁴⁰³ Eles “procederam não só regularmente, como bem”⁴⁰⁴, nas palavras de Cardoso. Alguns deles “atendendo à falta de braços, voltam (...) ao serviço do estabelecimento, ganhando 12\$000 por mês cada um”⁴⁰⁵. No gráfico 2, é possível notar que, em janeiro de 1859, o estabelecimento contava com 38 colonos. Não sabemos quantos voltaram, mas dado a queda dessa categoria acompanhada pela ascensão no número de extraordinários, supomos que, aos que permanecerem, um novo acordo foi estabelecido.

Em relação ao salário, a comparação entre os valores que os colonos contratados extraordinariamente após o encerramento de seus contratos originais recebiam não variou tanto em relação ao período em que o contrato ainda estava em vigor. Dos cinquenta e oito trabalhadores listados como livre no ano de 1857, quarenta e nove eram colonos cujos contratos tinham a duração de 15 meses. O valor despendido para a realização do seu engajamento, envolvendo todo os gastos da travessia, foi de 96\$322 réis por pessoa. Com seus serviços, os colonos pagariam o valor da passagem em troca de uma gratificação mensal que variou de 8\$000 a 12\$000.⁴⁰⁶

Nos anos que se seguiram, os contratos estabelecidos com colonos passaram a ser regidos pela portaria de 18 de novembro de 1858 que instituiu instruções gerais para a importação, distribuição e estabelecimento de colonos no Brasil. Dentre elas, ficou estabelecido que os trabalhadores eram considerados livres para celebrar os contratos que quisessem. Caso fosse o contrato de locação de serviço, deveria vigorar por até dois anos. Contratos de outra natureza teriam a duração de no máximo cinco anos e só poderia ser passado para outro com o consentimento do trabalhador. Moradia, sustento e cuidados em casos de doença eram responsabilidades do empregador. O trabalhador deveria receber os instrumentos necessários para os serviços e dispor de algum terreno para as plantações particulares, caso a propriedade tivesse proporções para tal. O colono não seria obrigado a trabalhar por mais de 12 horas, com direito a descanso e almoço nesse período, e não trabalharia em domingos e dias santos. Caso

⁴⁰³ CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assemblea geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropédica* Fluminense. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862. p. 5.

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p. 5.

⁴⁰⁵ *Ibid.*, p. 5.

⁴⁰⁶ CARDOSO, 1858, op. cit., mapa do pessoal livre do estabelecimento.

o contrato que regesse a relação fosse o de locação de serviço, além do que aqui foi citado, o empregador deveria pagar um salário mensal que variava entre 8\$000 e 12\$000.⁴⁰⁷

Vimos no capítulo anterior que a aprovação da portaria foi uma resposta do governo brasileiro às proibições da vinda de imigrantes para cá, estabelecida por alguns chefes de estado europeus em decorrência das revoltas de colonos ocorridas na década de 1850. A determinação de um prazo de duração de contrato e a questão das transferências consentidas, por exemplo, serviam como resposta as rebeliões de colonos ocorridas em São Paulo e buscavam “amenizar os contratos de parceria”.⁴⁰⁸ Nesse sentido, algumas das disposições já se faziam presentes no cotidiano das relações envolvendo colonos, como a possibilidade de fazer uso de um pedaço de terra, os cuidados adequados quando acometidos por doenças, a moradia e o sustento.

Na Imperial Companhia Seropédica Fluminense, os colonos também encontravam alojamentos específicos para sua moradia, alguns deles construídos na década de 1840. Em 1847, foi registrado por Antonio dos Santos Cruz a existência dois prédios que serviam de residência para os trabalhadores. Com a mudança na configuração espacial do estabelecimento na década de 1850, outros prédios para esse fim foram construídos. A diretoria empenhou seus recursos na construção de uma casa para empregados sem família e reparos na residência destinada aqueles que possuíam famílias.⁴⁰⁹

A casa para empregados com família foi construída em pedra e tijolo e contava com dezoito compartimentos, “sendo um destinado para a cozinha comum dos operários”.⁴¹⁰ Descrições sobre as condições de moradias dos escravizados pertencentes à companhia apontam para a existência de um alojamento construído sobre esteios e paredes de pau-a-pique, coberto por telhas. Neste espaço, existia uma ferraria e uma cozinha.⁴¹¹

É provável que os alojamentos continuaram a abrigar alguns dos colonos que retornavam para trabalhar como extraordinários. Pro período entre 1859 e 1861, o demonstrativo das despesas feitas “com o sustento de todo pessoal, luz e sabão” aponta alguns valores gastos. Pro ano de 1859, o gasto anual foi calculado em 16:469\$253. No ano seguinte, o valor foi de 10:679\$210. Por fim, em 1861, o débito era de 7:562\$380.⁴¹² Além dos colonos,

⁴⁰⁷ BRASIL. Portaria 18 de Novembro de 1858. *Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858. p. 356-360. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18472>>. Acesso em: 10 de nov 2020.

⁴⁰⁸ LAMOUNIER, op. cit., p. 61.

⁴⁰⁹ CARDOSO, 1858, op. cit., p. 9.

⁴¹⁰ Ibid., p. 10.

⁴¹¹ Ibid., p. 10

⁴¹² CARDOSO, 1862, op. cit., anexos N12, N13 e N14.

extraordinários e escravizados, estava incluído nesses valores os gastos para o sustento dos menores desvalidos.

A presença de menores no estabelecimento era, para João Miranda, uma possibilidade de “partilhar (...) as vantagens, que pode oferecer o estabelecimento, já em razão dos salários, que paga, e pela instrução especial, que ministra”.⁴¹³ Desse modo, a diretoria recorreu aos chefes de polícia da corte e da província, pedindo que lhes enviassem meninos e meninas pobres, com a garantia de que seria dado o necessário para a subsistência e educação, em 1856. A intenção era “fazer recolher em seus nomes na caixa econômica as quantias mensais, que começassem a perceber, logo que seus serviços se tornassem credores de indenização”.⁴¹⁴ Segundo Miranda, caso as autoridades auxiliassem, o estabelecimento poderia admitir até vinte meninos e meninas, recebendo instrução e recursos de subsistência, além de receberem “um bom depósito pecuniário para o começo de sua vida”.⁴¹⁵ Posteriormente, a diretoria se comprometeu com as seguintes cláusulas para acesso da subvenção anual estipulada por lei na década de 1850:

2ª A companhia dentro de três anos fará *prontificar acomodações apropriadas para receberem pelo menos 40 menores livres de ambos os sexos* que se dediquem a indústria serica, e a dar-lhes a instrução pratica, e trabalho proporcionado à sua idade e sexo, assim como a instrução primaria aos que a não tiverem recebido.

3ª Os menores de que trata a cláusula antecedente *serão alimentados, vestidos e tratado à custa da companhia*.⁴¹⁶

Os dados entre 1859 e 1861 informam que a quantidade de menores pouco variou ao longo dos anos e a companhia nunca chegou perto de abrigar o total de quarenta menores indicado pelas autoridades provinciais. Além das acomodações, cabia a companhia o custeio da alimentação, vestimenta e de tratamentos em caso de doenças. Apesar do número reduzido de menores, as obras para construções de acomodações apropriadas foram executadas.

A flutuação das categorias indica algumas características do conjunto total de mão de obra empregada no estabelecimento. O período de locação de serviço para a parcela formada pelos colonos imigrantes variou, por exemplo. Alguns permaneceram no estabelecimento apenas o período estabelecido nos contratos, outros, como vimos no capítulo anterior, abandonaram o serviço antes mesmo do encerramento do acordo. Noutros casos, ainda, houve

⁴¹³ AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro. 1855, n. 004, v. V. 1833 -1896. p. 300. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&Pesq=seropedica&pagfis=10242>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

⁴¹⁴ Ibid., p. 300.

⁴¹⁵ Ibid., p. 301.

⁴¹⁶ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro. 14 de jan. de 1857.. n. 00012. 1850-1859. p. 1. (grifo nosso). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&Pesq=Tavares&pagfis=10878>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

a permanência para além do tempo de contrato. O retorno, nesses casos, pode ter sido o caminho encontrado para a manutenção da vida desses sujeitos. Esse ir e vir de imigrantes representou uma impossibilidade de acompanhar as condições de trabalho estabelecidas com um mesmo grupo, pois, quase que anualmente, essa parcela se renovava.

Irregular foi, também, a presença de trabalhadores extraordinários. Neste caso, incluíam-se livres, nacionais e imigrantes, e escravizados, que podiam trabalhar em troca de um salário mensal ou pelo pagamento das jornadas de serviço. Por outro lado, mostrou-se regular a quantidade de menores e escravizados da companhia. As informações levantadas abrangem uma pequena parte daquilo que é possível ter sido discutido quando se estabeleceram os acordos com os trabalhadores. No próximo tópico, apresentaremos informações mais específicas sobre parte desses trabalhadores e buscaremos identificar o perfil de desses homens e mulheres empregados e a organização do trabalho no estabelecimento.

3.3 Os trabalhadores da Imperial Companhia Seropédica Fluminense

As informações que serão dispostas neste tópico derivam de parte das listagens dos nomes de trabalhadores livres e escravizados encontradas nos relatórios. Para tanto, dividiremos nossa argumentação de acordos com as categorias observadas no tópico anterior: colonos, menores, extraordinários e escravizados. Em algumas dessas categorias, como nas dos escravizados, foi possível encontrar listagens de anos diferentes. Porém, isso não se deu de forma uniforme entre todas elas.

Nos anexos dos relatórios de 1858 encontram-se mapas de todas as categorias de trabalhadores empregadas naquele ano. No que se refere aos colonos livres e menores, encontramos informações sobre o nome, nacionalidade, ocupação, idade, estado civil e se sabe ou não ler. Para os escravizados, encontramos o nome e a ocupação. No caso dos extraordinários, além dos nomes, é possível sabermos a ocupação, o valor da jornada e, em caso de escravizados, os nomes dos proprietários que forneceram ao estabelecimento o aluguel. Para lidarmos com todos esses dados, construímos tabelas que serão expostas e analisadas a seguir.

Tabela 4. Faixa etária, naturalidade e estado civil por gênero entre os trabalhadores livres da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1858)

Variantes	Homem	Mulher	Total
Faixa Etária			
< 10	-	1	1
10-15	7	2	9
16-20	16	3	19
21-25	7	3	10
26-30	6	2	8
31-35	4	-	4
36-40	2	1	3
40 >	3	1	4
Naturalidade			
Brasil	8	1	9
Portugal	37	12	49
Estado Civil			
Casado	14	6	20
Solteiro	32	7	39

Fonte: CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858.

Dos cinquenta e oito trabalhadores listados como livres, quarenta e nove eram colonos portugueses e nove, brasileiros. Antes, porém, o estabelecimento já havia contado com a presença de colonos italianos na década de 1840. Sobre os italianos, as poucas informações encontradas e já tratadas referem-se, sobretudo, as condições de recrutamento e a divisão das ocupações designadas no processo de produção da seda. Perspectiva salarial, gastos com sustento e modalidade de contrato não foram encontrados.

A partir do cruzamento dos dados da Tabela 1, podemos constatar que trinta e um portugueses eram solteiros - vinte e cinco homens e seis mulheres -, e dezoito eram casados - seis mulheres e doze homens. Infelizmente, o relatório não apresenta um mapa apontando os respectivos cônjuges, o que nos impede de coletarmos dados acerca das famílias de colonos

livres no estabelecimento. Contudo, é possível que existisse, pois, dentre os livres, encontramos Thereza, de dois meses de idade, nascida no Brasil, que consta como filha da portuguesa Joanna de Freitas, listada como casada. Dado que ainda faltavam quatro meses para finalização do contrato, é possível que a criança tenha sido gerada no estabelecimento. Outro indício que aponta para a presença de famílias ou da intenção de se engajar famílias é a existência de acomodações específicas para trabalhadores com famílias.

No geral, a maior parte dos trabalhadores livres possuíam entre 16 e 30 anos. Dos trinta e sete que formavam essa faixa etária, trinta e seis eram portugueses. A maioria deles, dezenove, possuía entre 16 e 20 anos de idade. Outros dez, se encontravam na faixa dos 21 aos 25 anos e, o restante, entre 26 e 30 anos. Portanto, ao menos para o período que abrange as informações do relatório de 1858, a maioria absoluta dos trabalhadores portugueses engajados para trabalhar na Imperial Companhia Seropédica Fluminense chegavam no Brasil ainda na juventude.

Dentre esses jovens portugueses, vinte e dois homens e três mulheres eram solteiros. Outros quatro portugueses também foram listados como solteiros, todavia, possuíam idade entre 10 e 15 anos. É possível que essas crianças fossem filhos de alguma das mulheres listadas, o que permite levantarmos a hipótese de que outras mulheres poderiam ter as mesmas características de Joanna, que era casada e mãe.

Logo, a partir do cruzamento entre a naturalidade, faixa etária e estado civil dos trabalhadores livres, podemos chegar observar que a Imperial Companhia Seropédica Fluminense, no ano de 1858, contou com um quadro de trabalhadores formados, majoritariamente, por homens, portugueses, jovens e solteiros.

Dos nove brasileiros listados, uma, como vimos, era a recém nascida filha de Joanna. Outros dois, José Pereira Tavares, Antônio Teixeira Pinto e João Ferreira de Sá ocupavam, respectivamente, as funções de administrador, ajudante e arreador. Os cinco restantes eram menores desvalidos. A chegada de menores no estabelecimento é datada, ao menos, de 1856, quando este ainda era gerido por João Miranda. Na época, Miranda recorreu as autoridades policiais, garantindo que a esses menores seria dado o necessário para o sustento e educação. Para os acionistas, o presidente apresentava o feito exaltando as vantagens que esses jovens teriam com o aprendizado de um ofício no futuro.

O aumento progressivo da presença de menores vivendo nas vias públicas brasileira ao longo do século XIX foi acompanhado de medidas aprovadas pelas autoridades políticas que visavam repreender e disciplinar esse grupo nesses espaços. Dentre os fatores para o aumento, Walter Fraga destaca o crescimento populacional de uma sociedade que não oferecia melhores

oportunidades para as gerações mais jovens.⁴¹⁷ Faziam parte desses menores de rua os órfãos, as crianças abandonadas por pais em detrimento da falta de condições do provimento de sustento, jovens que abandonavam as próprias famílias, entre outros.⁴¹⁸ A eles foi atribuído a pecha da vadiagem devido ao extenso repertório de atitudes que visavam subverter as normas estabelecidas, que iam desde jogos e batuques à ridicularização e desacato às autoridades superiores.⁴¹⁹

No período colonial, a Santa Casa da Misericórdia desempenhou papel importante na manutenção da vida de crianças órfãs ao instituir, em 1726, a roda dos expostos que recolhia crianças abandonadas das ruas.⁴²⁰ Pouco tempo depois, em 1731, foi instituído no Brasil o cargo do juiz de órfão, cuja alçada eram as questões ligadas a órfãos menores de idade, que, até então, eram exercidas por juízes ordinários.⁴²¹ De acordo com Gislane Azevedo,

quando uma criança era órfã de pai, ou este, por um motivo qualquer, era considerado ausente, o juiz de órfãos nomeava um tutor para cuidar dela, caso não houvesse algum nome indicado em testamento. Isso em geral acontecia mesmo se o menor vivesse com sua mãe, pois esta era quase sempre impedida de assumir a responsabilidade jurídica de seus filhos. O tutor escolhido pelo juiz seria responsável não só pela integridade física da criança ou do adolescente, mas também pela gerência de seus bens.⁴²²

Existiam três tipologias diferentes de tutores. Os testamentários eram aqueles cujos nomes eram indicados no testamento. Os legítimos eram os parentes do menor, como mãe e avós legítimos, e podiam ser nomeados por ausência ou incapacidade do anterior. Por fim, existiam os dativos, que eram nomeados pelo juiz na ausência ou incapacidade dos anteriores.⁴²³ A última categoria era designada pelo critério de ser “um homem bom do lugar, abonado, discreto, digno de fé e pertencente”.⁴²⁴ Segundo Patrícia Urruzola, muitos ex-proprietários e locatários dos serviços das mães dos menores órfãos se adequavam a categoria de tutores dativos e conseguiam a tutela de filhos de ex-escravizados, ao menos nas últimas décadas dos oitocentos.⁴²⁵ Antes, porém, a tutela, principal instrumento do juiz de órfão, sofreu alterações

⁴¹⁷ FILHO, Walter Fraga. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX.*, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Bahia. p. 128.

⁴¹⁸ Ibid., p. 129.

⁴¹⁹ Ibid., p. 117-119.

⁴²⁰ Ibid., p. 135.

⁴²¹ AZEVEDO, Gislane Campos. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. *Revista Histórica*, n. 27, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/matérias/anteriores/edicao27/materia01>>. Acesso em: 19 de jan 2021. p. 1.

⁴²² Ibid., p. 2-3.

⁴²³ URRUZOLA, Patrícia. *Faces da liberdade tutelada: libertas e ingênuos na última década da escravidão (Rio de Janeiro, 1880-1890)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 21.

⁴²⁴ CARVALHO, 1880, p. 23. Apud URRUZOLA, 2014, p. 21.

⁴²⁵ URRUZOLA, op. cit., 21.

por lei em 1842, anulando a necessidade de tutores terem que apresentar fiança, o que possibilitou um aumento no número de pessoas entrando na justiça com ações de tutela.⁴²⁶

Gislane Azevedo aponta que outro mecanismo que facilitou o agenciamento do trabalho infantil, sobretudo de crianças pobres, foi a assinatura de contratos de soldada, que passou por diversas reformulações ao longo do século XIX. Esse contrato permitia que pessoas alugassem órfãos pobres no intuito de que eles pudessem aprender algum ofício que lhes garantissem sustento quando adultos. Para contar com o trabalho desses menores, o interessado deveria prover sustento, moradia, tratamento em casos de doença, educação e um pagamento, o soldo. Os jovens só teriam acesso a esse pagamento após completarem 21 anos.⁴²⁷ Na Bahia, Walter Fraga encontrou mestres de ofício firmando um “termo de obrigação” com chefes da polícia, se comprometendo a dar os devidos cuidados aos menores em troca do ensinamento de ofício.⁴²⁸

É possível que o contrato de soldada ou o termo de obrigação tenham sido um dos mecanismos utilizados pela diretoria da Imperial Companhia Seropédica Fluminense para contar com a presença de menores desvalidos no estabelecimento. Em 1856, João Miranda informou que o chefe da polícia da província do Rio de Janeiro, José Caetano de Andrade Pinto, havia enviado quatro meninos e uma menina ao estabelecimento.⁴²⁹ Miranda afirmava que a companhia se comprometia em depositar mensalmente na Caixa Econômica a soldada, sem informar o valor. Desse primeiro grupo, dois meninos fugiram.⁴³⁰

Dois anos depois, Cardoso indicou a presença de cinco menores desvalidos. Analisando as ocupações dessas crianças, observamos que a maioria delas foram listadas em alguma das etapas da produção da seda. Trabalhavam no viveiro das amoreiras os menores Prudêncio Gonçalves e José Moriz, ambos com 13 anos de idade. Maria Dutra, de 15 anos, estava alocada no laboratório de fiação. No cultivo da amoreira, encontramos José Cyrilo, de 12 anos. Apenas um deles, Francisco Almeida, que tinha 10 anos na época, não foi informado sua ocupação.

As etapas de produção da seda, no geral, foram as ocupações em que estavam alocados a maioria dos trabalhadores livres, em 1858, como podemos ver na tabela a seguir.

⁴²⁶ AZEVEDO, op. cit., p. 4.

⁴²⁷ AZEVEDO, op. cit., p. 5.

⁴²⁸ FRAGA, op. cit., p. 142.

⁴²⁹ AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro. 1855, n. 004, v. V. 1833 -1896. p. 301. Disponível em: <<http://mmemoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&Pesq=seropedica&pagfis=102430243>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

⁴³⁰ Ibid., p. 301.

Tabela 5. Ocupação dos trabalhadores livres por gênero na Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1858)

Ocupação	Homem	Mulher	Total
Administração	4	-	4
Viveiro	4	-	4
Cultivador da Amoreira	20	-	20
Fiação	-	10	10
Cozinha	-	2	2
Cavoqueiro	4	-	4
Falquejador	3	-	3
Serrador	2	-	2
Carpinteiro	1	-	1
Carreiro	1	-	1
Arreador	1	-	1
Candiero	1	-	1
Pastor de Gado	1	-	1
Ferreiro	1	-	1
Ajudante de Ferreiro	1	-	1
Não mencionado	2	-	2

Fonte: CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858.

Dos cinquenta e oito trabalhadores livres, trinta e quatro foram distribuídos entre o viveiro, o laboratório de fiação e o cultivo de amoreira. Nas duas últimas, encontramos não só a maioria dos trabalhadores, mas uma nítida divisão do trabalho por gênero: os homens ocupavam os campos dedicados ao plantio da amoreira e as mulheres se dedicavam a fiação da seda.

Apenas uma outra ocupação incluía mulheres, o cargo de cozinheira. Como vimos no tópico anterior, o alojamento para empregados com família possuía uma cozinha comunitária, logo, podemos supor que o preparo da alimentação de todos os empregados livres ficou ao cargo de Juliana Maria e Francisca Maria, ambas portuguesas. Juliana possuía 63 anos e era casada, enquanto Francisca, de 37 anos, era solteira. Joseli Mendonça analisou um caso de infração de contrato cuja ré era uma mulher, a portuguesa Teresa Soares, contratada para realizar tarefas ligadas ao serviço doméstico por Bernardino de Campos, autor da petição que à condenara a dois anos de prisão⁴³¹. O caso ocorreu em Campinas, em 1858, e revela alguns aspectos ligados à condição feminina em uma relação contratual regulada pelas leis de locação de serviço da década de 1830.

Teresa era casada, mas veio para o Brasil sem o marido. Junto a ela, fizeram a travessia do atlântico seus dois filhos. Todos os três residiam na casa de Bernardino, seu patrão, que era advogado e dono de uma padaria, na qual empregava outros trabalhadores livres e escravizados. O processo se iniciou após a fuga da portuguesa da residência de seu patrão. Autor e testemunhas a acusaram de imoralidade e devassidão por ser casada e supostamente viver em mancebia no Brasil.⁴³² Diziam eles que, por ser mulher, Teresa tendia naturalmente a leviandade.⁴³³ Segundo Mendonça, apesar de único, o caso de Teresa aponta para experiências que podem ter sido vividas por mulheres que, como a portuguesa, vieram para o Brasil sem o marido. Nestas circunstâncias, além dos atributos negativos que era imputado as mulheres, a falta de um cônjuge era interpretada de forma ambígua, tanto como motivo para necessária proteção como motivo da conduta desonrada.⁴³⁴

Ainda em relação a tabela, outras dez ocupações listadas, assim como a cozinha, não possuíam ligação com alguma das etapas da produção da seda. Em alguns casos, a ocupação listada estava ligada aos cuidados de animais do estabelecimento. Na época, existiam 17 bois, 8 muares e 1 cavalo de montaria. Eles eram importantes para a alimentação do pessoal e para o andamento das obras já que, com o auxílio de duas carroças e três carros, puxavam “madeiras e mais materiais para a construção”.⁴³⁵ O português José da Cunha, de 12 anos, foi listado como

⁴³¹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Imigrantes e trabalhadoras: mulheres estrangeiras no centro sul do Brasil do XIX. Anais eletrônicos [recurso eletrônico] / *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277750940_ARQUIVO_MendoncaImigranteseTrabalhadoras.pdf>. Acesso em: 12 de jan 2021. p. 1.

⁴³² *Ibid.*, p. 5.

⁴³³ *Ibid.*, p. 8.

⁴³⁴ *Ibid.*, p. 8.

⁴³⁵ CARDOSO, 1858, op. cit., p. 10.

pastor de gado, possivelmente auxiliando os serviços do brasileiro João Ferreira Sá, de 61 anos, arreador do estabelecimento.

A grande maioria dessas ocupações parece indicar que parte significativa do contingente de trabalhadores livres foi empregada nas diferentes obras que ocorriam no estabelecimento. Dessa forma, é possível que os portugueses João Braga, Lourenço Costa, Manoel Amorim, e Thadeo Braga, listados como “cavouqueiros”, e Bernardo Lajes, Joaquim de Lima e Manoel Medeiros, os “falquejadores”, trabalhassem na abertura das valas, estradas e na construção dos prédios. No total, aproximadamente 37% dos portugueses contratados desempenhavam funções que nada diziam respeito a produção da seda.

O afastamento da produção da seda propriamente dita, gerava, conseqüentemente, sobrecarga aos trabalhadores que ocupavam parte dessas etapas. De acordo com o relatório, existiam 82.794 pés de amoreira das qualidades “mouras alba, folia bifucatus, lati-folia-semisnes, moron (amoreira lombarda) e a multicaule” em 1858.⁴³⁶ Para dar conta dos cuidados que as espécies exigiam, vinte cultivadores de amoreira eram empregados. O próprio Cardoso sabia que essa quantidade era pouca, pois, após informar o número de pés plantados, afirmou que a “plantação tem ocupado um grande espaço de terreno e convém, para conservá-la, adquirir os braços necessário para seu tratamento”.⁴³⁷

Para o prosseguimento das obras, a diretoria estabeleceu acordos com trabalhadores categorizados como extraordinários. Esse grupo era formado por homens e mulheres, livres e escravizados. Nessa mesma categoria, existiam trabalhadores que prestavam serviços ao estabelecimento que não diziam respeito as obras. A tabela a seguir apresenta informações acerca da ocupação desses trabalhadores e trabalhadoras no estabelecimento.

⁴³⁶ Ibid., p. 4.

⁴³⁷ Ibid., p. 4.

Tabela 6. Ocupação dos trabalhadores extraordinários por gênero na Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1858)

Ocupação	Homem	Mulher	Total
Carpinteiro	8	-	8
Falquejador e Serrador	2	-	2
Foice, Machado e Roça	2	-	2
Oficial Pedreiro	3	-	3
Mestre Pedreiro	1	-	1
Enfermeira	-	1	1
Mocamba	-	1	1
Lavadeira	-	1	1

Fonte: CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858.

Em 1858, dezenove pessoas foram listadas como trabalhadores extraordinários, sendo três mulheres e dezesseis homens. Dentre eles, 12 eram escravos alugados de algum senhor. Esse grupo atuou principalmente nas obras, fornecendo os serviços de carpintaria e pedreiros. Na listagem, não consta o tempo que durou a realização desses serviços, mas pela quantidade de obras ocorridas em 1857, é de se supor que foi um período longo, provavelmente avançado por todo o ano de 1858.

Dois dos carpinteiros, Clemente Mendanha e Raymundo Pereira, eram livres e o valor de suas jornadas era de 1:280\$. Além do próprio rendimento, Clemente Mendanha obtinha lucros com o trabalho dos escravizados Bernardo e Luiz, que atuavam juntos a ele nos serviços de carpintaria. Laurindo, Moyses, Pedro e João, escravizados de João José Miranda, recebiam o mesmo valor que era pago à Clemente e, assim como ele, eram todos carpinteiros. Benedito, que também era escravizado de Miranda, recebia 1:200\$ e prestava serviços junto a José Gonçalves e Francisco do Rozário, ambos livres, como “oficial pedreiro”. Ao que tudo indica eles eram coordenados pelo “Mestre Pedreiro” Manoel Graciano, trabalhador livre cuja jornada era de 2:000\$. Outros dois sujeitos livres, João Ribeiro e José Ribeiro, trabalhavam como Falqueijador e Serrador, recebendo cada um a quantia de 1:280\$ pela jornada de serviço.

Os valores acima mencionados referem-se ao pagamento da jornada por dia. Devido a isso, é possível que os cativos que trabalhavam juntos aos seus senhores nas obras fossem escravos de ganho. Conforme argumenta Luiz Carlos Soares, a escravidão a ganho foi um regime de trabalho tipicamente urbano no Brasil oitocentista. Essa modalidade de serviço garantia aos escravizados uma autonomia, pois eles podiam circular nas cidades em busca de emprego nos ofícios que desempenhavam. Para tanto, eles deveriam pagar aos seus senhores uma quantia previamente estabelecida de forma diária, semanal ou mensalmente.⁴³⁸

No mundo urbano, suas atividades variavam. Atuavam no comércio urbano e no transporte de cargas, serviços que compreendia o denominado ganho de rua. Porém, nesse contingente, encontram-se, também, aqueles que trabalhavam em manufaturas e fábricas, dentre outras modalidades. O censo de 1872 indica que, na cidade do Rio de Janeiro, 5785 escravizados ocupavam a categoria de “criados e jornaleiros”, que incluía tanto escravizados alugados quanto os de ganho.⁴³⁹ Para que fosse possível sua circulação nas ruas, os senhores deveriam entrar com um pedido de licença na câmara municipal da cidade.⁴⁴⁰ Não foi possível constatar existência de licenças para os escravizados que foram empregados ao ganho na Imperial Companhia Seropédica Fluminense. É provável que, ao menos para aqueles que eram de propriedade de Clemente Miranda, o acordo tenha sido estabelecido sem a assinatura de uma documentação prévia.

Outros cinco escravizados também foram listados como trabalhadores extraordinários que recebiam por jornada. Todos eles figuram na listagem como propriedade do administrador da companhia, José Pereira Tavares. Diferentemente dos carpinteiros e pedreiros, todos recebiam a mesma quantia, 533\$. Antonia e Rufina atuavam, respectivamente, nas funções de “Mocamba” e lavadeira, enquanto Joanna atuou como enfermeira da companhia. Além delas, foram empregados Matheus e Rubem para o serviço de “Foice, machado e Roça”.

Os colonos livres e trabalhadores extraordinários dividiam o cotidiano e os serviços com trinta e um escravizados do estabelecimento. Desse contingente, oito eram crianças. No mapa que tratava das ocupações dos escravizados não foi mencionado o emprego delas em algum dos serviços. Algumas dessas crianças nasceram no estabelecimento. Este foi o caso de Zeferino e João, filhos de Eva, que tinham, respectivamente, dois meses e oito anos; Ancieto e Jacinto, filhos de Catharina, o primeiro tinha dois e o segundo cinco anos; e Izidoro, filho de Roza, que,

⁴³⁸ SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 8, n. 6, p. 107-142, mar/88. p. 107-108.

⁴³⁹ *Ibid.*, p. 110.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p. 111.

em 1858, possuía dois anos de idade. Outras duas crianças listadas foram Prisciliana e Marcelino, sem informação do nome das mães. Na época, a menina tinha oito anos, enquanto o menino, apenas dois anos. A última menor listada no mapa chamava-se Florinda. Assim como os dois últimos, não há informação sobre o nome da mãe. Florinda possuía dezesseis anos e era aleijada.

A tabela abaixo foi composta com as ocupações dos vinte e três escravizados adultos divididos por gênero, presentes no estabelecimento em 1858.

Tabela 7. Ocupação dos trabalhadores escravizados adultos por gênero dos Escravizados da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1858)

Ocupação	Homem	Mulher	Total
Roça	4	8	12
Tropeiro	2	-	2
Cozinha	-	2	2
Criadeira de bicho da seda	-	1	1
Mocamba	-	1	1
Feitor e carreiro	1	-	1
Pedreiro e criador do bicho da seda	1	-	1
Carpinteiro	1	-	1
Pastoreja o gado	1	-	1
Foguista	1	-	1

Fonte: CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858.

Entre os escravizados, doze eram mulheres e onze eram homens. De acordo com a lista, Rita e Francisco prestavam serviços no processo de criação do bicho da seda, que era realizada no viveiro, um dos edifícios do estabelecimento. De todas as etapas da produção da seda, o viveiro era a que mais carecia de trabalhadores. Cruzando as informações da tabela 2 e 4, temos que Rita, Francisco e o português José Joaquim trabalhavam naquele espaço com o auxílio de três menores: os brasileiros, Prudêncio Gonçalves e José Moriz, e o português Manoel da Gama.

Essa não foi a primeira vez que escravizados foram mencionados trabalhando em alguma das etapas de criação da seda. Em 1848, Antonio Antas informou que, dos cinquenta escravizados presentes no estabelecimento naquele ano, havia “quatro negrinhas aprendendo o processo da fiação (...) como me asseverou a mais hábil fiadeira”.⁴⁴¹ Anos depois, o espaço destinado a fiação da seda continuava sendo ocupado exclusivamente por mulheres, livres e escravizadas. No relatório de 1856, foi mencionado que o estabelecimento contava com “treze fiadeiras brancas, cujo número com as escravas pode ser, como será elevado bem depressa, à vinte e cinco”.⁴⁴² A tendência de se empregar mulheres na fiação se manteve em 1858, contudo, apenas mulheres livres foram listadas neste espaço e, como consta na tabela 2, eram dez.

Assim como no edifício destinado aos trabalhadores livres com família, o “alojamento de escravos” também possuía uma cozinha e, sob seus cuidados, estava Roza. A maioria dos trabalhadores escravizados, no entanto, ocupavam o serviço de roças, contado com a presença de oito mulheres e quatro homens. Dentre eles, encontramos Eva, mãe de João e Zeferino, e Catharina, mãe de Jacinto e Ancieto. Em 1855, João Miranda informa que as destinado a alimentação dos trabalhadores livres e escravizados, o estabelecimento possuía “algum cafezal, mandiocal, bananal, milho e arroz, além de quantidade de árvores frutíferas indígenas e exóticas”.⁴⁴³ Ademais, a informação de que existiam escravizados especializados nos serviços de pedreiro e carpintaria pode sugerir que eles também foram empregados nas obras do estabelecimento.

Ao menos para o período que compreende os anos de 1855 e 1862, o número de escravizados pertencentes ao estabelecimento pouco alterou, mantendo-se numa média de trinta e cinco pessoas. A pouca variação entres esses anos se deu por diferentes motivos. Em alguns casos, houve venda de escravizados. Dois escravizados foram vendidos em setembro de 1857 e o valor arrecadado foi recolhido ao banco Rural e Hypotecário.⁴⁴⁴ A justificativa das vendas, segundo Cardoso, foi o reconhecimento da “incapacidade em que se achavam de prestar serviços pelo seu estado de moléstia”.⁴⁴⁵ Noutros casos, a variação se deu devido ao falecimento. Theodor, nascido no estabelecimento, morreu de “dentição”⁴⁴⁶, em 1857. Na década seguinte, Ambrozio, tropeiro do estabelecimento, faleceu de forma trágica:

⁴⁴¹ ANTAS, op. cit., p. 2.

⁴⁴² AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro, 1855, n. 004, v.V. 1833 -1896. p. 296. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&Pesq=seropedica&pagfis=10210238>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

⁴⁴³ Ibid., p. 15.

⁴⁴⁴ CARDOSO, 1858, op. cit., p. 4.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 4.

⁴⁴⁶ Ibid., p. 4.

Este escravo, que servia de guia ao carro, vindo da Vila com gêneros, e achando-se bastante ébrio, quis por força sentar-se no cabeçalho do carro, ao que o carreiro anuiu; daí caindo, passou-lhe uma das rodas por cima, que lhe trouxe morte instantânea. Este fato se deu à noite, na estrada, distante um quarto de légua do estabelecimento.⁴⁴⁷

No relatório apresentado em 1862 pela comissão responsável por avaliar o estabelecimento seguindo parâmetros estabelecidos pela presidência da província, ao tratar dos escravizados, encontramos a informação de que, dentre os escravos que o estabelecimento passou à companhia em 1855, venderam-se dois e morreram oito.⁴⁴⁸

Nenhum dos documentos coletados apresenta alguma menção à fuga de escravizados. Na Imperial Companhia Seropédica Fluminense, a fuga era praticada principalmente pelos colonos livres. De acordo com Cardoso, era difícil acreditar na segurança dos contratos estabelecidos com colonos ainda que “formulados com toda a legalidade, pela facilidade neste de nulificá-los com a fuga”.⁴⁴⁹ No capítulo anterior, discutimos o caso mais significativo de fuga de colonos ocorrida no estabelecimento. Em abril de 1861, a diretoria engajou quinze colonos através da Associação Central de Colonização. Os quatro meses em que permaneceram no estabelecimento foi marcado, segundo Cardoso, por

atribuições para a polícia, que tinha de correr-lhes na pista para capturá-los, e de desgosto, com risco da própria vida, para o administrador da empresa. Deste jogo de incessantes lutas contra a má vontade e imprudência de tais perversos, resultou a evasão definitiva de alguns, e a necessidade forçada de rescindir o contrato com outros, com um prejuízo de 2:700\$128(...).⁴⁵⁰

Dessa forma, a fuga numa sociedade escravista se apresenta como uma das formas mais significativas de resistência. Os estudos recentes sobre fuga de escravizados, como argumenta Flávio Gomes, buscam inserir essas ações no contexto das experiências cotidianas desses sujeitos, observando as variadas e complexas razões e estratégias lançadas nesses processos, individuais ou coletivos.⁴⁵¹ Mesmo tendo expressivo papel na resistência escrava, a fuga foi ação de resistência praticada por sujeitos diversos: mulheres e homens livres pobres, colonos engajados, menores desvalidos, dentre outros. Logo, é possível compreendê-la como resultante das condições de uma sociedade em crise.

⁴⁴⁷ CARDOSO, 1862, op. cit., p. 7.

⁴⁴⁸RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. 1862. Anexo 3, Mapa 3. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=48&s0&cv=155&r=00&xywh=-564%2C-1%2C3335%2C3149>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

⁴⁴⁹ CARDOSO, 1858, op. cit., p. 12.

⁴⁵⁰ Idem, 1862, p. 6.

⁴⁵¹ GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003. 43-44.

Variadas foram as formas de resistência nesta sociedade. Apesar de não ter ocorrência de fuga de escravizados na Imperial Companhia Seropédica Fluminense, o aspecto que se destaca como principal fator da variação da quantidade desses sujeitos ao longo do tempo, para além dos falecimentos e vendas, foi o nascimento de crianças. Somente entre janeiro de 1859 e março de 1862, oito crianças nasceram no estabelecimento, de acordo com Cardoso.⁴⁵² No total, em 1862, o presidente, ao indicar a falta de pessoal para realizar os serviços necessários, informou que, dentre os escravizados, existiam “15 crias que ainda não prestam serviço”.⁴⁵³

A comissão que visitou o estabelecimento em 1862 elaborou um mapa de avaliação dos escravizados informando nomes, idades, quantidades, ofícios e valores. Naquele ano, a empresa possuía trinta e seis escravizados e a soma total dos valores individuais foi registrado na quantia de 36:900\$ rs.⁴⁵⁴ Os membros da comissão indicavam que, apesar da ordem de substituição da mão de obra escravizada por operários livres, a manutenção dos escravizados era indispensável para que os serviços fossem realizados até que os impasses sobre a decisão de qual seria o mais adequado sistema de colonização a ser adotado fosse resolvido.

O relatório de Cardoso do março de 1862 informou o mesmo número de escravizados apresentado pela comissão. Junto aos trinta e seis escravizados, quatorze livres, entre empregados e extraordinários trabalhavam no estabelecimento. Nove deles eram empregados definidos como efetivos. Três eram os menores desvalidos Prudêncio José Gonçalves, Maria Euphrosina Dutra e Francisca Maria D’almeida. Entre os seis restantes, três ocupavam cargos ligados diretamente a administração: José Pereira Tavares, administrador geral do estabelecimento; Luiz Antonio da Costa, imediato da administração; e Antonio Francisco Vieira Rodrigues, escriturário do estabelecimento. Por fim, os três últimos ocupavam as funções ligadas ao cultivo e preparação da seda: Leonardo Pereira Pinto era encarregado da fiação, José da Gama era feitor e, junto à José Antônio Barreiros, cultivava amoreiras.

Para auxiliá-los, a diretoria recorrera ao contrato de pessoal extraordinário. Segundo Cardoso,

Esta falta de pessoal, o dano que progressivamente ela causava, resolveu a necessidade de engajar no país trabalhadores: porém este engajamento, pela deficiência de meios, não podia ser permanente, como era mister, nem em número suficiente; e por isso temos ultimamente anuído as reiteradas reclamações do administrador, e engajado mulheres livres de Santa Cruz. A necessidade de ser limitado o número desse pessoal, as faltas que dá essa gente durante a semana, tem

⁴⁵² CARDOSO, 1862, op. cit., anexo 5.

⁴⁵³ Ibid., p. 5.

⁴⁵⁴ RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. 1862. Anexo 3, Mapa 3. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=48&s=0&cv=155&r=0&xywh=-564%2C-1%2C3335%2C3149>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

feito com que não tenha sido assas eficiente o socorro desses poucos braços adicionais, aos nossos amoreirais. Na hora em que escrevemos, existem somente 5 homens, 3 do país e 2 antigos colonos, os quais se ocupam do serviço de foice e machado (...).⁴⁵⁵

Novamente, foi possível encontrar a presença de antigos colonos retornando ao trabalho após finalização dos seus contratos. Chama atenção, contudo, a menção ao engajamento de pessoal nacional. Apesar de não ter sido a primeira vez que nacionais foram mencionados entre os trabalhadores no estabelecimento, o trecho aponta para o fato de que, em determinado momento, o engajamento de trabalhadores no país foi utilizado como alternativa ao engajamento de colonos imigrantes.

O ano de 1862 marcou o início do processo de liquidação da Imperial Companhia Seropédica Fluminense. A última informação sobre os trabalhadores encontrada foi um anúncio do leilão de escravos da companhia datado do dia 12 de setembro de 1865

a requerimento dos Srs. administradores da massa falida da imperial companhia Seropédica Fluminense, e autorização do Exm. Sr. Dr. Juiz de direito da 1ª vara comercial apresentará, em leilão quinta-feira 14 do corrente, às 11 horas em ponto em seu armazém, rua de S. Pedro n54, 33 escravos pertencentes a indicada massa falida.⁴⁵⁶

Levando consideração o que aqui expomos, podemos afirmar que as relações de trabalho desenvolvidas na Imperial Companhia Seropédica Fluminense foram notoriamente marcadas pela exploração do quadro de pessoal que se mostrou fluído e plural. A fluidez, neste caso, corresponde a flutuação da quantidade absoluta de trabalhadores livres e escravizados no estabelecimento. Buscamos aqui analisar todo o período de funcionamento do estabelecimento, destacando o primeiro momento, entre 1844 e 1854, no qual este ainda era uma empresa privada, e o segundo momento, entre 1855 e 1862, quando foi incorporado em uma sociedade anônima. No interim dessas mudanças de caráter administrativo, surgiram novas formas de exploração dos trabalhadores que, neste caso, se apresentam de forma múltipla - livres e escravos, imigrantes e nacionais -, atuando no mesmo espaço e desempenhando funções variadas, com uma ordem provincial e defesa direta à substituição do escravizado pelo trabalhador livre.

As três partes que compõem este capítulo foram pensadas de forma a expormos aspectos ligados as relações de trabalho e ao perfil dos trabalhadores empregados. Assim, no primeiro

⁴⁵⁵ CARDOSO, 1862, op. cit., p. 6.

⁴⁵⁶ CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro. 12 de set. 1865. n. 00249. 1848-1868. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=25246>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

tópico, a partir da flutuação de trabalhadores livres e escravizados, discutimos as fronteiras entre o regime de trabalho livre e o regime de trabalho escravo numa sociedade escravista em diálogo com a historiografia concernente a temática. No tópico seguinte, buscamos, no limite das evidências, levantar questões ligadas aos acordos estabelecidos entre as partes, discutindo os contratos e arranjos de trabalho das principais categorias de trabalhadores empregadas na companhia. Por fim, a partir de mapas e listagens presentes na documentação, apresentamos alguns perfis de parte dos trabalhadores que passaram parte de suas vidas ocupando os edifícios que compuseram a Imperial Companhia Seropédica Fluminense.

CONCLUSÃO

Conhecida como a primeira grande fábrica de seda brasileira, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense funcionou oficialmente entre o fim da década de 1830 e 1862, período esse marcado por mudanças nas relações de trabalho e na administração. No intervalo entre a ocupação do terreno, por volta de 1838 e 1839, e 1854, o estabelecimento valeu-se do capital privado de José Pereira Tavares, que estabeleceu relações com as autoridades provinciais angariando verba pública em benefício do empreendimento. De 1854 em diante, a empresa privada de Tavares foi incorporada a uma Imperial Companhia, cujo financiamento se deu através da venda de ações, o que não impediu que continuassem a ser debatidos e aprovados leis e decretos destinando mais quantias dos cofres provinciais para o estabelecimento.

Seu quadro de trabalhadores era formado por um grupo de sujeitos de variados perfis, cujos arranjos de serviços vigentes refletem os contornos das relações estabelecida nos mundos do trabalho do Brasil oitocentista. Nesse contexto, a exploração dos trabalhadores era marcada pela combinação de trabalho forçado, compulsório ou de assalariamento irregular e infrequente. Esses homens e mulheres eram responsáveis pelas etapas de produção da seda, que abrangia a plantação e manutenção da amoreira, os cuidados necessários com a criação do bicho da seda e a fiação. Muitas das vezes, parte deles poderiam ser deslocadas para os serviços nos canteiros das frequentes obras de expansão da propriedade.

Para alguns contemporâneos, a Imperial Companhia Seropédica Fluminense era a prova de que poderia existir no Brasil um importante ramo da indústria moderna. Não raro a qualidade da seda produzida, a estrutura física do empreendimento – muitas vezes comparado com as fábricas de seda europeia -, as condições de solo e clima favoráveis e as promessas de progresso e riqueza eram usados como argumentos favoráveis em debates parlamentares, nas publicações em periódicos da época e nas correspondências internas. Enquanto as expectativas eram positivas, a empresa contou com a proteção e financiamento das autoridades políticas da província do Rio de Janeiro. Em 1844, foi aprovado um decreto provincial que concedeu seis loterias de 120 contos de réis cada a José Pereira Tavares para desenvolvimento de seu estabelecimento. Posteriormente, ela se tornou um dos poucos exemplos em que a incorporação em sociedade anônima se deu por iniciativa direta do governo da província.

Essa fábrica, localizada no município de Itaguaí, não foi um caso isolado. Ela se insere num processo mais amplo de estímulos estatais para o desenvolvimento do setor de transformação. Iniciativas como as de Tavares existiram no Brasil antes e depois da independência. Este estudo de caso se insere nas produções recentes sobre a temática que buscam superar as

interpretações clássicas que atribuíram ao setor de transformação um caráter marginal no conjunto de uma economia majoritariamente agrária. Nesse sentido, o que buscamos fazer aqui foi analisar a trajetória de um empreendimento à luz das políticas imperiais de desenvolvimento industrial em vigor.

No primeiro capítulo, discutimos as ações de manutenção e desenvolvimento efetuadas pelos sujeitos comprometidos com a administração da companhia Seropédica. Dentre eles, demos destaque a figura de José Pereira Tavares e Francisco José Cardoso. O primeiro, por se tratar do proprietário inicial e, posteriormente, administrador interino, foi peça fundamental na construção das relações entre empresa e Estado. À frente da direção, Tavares investiu na construção de novos edifícios e em experiências científicas para aprimoramento da produção. O segundo, importante negociante que ocupou cadeiras nas esferas legislativas municipal e estadual, foi presidente da diretoria e principal articulador na aprovação de projetos legislativos voltados para a fábrica. A combinação entre a falta de mercado para o produto, a queda no número de vendas de ações, as tensões existentes nas relações de trabalho e as insistentes acusações na mídia de mal uso de verba pública foram determinantes para o fracasso do projeto e consequente liquidação em 1862.

A Imperial Companhia Seropédica Fluminense tem sua trajetória localizada num contexto marcado por profundas transformações sociais e políticas que se relacionam tanto com o quadro de trabalhadores lá empregados como com ao rearranjo das formas de exploração do trabalho ao longo do século XIX. A produção da seda foi organizada combinando e alternando o uso de mão de obra escravizada e o trabalho livre. Esses dois regimes de trabalho, como tem mostrado as pesquisas fruto do estreitamento dos diálogos entre a História da Escravidão e a História do Trabalho, apresentam-se de diferentes formas, inclusive de maneiras intermediárias.

No segundo capítulo, discutimos de que forma se deu os discursos e propostas em torno da substituição da mão de obra escravizada pelo trabalho livre, já que, neste caso, a substituição foi imposta por lei. Para seus administradores, assim como para as autoridades provinciais, a substituição era algo que traria benefício à moralidade e ao serviço, e traçaram estratégias para arregimentar trabalhadores livres europeus.

Entre as décadas de 1840 e 1860, projetos imigrantistas eram debatidos nas instâncias legislativas, grande parte como resposta às objeções dos fazendeiros à proibição do tráfico atlântico de africanos escravizados. Leis que regulamentavam contratos de trabalho por tempo determinado e empresas dedicadas ao engajamento de europeus já existiam, o que gerou um aumento do número de imigrantes no Brasil. Uma parcela desse grupo esteve presente nas manufaturas do Império, trabalhando juntamente aos escravizados, por vezes dividindo a mesma

tarefa. No caso da Seropédica, com o desenvolvimento da Associação Central de Colonização, o recrutamento dos trabalhadores passou a ser feito no Rio de Janeiro e predominou-se o contrato com portugueses, a partir da década de 1850.

O objetivo foi discutir, a partir das relações entre contratantes e contratados, os resultados gerados pelas experiências realizadas. Na prática, esses trabalhadores se viram presos a contratos que garantiam, por meios coercitivos, o reembolso da quantia gasta pelos patrões no processo de engajamento. Os mecanismos de coerção geraram arranjos de trabalhos análogos à escravidão, seguidos de uma série de conflitos e revoltas que repercutiram a nível nacional e internacional. Os resultados obtidos demonstram que as constantes fugas e prisões tornaram a Seropédica um dos espaços para debates sobre a funcionalidade dos sistemas de colonização existentes.

No terceiro capítulo, discutimos especificamente os trabalhadores e a organização do trabalho no estabelecimento. A investigação abarcou a construção do perfil dos trabalhadores, a organização do trabalho, a divisão de gênero e racial em vigor e as diferentes modalidades de contrato existentes. De uma maneira geral, ao longo da trajetória da empresa, o quadro de trabalhadores se mostrou fluído, devido as constantes variações no número de trabalhadores livres e escravizados empregados, e plural. Homens, mulheres, crianças, nacionais e estrangeiros ocuparam aqueles edifícios e divididos em categorias que remetiam aos diferentes arranjos de trabalho acordado entre as partes. Dentre elas, destacaram-se: os trabalhadores livres estrangeiros contratados sob as leis de locação de serviço por tempo determinado; os nacionais e estrangeiros que recebiam por jornada de trabalho; os menores desvalidos cujo soldo era depositado mensalmente na Caixa Econômica em seus nomes, os escravizados alugados para obras que recebiam por jornada e escravizados do próprio estabelecimento.

Portanto, buscamos aqui contribuir para percepção das experiências entre escravidão e liberdade e seus agentes a partir de uma fábrica de seda que existiu em meados do século XIX. A Imperial Companhia Seropédica Fluminense foi espaço onde se desenvolveu debates sobre as distintas formas de compulsoriedade do trabalho existentes no Brasil. Local onde trabalhadores de perfis variados dividiram, dia-a-dia, os serviços, estabelecendo relações entre si e construindo respostas à exploração vivenciada. Um caso particular que possibilita compreender as dinâmicas variadas do contexto analisado, caro à História do Trabalho e da História da Industrialização no Brasil.

REFERÊNCIAS

FONTE

ANTAS, Antonio Pinto de Figueiredo. Anexo III: Exame feito no estabelecimento seropedico de que é proprietário o cidadão José Pereira Tavares, no curato do Bananal em Itaguahy, pelo engenheiro Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 1.

ARQUIVO NACIONAL. *Habeas Corpus*. Relação do Rio de Janeiro - 84, caixa 2329, número 771. AN.

AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro. 1833 -1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&Pesq=seropedica&pag-fis=0>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. *Relatorio das terras públicas e da colonização apresentado em 31 de março de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1861.

BRASIL. *Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858.

BRASIL. Decreto nº 1584 de 2 de abril de 1855. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1584-2-abril-1855-558513-publicacaooriginal-79849-pe.html>>

BRASIL. Decreto nº 1342 – de 02 de março de 1854, art. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1342-2-marco-1854-590185-publicacaooriginal-115339-pe.html>>

BRASIL. Lei 13 de Setembro de 1831. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html>

BRASIL. Lei 11 de Outubro de 1837. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/541072/publicacao/15632760>>

BRASIL. Portaria 18 de Novembro de 1858. **LEX: Collecção das decisões do Governo do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858. p. 356-360. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18472>>.

CARDOSO, Francisco José. *Relatorio da Imperial Comphania Seropedica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858.

CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assembléa geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropedica Fluminense na 1ª reunião do anno de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro. 1848-1868. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=0>> Acesso em: 28 de agosto de 2021.

CRUZ, Antonio dos Santos. Anexo II: Informação que deu o engenheiro chefe do 2º districto Antonio dos Santos Cruz sob o estabelecimento seriniculo de Itaguahi, de que é empresário José Pereira Tavares. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Martins, 1972.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1836. n. 400016, p. 4. 1821-1858. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=o%20186&pesq=seropedica&pagfis=0>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Rio de Janeiro. 1850-1859. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=o%20186&pesq=seropedica&pagfis=0>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

Parecer das comissões de indústria e fazenda da assembleia legislativa da província, aprovado na sessão de 15 de maio de 1849, a respeito da pretensão de José Pereira Tavares. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Relatório de Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1846. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#c=0&m=12&s=0&cv=73&r=0&xywh=370%2C644%2C3174%2C2996>> Acesos em: 12 de janeiro de 2021.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA. João Manoel Pereira da Silva. 1857. p. 56. Disponível em: <<http://ddnext.crl.edu/titles/184#c=0&m=38&s=0&cv=58&r=0&xywh=26%2C0%2C3458%2C3264>> Acesso em: 10 de maio de 2021.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, João Pereira Darrigue Faro, 1850. p. 48. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#c=0&m=19&s=0&cv=46&r=0&xywh=-693%2C0%2C3593%2C3392>> . Acesso em: 02 de maio de 2021.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. José Norberto dos Santos. 1862. Disponível em: <<http://ddnext.crl.edu/title#c=0&m=12&s=0&cv=72&r=0&xywh=523%2C0%2C3142%2C2966>> Acesso em: 15 de janeiro de 2021

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. José Roberto dos Santos. 1862. Anexo 1 – Documentos relativos a companhia Seropédica. p. A-2. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#c=0&m=47&s=0&cv=62&r=0&xywh=-695%2C874%2C3529%2C3332>> Acesos em: 15 de maio de 2021.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. 1862. Disponível em: <<http://ddnext.crl.edu/titles/184><

<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=48&s=0&cv=139&r=0&xywh=96%2C685%2C3592%2C3391>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Antonio Barbosa. 1856. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=36&s=0&cv=22&=0&xywh=-747%2C-1%2C3781%2C3570>> Acesso em: 06 de maio de 2021.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Pedreira de Couto Ferraz. 1849. p. 50. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=18&s=0&cv=47&r=0&xywh=-677%2C-1%2C3529%2C3332>> Acesso em: 25 de abril de 2021.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Polycarpo Lopes de Leão, 1863. p. 19. Disponível em: <<http://ddnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=49&s=0&cv=0&cv=18&r=0&xywh=-698%2C0%2C3571%2C3371>> Acesso em: 20 de maio de 2021.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA Thomaz Gomes dos Santos. 1858. Anexo AJ5 – Mapa SN. Disponível em: <<http://ddnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=41&s=0&cv=147&r=0&xywh=-215%2C0%2C4012%2C3787>> Acesso em: 06 de maio de 2021.

TAVARES, José Pereira. Anexo I: relatório apresentado ao exm. governo da província em 31 de janeiro de 1849. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 1.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. In: *Novos Estudos- Cebrap*, São Paulo, n 21, p. 30-56, 1988.

ALMICO, Rita; SARAIVA, Luiz Fernando;. Raízes escravas da indústria no Brasil. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leira, 2020.

ALVES, Jéssica Santana de Assis; BRITO, Vinícius Kleyton de Andrade; GONÇALVES, Margareth de Almeida; MARQUES, Marlon Rodrigues; POPINIGIS, Fabiane (orgs.). *Seropédica em foco: diálogos históricos e historiográficos*. Seropédica: EDUR, 2021.

ALVES, Jéssica Santana de Assis. *Dona dos cafezais: a ação econômica de uma fazendeira de café em Bananal de Itaguaí 1850-1867*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPGH. Seropédica, 2019.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Gislane Campos. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. *Revista Histórica*, n. 27, novembro de 2007. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao27/materia01> Acesso em: 19 de jan 2021.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. *A pré-indústria e Governo no Brasil: iniciativas de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 21, n 1, Rio de Janeiro jan./mar. 2014.

COELHO, Matheus Sinder Nunes Herdy. *A indústria fabril nos oitocentos: escravidão, economia nacional e história e historiografia da indústria no Brasil (1808-1850)*. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1996.

CRAVO, Télió Anísio; RODRIGUES, Pedro Conterno; GODOY, Marcelo Magalhães. Imigração internacional e contrato de trabalho no Império do Brasil: colonos europeus na construção de estradas na década de 1830. *Almanack*, n.25, Guarulhos, 2020, p. 1-34.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura; NEVES, Edson Alvisi; RIBEIRO, Gladys Sabina(orgs). *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: ed. da UFF, 2009.

FILHO, Walter Fraga. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX.*, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

FLORETINO, Manolo (org). *Tráfico, escravidão e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FROÉS, José Nazareth de Souza. *O Brasil na rota da seda: uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí e do Estado do Rio de Janeiro*. Seropédica: EDUR, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 34, p. 157-186, jul-dez. 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003.

GRINBERG, Keila. *Código Civil e Cidadania*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2008.

HALL, Michael; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 80-120, set. 1983.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. São Paulo: Papyrus, 1988.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, nº16, 1998.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1994.

LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, SP: Edusp, 2002.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326. 2005.

_____. Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, 2009.

LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *HISTÓRIA*, São Paulo, v.24, n.2, p.11-40, 2005.

LOBO, Eulália Maria. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. 2ºv. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LUZ, Nícia Vilela. Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro: os esforços em prol da Industrialização. *Revista de História da USP*, v. 15, n. 32, p. 359.

MACHADO, Rubens. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguçu, 1840-1880)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORETINO, Manolo (org). *Tráfico, escravidão e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

_____. Leis para “os que se irão buscar” – imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 56, p. 63-85, jan/jun 2012.

_____. Imigrantes e trabalhadoras: mulheres estrangeiras no centro sul do Brasil do XIX. Anais eletrônicos [recurso eletrônico] / *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277750940_ARQUIVO_MendoncaImigranteseTrabalhadoras.pdf>. Acesso em: 12 de jan 2021.

_____. Os juizes de paz e o mercado de trabalho – Brasil, século XIX. In: FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura, NEVES, Edson Alvisi; RIBEIRO, Gladys Sabina (orgs). *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: ed. da UFF, 2009.

MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e trabalho no século XIX: O Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d'Areia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Aline Silvestre. *Liberdade Tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na fábrica de pólvora da estrela, serra da estrela/Rio de Janeiro (1831-1870)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma Família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

_____. Os Negócios no poder: o município de Itaguaí na primeira metade do século XIX. *Anais Eletrônicos do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio*. 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276287906_ARQUIVO_AnpuhRJ_2010[1].pdf>

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: área de publicação CMU/Unicamp, 1998.

NETO, Mario Danieli. *Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica São João de Ipanema- Sorocaba (SP)-1765-1895*. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S ed., 1992.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. *Do café à policultura: fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo. Historiografia da Escravidão e do Trabalho no Brasil: avanços e desafios. In: MURILLO, Cristina Machicado; RANCE, Amaru Villanueva;

ROMANO, Rossana Barragán; (orgs). *Trabajo e Trabajadores em América Latina* (siglos XVI – XXI). La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2019.

POPINIGIS, Fabiane; RIBEIRO, Gladys Sabina; TERRA, Paulo Cruz; (orgs). *Portugueses e cidadãos: experiências e identidades nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Mauad X – FA-PERJ, 2018.

RENAULT, Delso. *Indústria, Escravidão e Sociedade: uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Imigração portuguesa, política e cotidiano no Rio de Janeiro do início do século XIX. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVI, nº 1, p. 93-106, julho 2000.

RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. *História Social*, nº 4/5, 29-42, 1998.

MURILLO, Cristina Machicado; RANCE, Amaru Villanuevo; ROMANO, Rossana Barragán; (orgs.). *Trabajos y trabajadores em América Latina (siglos XVI-XXI)*. La paz: Vicipresidencia del Estado Plurinacional da Bolivia, 2019. p. 123-148.

SANTOS, Cláudia. *Narrativas de viagem e escrita da história: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1890)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SOARES, Luiz Carlos. A indústria na sociedade escravista: um estudo das fábricas têxtil na região fluminense (1840-1880). In: *Travesía*, Vol. 17, Nº1, 2015.

_____. SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social do Sudeste: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense (1840-1880)*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro.

_____. *O “Povo de Cam” no Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

_____. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 8, nº 6, p. 107-142, mar/88

SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1892)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro

SOUZA, Robério Santos. *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas: ed. da Unicamp, 2015.

URRUZOLA, Patrícia. *Faces da liberdade tutelada: libertos e ingênuos na última década da escravidão (Rio de Janeiro, 1880-1890)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.